



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



SIMÃO BOSSI SANTANA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E VIOLÊNCIA DE CONTROLE SOCIAL: DA
ARTICULAÇÃO FUNCIONAL À MERCADORIZAÇÃO ESPETACULAR.**

BELÉM/PA
2020

SIMÃO BOSSI SANTANA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E VIOLÊNCIA DE CONTROLE SOCIAL: DA
ARTICULAÇÃO FUNCIONAL À MERCADORIZAÇÃO ESPETACULAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território. Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Douglas Br

**BELÉM/PA
2020**

SIMÃO BOSSI SANTANA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E VIOLÊNCIA DE CONTROLE SOCIAL: DA
ARTICULAÇÃO FUNCIONAL À MERCADORIZAÇÃO ESPETACULAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território. Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Douglas Brito do Amaral.

RESULTADO: _____

DATA: 16 / 10 / 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral (Orientador - PPGeo/Ufpa)

Prof. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares (Examinador Interno - PPGeo/Ufpa)

Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto (Examinador Externo - PPGG/UEPA)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos que já se foram, com os quais compartilhei mais do que momentos esporádicos, com quem dividi a vida. À minha segunda mãe, minha querida tia Raquel. Tanto tempo já se passou desde a sua partida, mas não me esqueço da sua generosidade, ela ainda ecoa em mim! Obrigado por ter enxergado na criança e no adolescente um humano capaz de sentir e entender emoções, capaz de compartilhar, obrigado pelo apoio, carinho e amor. Aos meus avôs e avós, seu Lourenço e dona Inês, Feliciano e Dona Morena, com os quais aprendi a compartilhar, a esperar e a respeitar os tempos da vida, muito obrigado! Ao meu professor João Lúcio, ainda lembro do seu humor, bom ou mal, sempre me agradava nas horas árduas de estudo! Devo muito a você e sinto muito a sua falta, obrigado amigo!

Entre os que estão conosco, gostaria de primeiramente agradecer à minha amada namorada, Manuela! Somente com a mesma entrega e amor de quem sabe o valor de compartilhar uma vida poderei retribuir o que fez por mim! Obrigado por resolutamente estar ao meu lado nesses anos de mestrado, e mesmo antes, por ter me fornecido todo o suporte nessa empreitada, por acreditar que havia algo a ser dito! Muito obrigado!

Aos meus pais, Ângela e Elismar, a minha eterna gratidão. Nos anos de dificuldade, de trabalho duro, vocês lutaram e criaram para mim e minhas irmãs o melhor lar que poderiam nos dar. E hoje, mesmo com toda a distância que nos separa, nas horas mais amargas, ainda sinto o calor da presença de vocês, o conforto da casa que por tanto tempo me acolheu, a felicidade de dias eternos! Às minhas irmãs, Beatriz e Luiza, às quais peço o perdão, por ter sido um irmão tão obtuso na mocidade, obrigado por ainda assim terem mantido vivo o amor e o carinho fraternos, por terem permitido que as mudanças viessem até mim e transformassem nossa convivência! Obrigado também aos cunhados Helton e David! Aos meus sogros, Geraldinho e Míriam, ao meu cunhado Miguel, sou muito grato a vocês pelo acolhimento e pela amizade que criamos! Obrigado!

Aos meus queridos amigos, irmãos de vida, irmãos de estrada! Eli, Felipe e Yuri! Vivemos tempos maravilhosos juntos, nossas aventuras de fim de semana, nossas caminhadas pelas ruas quando um bairro era um mundo mais do que vasto! Obrigado sempre meus irmãos! Obrigado Maguiver e Zezé, vocês também são meus irmãos! Agradeço aos amigos mais novos, aos meus irmãos caçulas Gustavo, Lebedev, Lucas e Carlos, obrigado por manterem no meu coração sempre uma porção de juventude! Obrigado! Às minhas amigas, Flora e Juliana pelo carinho e amizade!

Obrigado! Obrigado Maíra e Vânia pelo apoio psicológico e leituras! Obrigado Bárbara e Laurinda, peço também a vocês o perdão pelo sumiço, obrigado pelo carinho!

Aos novos amigos que tanto me ajudaram nessa caminhada em Belém! Ao grupo do chopp, Veridiana, Leide e Nilson, pelo carinho, acolhimento e submarinos! Ao grupo do sétimo andar Lycia, Sérgio, Michelle e Bruno gratidão pelo apoio e momentos de descontração! Agradeço também à Daniela, pela companhia sempre muito inteligente e afiada, pelas viagens e momentos maravilhosos compartilhados, espero que ainda possamos nos encontrar, com o Nidgel e Ju! Meu muito obrigado também aos companheiros e companheiras de curso, obrigado pela acolhida! Agradeço também ao meu orientador Márcio Douglas, que em Belém me recebeu muito bem, sempre muito solícito! Obrigado pela liberdade de criação e pelo suporte!

Gostaria também agradecer as instituições e profissionais do ensino público por onde passei desde a infância, que possibilitarem o meu desenvolvimento e de tantos outros, num momento tão triste para o Brasil, não poderia me esquecer do esforço coletivo de todos vocês, obrigado!

RESUMO

O presente trabalho intitulado “Produção do Espaço e Violência de Controle Social: da articulação funcional à mercadorização espetacular” apresenta uma pesquisa acerca da relação entre a produção do espaço e a violência de controle social, sobre as condições de sua fundação e transformação na sociedade capitalista. Visa fundamentar teoricamente nossa hipótese de que a crise da reprodução ampliada do capital, manifestada a partir da década 1970, configura um ponto de inflexão que conduz a uma produção do espaço espetacularizada que passa a incorporar a violência de controle social como uma mercadoria também espetacular, de modo a interromper as possibilidades de um urbano à semelhança da utopia lefebvriana, bem como reproduzir as relações sociais da produção do capital. Diante de tal objetivo, empreendeu-se uma revisão bibliográfica, apresentada sobre a forma de debates, que intercruza conhecimentos de áreas distintas do saber, envolvendo trabalhos e pesquisadores da Geografia Becker (1978), Harvey ([1989], 2012) e Trindade Jr. (2016), Ciências Sociais, Oliveira, (2003), Shearing & Stenning (1981) e Souza (2015), Filosofia Arantes (2014), Lefebvre ([1971], 2008) e Zizek (2008), História, Liang (1992) e Arquitetura, Arantes ([1998], 2014), Benevolo ([1971], 2015) e Hall ([1988], 2016), abordando-se temas que vão do urbano, à cidade e metrópole, violência e controle social, reprodução do capital e processos de mercadorização. Esses, por sua vez, estão organizados em quatro percursos teóricos que buscam elementos fundantes à hipótese central. Por fim, consolidados esses elementos, apresenta-se uma breve conclusão e alguns apontamentos para pesquisas futuras.

Palavras-chave: a produção do espaço, urbano, violência de controle social, cidade moderna, metrópole planejada

ABSTRACT

The present work entitled “Production of Space and Social Control Violence: from functional articulation to spectacular commodification” presents a research about the relationship between the production of space and the violence of social control, on the conditions of its foundation and transformation in capitalist society. It aims to theoretically substantiate our hypothesis that the crisis of expanded reproduction of capital, manifested from the 1970s onwards, represents a turning point that leads to the production of spectacular space that starts to incorporate the violence of social control as a spectacular commodity, in order to interrupt the possibilities of an urban like the Lefebvrian utopia, as well as reproduce the social relations of capital production. In view of this objective, a bibliographic review was undertaken, presented on the form of debates, which intercross knowledge from different areas of knowledge, involving works and researchers from Geography Becker (1978), Harvey ([1989], 2012) and Trindade Jr (2016), Social Sciences, Oliveira, (2003), Shearing & Stenning (1981) and Souza (2015), Arantes Philosophy (2014), Lefebvre ([1971], 2008) and Zizek (2008), History, Liang (1992) and Architecture, Arantes ([1998], 2014), Benevolo ([1971], 2015) and Hall ([1988], 2016), addressing themes ranging from the urban, to the city and metropolis, violence and social control , capital reproduction and commodification processes. These, in turn, are organized into four theoretical paths that seek elements that are fundamental to the central hypothesis. Finally, after consolidating these elements, a brief conclusion and some notes for future research are presented.

Keyword: production of space, urban, violence of social control, modern city, planned metropolis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
PERCURSO 1: URBANO INTERROMPIDO: ENTRE A VIOLÊNCIA REPRESSIVA E A VIOLÊNCIA ESPETACULAR.....	14
PERCURSO 2: A CIDADE MODERNA EM FIM DE LINHA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES SOB A RACIONALIDADE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	33
PERCURSO 3: A INCORPORAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE CONTROLE SOCIAL: DA METRÓPOLE PLANEJADA À CIDADE MERCADORIA.....	51
3.1: DA CIDADE INDUSTRIAL À METRÓPOLE PLANEJADA: A MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA E DA CIDADE.....	51
3.2 AS TRANSFORMAÇÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A INCORPORAÇÃO DA POLÍCIA E DA SEGURANÇA PRIVADA.....	67
PERCURSO 4: BRASIL-BELÉM: MODERNIDADE E URBANIZAÇÃO DE FRENTE PIONEIRA ENQUANTO BARBÁRIE.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

A década de 1970 é apontada por diversos pesquisadores como um importante ponto de inflexão para processos que, de uma forma ou outra, relacionam-se às dinâmicas de reprodução do capital no mundo. Em específico, os pesquisadores marxistas encontram nela elementos que lhes possibilitam abordagens variadas acerca do que alguns, dentre os quais Mészáros (2015), chamam de *crise estrutural do capital* ou o que aparece para outros como o fim dos processos de valorização do valor, tendo essa crise também prolongamentos naquilo que os próprios capitalistas individuais e conglomerados de capital industrial experimentam como uma tendência irreversível à queda nas taxas de lucro (HARVEY, [1989], 2012).

Dentre esses, Lefebvre ([1970], 2008) destaca-se por encontrar os sinais dessa crise e das transformações que dela decorrem refletidas no espaço, destacando o surgimento de uma nova produção do espaço tomada como possibilidade de continuidade dos processos de reprodução do capital, fundamentada na mercadorização e espetacularização dos usos desse mesmo espaço.

Não por acaso, o autor toma essa transição como um contexto marcado por conflitos e contradições que explodem nas cidades e metrópoles, em que se chocam um urbano possível, mediado por princípios citadinos, dado ao encontro e reprodução de diferentes modos de vida; e uma produção do espaço que transforma até mesmo a contenção dessas contradições em mercadorias, em negócios, um processo que se daria pela apropriação dos símbolos, representações, das manifestações populares, das festas, dos rituais, fazendo-o por meio de simulacros espetacularizados de todas essas dimensões da vida e do espaço coletivamente produzidos, transformando-os em mercadorias de luxo e privilégio, vencendo a disputa pelo gozo da exclusividade e exclusão. Enfim, uma produção do espaço que reduziria o uso da violência enquanto forma de repressão a um recurso de última instância, uma alternativa derradeira contra os possíveis desvios de sentido do espaço que poderiam se contrapor a essas novas dinâmicas de reprodução do capital.

Ocorre, porém, que, contemporaneamente, as cidades, metrópoles, e o espaço em seus fragmentos, surgem mediados por uma violência de controle social voltada a manter exatamente essas configurações espaciais voltadas à produção do espaço, como se essa violência tivesse se impregnado na sociedade e em sua forma de reprodução, estando presente tanto nos espaços

privados, nas moradias, shoppings, aeroportos, mercados, nos espaços de lazer, como nos espaços públicos sob a forma da polícia. Diante disso, levantamos os seguintes questionamentos:

1. Por que decorridos cinquenta anos das análises de Lefebvre ([1970], 2008) teria a violência se difundido a esse nível?

2. Teria a produção espetacular do espaço falhado em suas práticas de apropriação, tendo a violência do último recurso se tornado a regra?

Por ora, não podemos apresentar uma resposta para essas questões, mas acreditamos que os processos de apropriação do espaço e produção de simulacros, como apontados por Lefebvre ([1970], 2008), foram bastante difundidos, não havendo na mediação exercida pela violência um sentido de ineficácia desses, mas sim o fortalecimento da propagação dos mesmos. Dessa forma, apresentamos a seguinte hipótese: *supomos que a partir da década de 1970, a violência de controle social é transformada numa mercadoria espetacular, sendo incorporada a uma homóloga produção do espaço, de modo a se tornar um instrumento de exercício da exclusão, tanto pela força, quanto pelo consumo.*

Entretanto, levantamos a referida hipótese a partir de uma série de pressupostos que, por carecerem ainda de fundamentação, tornam necessário uma revisão bibliográfica capaz de fundamentá-la. Desse modo, o objetivo emergente da pesquisa que aqui se apresenta não é propriamente validar a asserção dessa hipótese, mas sim consolidá-la, estruturá-la com argumentos consistentes, fundamentá-la segundo um sistema teórico-conceitual. Nesse sentido, por se tratar de uma abordagem à relação entre violência e produção do espaço, assim como às condições sobre as quais essa relação é fundada e transformada através do tempo, envolve o intercruzamento de conhecimentos de áreas distintas do saber, passando por trabalhos de pesquisadores da Geografia, Ciências Sociais, Filosofia e Arquitetura acerca do espaço, acerca do urbano, de cidades e metrópoles, da violência e do controle social, assim como dos processos de reprodução do capital, dos processos de mercadorização e dos contextos de transição que evidenciam as transformações desses.

Por conseguinte, tal vastidão nos exigiu uma pesquisa que se constituísse em uma série de percursos teóricos, desenvolvidos cada qual em torno de um elemento central voltado a fundamentar nossa hipótese e a organizar uma revisão bibliográfica apresentadas sob a forma de debate. Além disso, é necessário ressaltar que esses percursos dialogam entre si, de tal maneira

que, em sua sequência encontra-se um fluxo crescente gerado pelos acúmulos das discussões e conceitos abordados. Dito isso, esses estão organizados em quatro textos que tem como elementos centrais e objetivos:

1- Apesar do debate acerca da violência dominar a maior parte dos esforços desse percurso, toda essa discussão gira em torno da hipótese de Lefebvre ([1970], 2008) em torno das manifestações do urbano e da atuação da produção do espaço de modo a interrompê-lo. O objetivo aqui é desenvolver nossa hipótese, assim como os conceitos de urbano e violência adotados na pesquisa, argumentando, em referência à década de 1970, e até mesmo à contemporaneidade, acerca da eficácia da violência enquanto mecanismo de supressão do urbano.

2- O esforço aqui se volta a abordar a trajetória das perspectivas de emancipação (possibilidades) e dominação (controle social) projetadas e emanadas pela modernidade e pela cidade moderna, procurando também estabelecer uma relação entre o *fim de linha* da cidade moderna e as transformações da reprodução do capital até a década de 1970. Debate que desenvolvemos a partir de Harvey ([1989], 2012), Berman ([1982], 2007), Lefebvre ([1970], 2008) e Arantes ([1998], 2014), em diálogo com outras manifestações referentes ao tema nas artes, política e eventos históricos.

3- Este percurso está dividido em duas partes, a primeira, voltada a investigar a trajetória de modernização da polícia e da cidade europeias do século XIX e XX, assim como a buscar as condições de articulação entre ambas, e suas relações com a questão do medo na cidade e a evolução das dinâmicas do capital. Debate que gira principalmente entorno das abordagens de Liang (1992), de Hall ([1988], 2016), Benevolo ([1971], 2015) e Harvey ([1989], 2012). Numa segunda parte, voltamo-nos a delinear a trajetória das determinações da reprodução do capital sobre as práticas de violência de controle social, seja sob a atuação da polícia, seja sob a segurança privada. Destaca-se aqui o diálogo com Shearing & Steanning (1981) e suas concepções de desenvolvimento da segurança privada a partir da década de 1960, especialmente consolidadas em seus conceitos de espaços massivos privados de luxo ou consumo público, assim como a concepção

de uma segurança privada enquanto forma de controle social mais fluida e capaz de se incorporar à vida privada e propriedade particular.

4- O último percurso procura demarcar e sistematizar a dinâmica e os estágios da relação entre espaço e violência de controle social no Brasil, submetendo à crítica os contextos básicos de organização social, política e territorial a seguir; o contexto colonial, suas formas de poder e violência de caráter campo-cidade; o contexto de reinserção do Brasil nas dinâmicas periféricas do capital mundial, determinada pelo arranjo de reprodução do capital nacional estabelecido a partir de 1930 e continuada nos Programas de Integração Territorial (PINs), destacando-se aí a violência de controle social da urbanização e integração territorial; e, por fim, a o contexto de transição que se estabelece durante a década de 1980, com o fim da ditadura militar, do arranjo desenvolvimentista nacional, a abertura do país ao capital internacional, a formação da Nova República e a explosão da violência urbana nas metrópoles. Cabe destacar, essa crítica também se volta às particularidades dos desdobramentos e transições desses contextos em Belém e na Amazônia, o que realizamos em diálogo com os conceitos de *frente pioneira* e *fronteira de recursos*, como estabelecidos por Oliveira (2013) e Becker (1978) respectivamente. O objetivo específico dessa abordagem particular é levantarmos elementos para, em consonância com a tese de Trindade Jr. (2016) acerca da metropolização dispersa de Belém, iniciada em 1980, levantarmos elementos para uma outra hipótese acerca da emergência de uma metrópole belenense mediada por um mercado de violência de controle social que se insere na dinâmica do mercado imobiliário.

PERCURSO 1: URBANO INTERROMPIDO: ENTRE A VIOLÊNCIA REPRESSIVA E A VIOLÊNCIA ESPETACULAR

Ao nos apresentar sua concepção do urbano, do fenômeno urbano, Lefebvre ([1970], 2008) nos alerta acerca do caráter propositivo que sua definição carrega. Concebe-o como um espaço-tempo que se coloca no horizonte, uma possibilidade que se encontraria em marcha, portador da simultaneidade, do encontro e da polivalência entre as diferentes maneiras de reprodução da vida, lugar do conflito, onde desaparecem tanto a segregação, quanto a paz mediada pela violência. Representa e posiciona-o ao fim de um eixo cujas frações significam, cada qual, um contexto de espaço-tempo e uma determinação material que foram superados dando lugar ao contexto seguinte.

Nesse eixo, a experiência da cidade é significativa, não somente pela concreticidade de suas formas, o que seria uma interpretação limitada de sua importância material, nem somente pelo desenvolvimento de seu papel produtivo, mas sim, e principalmente, por nela surgirem relações sociais de dimensão proeminentemente coletiva abstratas. Ao contrário da experiência do campo, geralmente marcada por uma reprodução da vida a partir de uma coletividade próxima, o sentido coletivo abstrato das relações citadinas cria a possibilidade de uma reprodução da vida que realiza independentemente da proximidade das relações, constituindo-se, portanto, enquanto uma experiência política capaz de ampliar o sentido coletivo da vida. Relações sociais e sentido de coletivo que não se dão de maneira fluida, a despeito do que aparentemente sugere a linearidade cronológica do eixo lefebvriano, revelando uma trajetória tortuosa que encontra obstáculos e interrupções, derivando em experiências que se perdem. Ainda assim, fundamentos de um tecido que se estende superando formas e conteúdos que a ele se interpõem, incluído aí a própria limitação concreta das cidades, transportando-se da cidade política, à comercial e à industrial, em direção ao espaço urbano e à sua correspondente sociedade urbana.

Trata-se de uma proposição de urbano coerente à condição de possibilidade que encontra seus fundamentos ainda entrelaçados às práticas e elementos citadinos relativos à experiência da sociedade e cidade industrial capitalista. Situação devido a qual Lefebvre ([1970], 2008) orienta as análises do urbano tomando como ponto de partida a presente totalidade em transição, focando a manifesta contradição entre a reprodução da sociedade de reprodução do capital e os fundamentos do urbano em marcha.

Um entendimento que parte de concepções de *totalidade* e *contradição* empregadas num

sentido dialético hegeliano-marxista, ou seja, não como oposição externa entre dois processos independentes, mas sim como processo único que, em sua realização, produz um excesso contraditório ao seu próprio princípio de totalidade. Logo, o que Lefebvre ([1970], 2008) toma em análise são os fundamentos de um urbano que, antes limitado à experiência específica de cada cidade, estende-se como excesso da reprodução do capital, colocando-se como princípio destrutivo, como possibilidade de outra experiência de espaço-tempo saída dessa totalidade que se universaliza.

Ora, não tendo sido superada a barreira dessa contradição, a tese lefebvriana se mantém como um importante referencial para entendermos as dinâmicas que se interpõem à prevalência desse *urbano* possível. Ainda assim, deve estar assentido que, entre os escritos de Lefebvre (op. cit.) acerca dessa possível *sociedade urbana* e o presente espaço-tempo, interpõem-se cinquenta anos e tudo o que neles se passou. Nesse ínterim, a título de exemplo, conseguimos discernir criticamente a passagem do protagonismo industrial na reprodução do capital¹, captada não apenas na transição da base produtiva do padrão fordista para o toyotista, mas também por meio do significado e processo que se encaminhou dentro das bases capitalistas, a saber: a passagem do modelo de acumulação produtivo para o flexível² e das políticas de Estado, que foram do paradigma de bem-estar social para o neoliberal.

Destaca-se também nesse período, como apreendido pelo próprio Lefebvre ([1972], 2016), a continuidade de uma produção capitalista do espaço, a despeito de suas transformações internas, ainda voltada a reproduzir e sustentar relações que se estendem e atravessam os diferentes lugares, regiões e territórios do mundo, sincronizando-os num movimento do todo.

São, então, cinquenta anos em que temos tanto a continuidade de antigas dinâmicas de reprodução do capital, quanto o surgimento de novas, incluindo aí a consolidação do tecido social

¹ Essa colocação deve ser entendida sob a perspectiva de que a centralidade da indústria para a reprodução do capital não existe mais, o que de forma alguma tira da mesma toda a sua importância para essa reprodução. A sociedade neocapitalista e a atual produção do espaço pressupõem a indústria, tanto como determinação histórica, como suporte técnico às relações sociais abstratas e verticais dadas por seus produtos e demandas.

² Essa transição é detalhadamente exposta por David Harvey ([1989], 2012) em sua obra *A Condição Pós-Moderna*, mais precisamente no capítulo intitulado - *A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX*. E nessa exposição que nos fundamentamos para dizer que essa passagem significa a transformação, reorganização e ampliação de toda a base produtiva voltada à reprodução ampliada do capital, de maneira a tornar mais fluída e equalizada a dinâmica entre a oferta e demanda de serviços, mercadorias e força de trabalho.

dado por uma produção do espaço. Condição que nos coloca diante da intensificação das contradições entre o sentido coletivo do urbano e o uso particular/hierarquizado do espaço sob o capitalismo. Um contexto complexo designado pelo próprio Lefebvre ([1970], 2008) como zona crítica, em que a transição das bases sociais se torna turva e o excesso negativo do urbano, ainda incapaz de emergir independente, luta contra aquilo que lhe projeta.

Eis o ponto de partida de nossa pesquisa, a contradição não superada entre o urbano e a reprodução do capital. É verdade que se trata ainda de um ponto de partida demasiado amplo, mas do qual, faremos notar, emerge nosso objeto de pesquisa. Retomemos, pois, e examinemos essa contradição sob a perspectiva da *colonização do urbano* que,

mostra sua força na rua, que não é só a do poder (político), nem a da repressão (explícita ou velada). A rua, série de vitrinas, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma ética. A acumulação dos objetos acompanha a da população e sucede a do capital; ela se converte numa ideologia dissimulada sob as marcas do legível e do visível, que desde então parece ser evidente. É assim que se pode falar de uma *colonização do espaço urbano*, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo “sistema dos objetos” tornados símbolos e espetáculo. A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas que comandam o silêncio e o esquecimento (LEFEBVRE, [1970], 2008, p.29).

Temos aí, como apreendido por Lefebvre (op. cit.) , um mecanismo que se constitui enquanto prática urbanística, que articula importantes condições e processos³, capaz de promover uma apropriação privada do espaço sob a aparência de um apropriação coletiva do mesmo, pelo qual o consumo dos usos do espaço adquirem características de um sistema hierarquizado, cada

³ Podemos ver três desses processos da seguinte perspectiva: a) o campo cego é orientado no sentido de uma dinâmica cego-cegante, correspondendo diretamente ao campo epistemológico, ao pensamento analítico, fragmentário e especializado oriundo da ascensão da indústria, do Iluminismo, da ciência e do Modernismo; impedindo o olhar para o todo, atuando contra qualquer forma de conhecimento que tenha como metodologia um tal olhar, resultando na incapacidade de compreensão das transformações da totalidade; b) a gestão social, empregada sob a égide do projeto (desenho) urbano, manipula e recorta o espaço, trata-o como espaço absoluto, vazio, abstrato, desprovido das relações sociais nele existentes, resultando em segregações e fragmentações sociais e espaciais; c) a opacidade das relações sociais, dizendo respeito às formas ideológicas do espaço, produtor de usos que naturalizam desigualdades e hierarquizam diferenças, assegurando desta forma as separações sociais.

vez mais sofisticada do mesmo, proveniente de sua redução à forma mercadoria. Uma colonização que, enquanto produto das contradições do capitalismo, paulatinamente se transforma numa de suas principais bases de sustentação, já que, além de converter o consumo do espaço em privilégio, valoriza a sociedade que o produz como tal, alçando-o a um patamar de consumo acima daquele envolvido no consumo imediato dos objetos.

Em resumo, uma colonização desenvolvida enquanto produção (capitalista) do espaço, que se apresenta como a forma mais aprimorada de interrupção do excesso urbano, de supressão e invisibilização de suas contradições, que busca reproduzir não apenas o capital, mas também suas relações sociais de produção, conduzindo o espaço, nas palavras de Lefebvre ([1972], 2016), de "induzido" à "indutor".

Contudo, se, por meio do consumo, a *colonização do urbano* atua como processo *positivo*, e com isso queremos dizer capaz de angariar e mobilizar energias dos indivíduos nos diferentes patamares sociais contra os fundamentos de apropriação coletiva do urbano, há também operando em paralelo o que Lefebvre ([1970], 2008) nomeia *de forças repressivas*. Forças que, por sua vez, agem sempre num sentido *negativo*, pautadas em princípios de imposição e bloqueio, de dissuasão de energias, de interrupção ou subtração do potencial de propagação do *excesso urbano*. Nesse sentido,

Atrás da aparência, e sob a transparência, empreendimentos são tramados, potências ocultas atuam, sem contar os poderes ostensivos, como a riqueza e a polícia. Até nova ordem, ao urbano nunca falta um lado repressivo, que provém do que nele se esconde, assim como da vontade de manter dramas velados, as violências latentes, a morte e a cotidianidade. (LEFEBVRE, [1970], 2008, p.111).

Há aí, portanto, também uma *violência repressiva*, negativa, instrumento obtuso, que já nasce como cisão do mundo, criando duas perspectivas inevitavelmente opostas, a saber, aquela proveniente do braço que a exerce e a outra, oriunda do corpo agredido. Essa violência, apesar de atuar contra o excesso urbano, não pode fazê-lo à maneira espetacular da colonização do urbano, não pode ocultar e silenciar por meio da invocação daquilo que chamamos de um princípio *positivo*.

Pois bem, mas, e se isso pudesse mudar de figura? E se fosse possível a interrupção do excesso urbano por meio de uma violência não mais negativa, mas sim positiva, ou ainda, por uma violência negativo/positiva. Seria plausível imaginar nesse meio século percorrido, entre 1970-2020, uma tal violência repressiva já integrada à positividade espetacular e mesmo à colonização do urbano?

Questão absurda? Imaginemos apenas por um instante uma sociedade em que essa violência se fizesse presente, teríamos aí então a adesão social e individual aberta à mesma. Nela, essa violência não mais aparece como um elemento anormal, estarrecedor, mas como algo que subjaz ao cotidiano, estimada por ser capaz de perpetuar as regras de um jogo social que, embora desequilibrado, registra, e em meio às dificuldades de maneira ainda mais épica, as odisséias dos esforços individuais, capazes de superar tais obstáculos. Bem, então, quando retornamos de um tal exercício, este cenário não parece ser mais tão absurdo, mas muito próximo.

Assim, temos uma questão a ser explorada num esforço que, entendemos, deve vasculhar os fundamentos desse corte positivo/negativo, presente nas mais importantes perspectivas que se delineiam a partir da década de 1960 e decorrer de 1970, acerca do poder, do controle social e do papel desempenhado pela violência em ambos, a partir da qual, consideraremos as conexões entre a violência em destaque e a produção do espaço, a cidade e o urbano.

Começamos, porém, pelas perspectivas pretéritas de Marx e de Weber, sob as quais esse referido debate das décadas de 1960 e 1970 se ergue. Em Marx ([1852], 2011), a violência de controle social empregada pelo Estado por meio dos exércitos aparece como instrumento da burguesia que se emprega contra a classe trabalhadora em momentos de crise. Entretanto, essa não é uma determinação. Conforme apresentado autor, trata-se de um desenvolvimento histórico marcado pela queda do poder absoluto, da nobreza, e a ascensão e consolidação da burguesia como classe dominante na sociedade que se forma.

Nesse sentido, para Marx (op. cit.), o emprego da violência contra a classe trabalhadora marca um ponto de virada no século XIX. Ponto em que a burguesia se viu suficientemente forte para desprezar o sentido revolucionário de sua aliança com a classe trabalhadora e voltar as forças militares, antes revolucionárias, contra os trabalhadores. Essa tradição marxista, seu olhar sobre a violência estatal, adentra o século XX, destacando o papel da violência e da guerra para a acumulação primitiva e o desenvolvimento capitalista.

Em Weber ([1919], 2017), a violência, ou o monopólio de seu exercício constitui o elemento definidor do Estado. Sob essa perspectiva, assim como destaca Foucault é somente a partir da paz de Vestefália (1648) que a preponderância do aparato de violência estatal se torna a regra, sendo o mútuo reconhecimento da soberania dos Estados, o princípio que permite mesmo a formação e primazia das forças militares nacionais. No mesmo sentido, se nesse contexto de século XIX e

princípios de XX, o exercício da violência estatal, e demais agentes associados, estava voltado predominantemente às questões externas, ela se aplicaria também às questões internas contanto que dissesse respeito à soberania do Estado. Destacando-se que, Weber (op. cit.) seria possível a anuência estatal ao exercício da violência desempenhada por outros agentes, contanto que se realizasse submetida à permissão e regulação estatal.

Ora, essas duas primeiras noções, de Marx e Weber, relativas à violência de controle social, são estritamente *negativas*, permanecendo predominantes até o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1950, entretanto, parecem se tornar relativamente desconexas em relação a novos processos sociais, sendo então questionadas por outros pesquisadores, abrindo-se assim uma trajetória que remonta às análises de violência que vão de Marcuse a Foucault, dentre outros, vejamos.

A obra de Herbert Marcuse compõe um importante debate que se dissemina na Europa, já em fins da década de 1950, acerca do controle social e das possibilidades de emancipação social para além das perspectivas do estruturalismo, consideradas por ele enrijecidas. É verdade que Marcuse ([1955], 1975) apresenta sua contribuição inicial ainda em 1955 com *Eros e a civilização*, obra na qual traça um diálogo epistemológico com Freud, procurando entender os mecanismos de dominação e repressão social desenvolvidos pelo ser humano.

Marcuse (op. cit.) parte do conceito de *repressão* de Freud, mais especificamente de sua concepção de *civilização repressiva*, ou seja, dos limites civilizacionais que se impõem ao gozo dos indivíduos no esforço voltado a controlar e direcionar o trabalho necessário à luta contra a natureza e a escassez. Contudo, e ao mesmo tempo, entrevê que a humanidade, sob a égide da sociedade industrial, teria alcançado um tal patamar de abundância produtiva, que seria possível mesmo superar a experiência *civilizatória repressiva*. Superação que, ao não se apresentar, evidencia uma segunda forma de repressão ainda mais determinante, a *mais-repressão*, dada a partir da criação ideológica de necessidades artificiais que sustentariam a continuidade de um modo de vida voltado à dominação e repressão social dos indivíduos.

Já em *O homem unidimensional*, Marcuse ([1964], 1973) investe sobre o que entendia ser uma importante transformação que se impusera às formas de controle social da sociedade industrial desde *Eros e a civilização*. O ponto de virada dessa transformação, segundo o mesmo, estava nas consequências da racionalidade produtiva implícita na própria trajetória para se alcançar a

sociedade da abundância, ou seja, no constante investimento e desenvolvimento técnico e tecnológico implicados na tarefa de dominação da natureza.

Essa racionalidade produtiva, segundo Marcuse ([1964], 1973), tornaria possível não somente uma produção quantitativa superior às necessidades essenciais humanas, mas também a determinação da subjetividade. Não se trataria mais somente de um controle pela coerção física, nem só pela introjeção ideológica, no sentido de algo externo que se interpõe entre o indivíduo e suas necessidades essenciais, mas sim de uma racionalidade que, já estabelecida no modo de produção e relações sociais, sedimenta mesmo a constituição subjetiva dos indivíduos por meio de seus produtos, mercadorias, cotidiano, comunicação, deslocamento.

Portanto, um novo controle social que altera a constituição objetiva e subjetiva do que é ser humano, constituindo desse modo uma sociedade em que a satisfação de liberdades individuais e limites sociais caminham juntos formando o "*homem unidimensional*". Destaca-se aí as bases de uma interpretação que toma os mecanismos de controle social em um novo patamar de complexidade, já relativamente positivo, mas que, conforme Marcuse ([1964], 1973), tem a violência como um meio de dominação obtuso e conspícuo, menos efetivo do que as citadas novas formas de controle social.

Apesar de estar em campo teórico diverso, senão oposto a Marcuse (op. cit.), Hannah Arendt ([1970], 2009)⁴ também toma a violência como um meio ineficaz de constituição ou manutenção do poder. Não a considera efetiva nem mesmo sob a perspectiva dos mecanismos mais tradicionais de coesão social. Para a filósofa alemã, a violência é, em sua natureza manifesta, a expressão mais latente de uma vontade particular ilegítima que tenta se impor pela força sobre um corpo coletivo ou maioria política.

Não por acaso, Arendt ([1970], 2009) defende que as transformações sociais deveriam ser produtos de indivíduos livres das imposições e interesses conformados sob o jugo das necessidades materiais, pois, sob tais condições, sempre conduziriam a sociedade a mudanças com vistas a seus interesses próprios. Em outras palavras, para Arendt, a coesão social só é verdadeiramente

⁴ Escreve para, e em primeiro lugar, como crítica a Nova Esquerda que surgia nas universidades europeias e americanas, entusiasta da violência empregada nas revoluções chinesa e cubana e nos movimentos sociais como os Panteras Negras. Suas concepções de poder e violência foram tão importantes quanto contestadas pelo pensamento marxista de sua época, especialmente pela forma como limitava a legitimidade social aos mecanismos eleitorais das democracias liberais, assumindo uma coesão social em que poder e autoridade se apresentavam completamente desvinculados à violência repressiva e que, esquecia-se, sustentava-se por e para manter contradições sociais.

alcançada quando as questões sociais não interferem nas políticas.

Nesse sentido, conforme Valle (2008), tais concepções levaram Arendt ([1963, 2011]) a argumentar que existem no mundo dois diferentes *ethos* para as transformações políticas. Um primeiro, originado a partir da Revolução Americana de 1776, produto de uma sociedade que, segundo a filósofa alemã, havia eliminado a pobreza absoluta e, portanto, aberto caminho para o desenvolvido de um sistema de participação política direta que culminaria na Constituição dos Estados Unidos, de 1787, e numa democracia estável. Já o segundo, pelo contrário, seria caracterizado pela insolubilidade social da pobreza, o que conduziria a sociedade a explodir violentamente de modo a tornar possível mudanças políticas. Esse modelo, segundo Arendt ([1963], 2011), teria se espalhado pela Europa, resultando em regimes totalitários afeitos à violência, tais como o regime nazista comandado por Hitler e o comunista, liderado por Lenin e Stálin.

Não poderíamos deixar aqui de criticar Arendt, não somente por propor que o modelo político-social dos Estados Unidos da América se sustentava sem a exigência de violência, mas também por apagar todo um passado. Afinal, é sobre esse mesmo sistema político-social que diversas nações indígenas foram dizimadas ainda no século XIX, e que, por quase dois terços de século XX, sustentou-se uma institucionalização do racismo, condição superada unicamente pela via da luta e sacrifício violento de diversas lideranças e civis afro-americanos. E, se ainda temos de reconhecer que Arendt acerta o alvo quando contesta a afeição da Nova Esquerda à violência, afinal não é o mundo comunista que prevalece sob o uso da mesma, talvez possamos demonstrar que o receituário dos Estados Unidos da América nunca deixou, no último terço do século XX e princípios do XXI, de promover ditaduras militares e outras formas de controle social por meio da violência em todo mundo, evidenciando, no mínimo, uma democracia liberal afeita à *realpolitik* e violência.

Colocadas essas críticas iniciais, ressalta-se que, para Arendt ([1970], 2009), a violência aparece tão somente enquanto um meio que, voltado ao controle social, não passa de uma ferramenta tosca de poder, alcançando no máximo um efeito efêmero sobre os indivíduos e, se perece, sinal de um regime totalitário que não pode permanecer sem a ameaça constante de seu exercício. Sentido de violência que, no contexto em que surge, apesar das demais divergências, aproxima-se daquele adotado por Marcuse, que, como já explicitamos, tem na violência uma forma de controle social já superada.

Concepções que, portanto, somente encontram resposta para o contínuo uso da violência na suposta ignorância daqueles que a manipulam, no seu sadismo e ambição. No entanto, é essa violência do controle social assim tão obsoleta e, conseqüentemente, ineficiente? A rápida evolução de suas técnicas e artefatos (armas, veículos, vestimentas de proteção), dissocia-se tão facilmente de sua razão de ser?

Não é o que pensava Michel Foucault que, muito embora não tenha tomado essa violência como ponto central de seus debates, aborda-a constantemente em sua obra. A saber, o caminho trilhado por Foucault em direção à violência envolve uma intrincada seqüência de conhecimentos acionados de modo a entender as práticas que conformavam a sociedade e indivíduos de sua época. Destaca-se aí, portanto, seu método genealógico, empregado pelo mesmo nessa empreitada que consiste, como já bastante divulgado, em uma espécie de arqueologia das instituições sociais e das práticas de governo.

Conforme Costa (2018), é justamente por meio de um desses escrutínios genealógicos, mais precisamente daquele que desemboca em *Vigiar e Punir*, esforço de investigação das práticas de vigilância e punição exercidas da Idade Média à contemporaneidade, que Foucault caracteriza um primeiro momento de abordagem da violência em sua trajetória intelectual. Nesse primeiro momento, Foucault ([1975], 1987) parte daquilo que interpreta ser uma significativa transformação no fundamento predominante das relações sociais da Europa, a saber: a transição paulatina da predominância da violência como elemento cimentador das relações sociais, para uma mediação via poder.

Assim, o que emerge desse primeiro momento é uma concepção de violência que se coloca em oposição direta ao poder, como um fundamento social que veda qualquer possibilidade de liberdade entre partes de uma relação também social, literalmente, uma ferramenta de dominação; de maneira lógica, se há aí uma oposição entre violência e poder, esse último somente se manifestará numa relação social entre partes livres. E, embora essa primeira perspectiva de violência pareça aproximar Foucault de Hannah Arendt, sua percepção acerca do poder já denuncia uma considerável distância entre ambos filósofos.

Foucault (op. cit.) não corrobora com a ideia de poder fundado no princípio político-jurídico da alienação das vontades concordantes. Para o mesmo, essa é mera forma abstrata que procura justificar uma estrutura que já não constitui as bases das relações e práticas cotidianas

comuns a uma sociedade. Pelo contrário, Foucault (op. cit.) entende que o poder depende não somente de relações em que as partes sejam livres, mas também discordantes, de modo que o sentido do poder está na capacidade de uma dessas partes mobilizar a outra, ainda que não seja do interesse imediato daquela acionada.

Assim, como destaca Costa (2008), isso não equivale a assumir a inexistência da violência, ou melhor, de relações fundamentadas na violência, em sociedades nas quais o poder se faz presente, mas sim que, nos microcosmos, práticas, instituições e espaços restritos, onde um desses, poder ou violência, atuar como o fundamento constitutivo das relações sociais, o outro não se encontrará. No entanto, se essa coexistência entre violência e poder já estava no horizonte de Foucault, é somente num segundo ponto de sua trajetória intelectual que a explorará, esmiuçando e desenvolvendo o campo de conhecimento acerca das práticas de governo. Tarefa em que, inicialmente, procurou distinguir a forma pela qual os Estados e governos dos séculos XVI ao XVIII se estabeleceram e formaram um sistema de reconhecimento de si próprios.

Segundo Foucault ([1979], 2008), entre esses séculos, XVI e XVIII, a atribuição de realidade/especificidade dos Estados, governos e suas práticas, estava nos limites que encontravam no que era exterior aos mesmos, limites que se conheciam à medida que se deparavam com os objetivos e práticas de outros Estados. É somente a partir de meados do século XVIII que transformações importantes ocorrem no sentido das possibilidades de distinção dos governos e Estados mediante a especificidade da limitação de seus objetivos e práticas de governança internos.

Uma transformação que, como destaca Foucault (op. cit.) , ocorre na medida em que se esvazia ou extingue o Absolutismo, suas práticas e objetivos internos irrestritos, em que também ascende a ciência, mais especificamente a economia política, e a aceitação dessa nas práticas de governo via liberalismo, tornando possível submeter os governos a uma razão que constituirá limitações a objetivos e práticas internos.

Enfatizamos, não se trata somente de uma razão científica que se impõe a todas as práticas de governo, nem tão pouco de uma razão jurídico-política que se atém ao que é legítimo/ilegítimo de um governo, para Foucault ([1978], 2008), durante o século XVIII, torna-se fundamental a assimilação e aceitação da necessidade de uma metodologia de coleta de informações que subsidiasse as políticas de governo sob critérios de sucesso/fracasso.

Posto isso, e ainda segundo Foucault ([1979], 2008), o que emerge desse contexto é uma

nova forma de operacionalização do poder, a *biopolítica*, forma que aborda os objetos de governo segundo critérios biológicos. Deve-se notar, esta nova forma, ou conjunto de dispositivos de controle social, nasce da necessidade de realização dos cálculos de custo/benefício administrativo. Afinal, o substrato biológico relativo à espécie humana tanto é tomado como meio de obtenção das variáveis objetivas necessárias para se realizar esses cálculos, quanto se tornam subsídios para determinar os elementos essenciais à vida dos indivíduos.

Nessa perspectiva, a violência que surge das transformações sociopolíticas europeias do século XVIII não é mais a mesma que cimentava as relações e práticas sociais tradicionais, ou das sociedades nas quais prevaleciam os dispositivos disciplinares. Não, a violência ativada pela *biopolítica* seria uma prática de governo que, inserida num campo de validação do sucesso/fracasso, adquire uma lógica, um sentido que se aplica como mecanismo de contenção da criminalidade, de modo a possibilitar menos perdas financeiras/materiais aliada ao melhor desempenho na administração da *população*⁵.

Pois bem, se ocorre, como nos demonstra o próprio Foucault ([1979], 2008), que todas essas transformações e criações de um novo modo de se exercer o poder e a violência são produto dos governos liberais, a renovação destas, que se torna mais evidente a partir da década de 1970, será produto da ascensão do neoliberalismo enquanto declínio *do liberalismo*.

Ora, se o *liberalismo* em sua essência é a manifestação política dos anseios de liberdade das práticas econômicas, de modo que suas pautas principais são a abstenção regulatória estatal e a autorregulação de preços e práticas dada pelos mecanismos de mercado, o que o *neoliberalismo* operacionaliza, segundo Foucault (op. cit.) , é a tentativa de levar às outras dimensões da vida o sentido antes particular das dinâmicas econômicas e de mercado. Isso significa que as mais diferentes práticas humanas devem ser livres e, ao mesmo tempo, submetidas às dinâmicas de mercado e cálculo de custo/benefício, o que se coloca em curso, primordialmente, em dois importantes campos da vida social, a saber:

- 1- de maneira geral, sobre a formação dos indivíduos, seja expressa naquilo que se chamou de capital humano inato, genético, ou naquilo que se nomeou capital humano adquirido,

⁵ É justamente de um ponto de vista biológico que a *população* é tomada aí, como grupo indivisível de uma espécie que tem suas necessidades básicas reguladas em um meio, o que para os humanos pode ser realizado por uma administração da violência.

obtido através das experiências educativas/culturais; o objetivo específico aí seria criar o *homo oeconomicus*, indivíduos inteiramente aptos a viver sob a lógica dessa grade da verdade econômica, competitiva de mercado, mesmo que, e provavelmente de maneira deliberada, corroborando para a desagregação social e a total extinção do sentido coletivo da sociedade;

2- sob o ambiente criminal, o que implica não somente conceber a existência de um tal ambiente, quanto de regulá-lo por meio do regime de verdade econômico-político; o que se realiza , através das práticas e concepção jurídico-penais, incluindo-se aí o uso da violência voltada ao controle social, de modo a se abandonar as concepções e pretensões liberais, que consistiam basicamente em ideais de supressão total da criminalidade. Doravante, investe-se em acordo com a razão biopolítica neoliberal e, novamente aqui a grosso modo, na avaliação do custo/benefício das práticas anti-criminais, com o objetivo de se encontrar um ótimo entre o investimento e o retorno, no caso, daquilo que se deixa de perder com os crimes.

Dito isso, há que se destacar que tal concepção neoliberal não estabelece modelos de práticas ideais de violência de controle social, eficientes ou ineficientes. O que ocorre é o aprofundamento da lógica/parâmetro de custo/benefício e sua administração *biopolítica*. Assim, o ponto sob o neoliberalismo é criar uma regulação total de um meio, para além das práticas de governo estatais.

Nesse caso, o controle social, ainda passa pelo Estado e pelas práticas de governo, mas o centro decisório das políticas a serem adotadas se desloca para os agentes econômicos. As práticas de governo devem constituir um meio que condicione as bases sobre as quais o controle social atuará, o que inclui o uso da violência como ferramenta de definição desse meio, como já demonstrado.

Pois bem, se o que nos interessa é saber se a *violência repressiva*, identificada por Lefebvre, passa a uma nova forma, integrando-se à colonização do urbano, tiramos daqui alguns pontos que se colocam nas zonas cinzentas do cálculo biopolítico neoliberal apontado por Foucault.

Em primeiro lugar, consideramos que, embora a grade econômico-política neoliberal esquadrinhe as práticas de violência exercidas pelo Estado e agentes privados, isso não significa que essa violência automaticamente se integra à colonização do urbano, ela não se torna menos repressiva, *negativa*, ao conjunto social. Todas essas transformações captadas por Foucault ([1979],

2008), de uma administração *biopolítica*, das lógicas de custo/benefício e de regulação do *meio*, tornam a violência mais aceitável unicamente aos olhos dos agentes econômicos, mas não são capazes de criar um simulacro que envolva a todos como agentes.

Em segundo lugar, não podemos deixar de ter em conta que nesse meio século, entre a década de 1970 e 2020, o próprio exercício da violência voltada ao controle social já não é prerrogativa exclusiva do Estado. Nesse sentido, confirma-se a crescente inserção, universalização, das dinâmicas neoliberais ou econômico-políticas sobre o campo do exercício da violência voltada ao controle social, tendo surgido um sem número de empresas de segurança privada e de outros tipos relacionados, que desempenham um importante papel no que Foucault (op. cit.) chamou de formação do ambiente criminal. Entretanto, se admitimos tal inserção de um setor privado, ainda não lhe verificamos o significado de sua aplicação.

Em terceiro, e reflexivamente aos dois primeiros pontos, tendo de maneira geral os indivíduos sociais sido submetidos a processos e procedimentos de formação que deveriam torná-los aptos a lidar com o esquadramento biopolítico neoliberal; não há nada que os impeça de, apropriando-se de tal grade, aplicá-la às práticas cotidianas de suas vidas, incluindo aí os serviços de segurança que utilizam (de exercício da violência de controle social), sejam esses públicos ou privados. De uma maneira resumida, em decorrência da abertura de um mercado de violência de controle social, é preciso investigarmos os reflexos sociais e espaciais destes para a sociedade e indivíduos.

Em alguma medida, esses são elementos que também estão em estudos mais recentes que, pensamos, compartilham percepções muito próximas acerca daquilo que nomeamos aqui de *hipertrofia da violência de controle social*; forma e exercício da violência repressiva, *negativa*, que se estende socialmente, que age tanto como mecanismo reativo tradicional, respondendo às demandas em situações de anormalidade, como também proativa, atuando de modo a desarmar gatilhos insurgentes, destacamos alguns destes estudos a seguir, senão, vejamos.

Em *Crédito à Morte*, Anselm Jappe (2013) descreve uma Paris inteiramente mediada por um aparato de violência estatal que invade todas as dimensões da vida, das esferas ditas públicas às privadas, algo sem precedentes na história da França.

Para alguém que frequenta habitualmente diferentes países europeus, a primeira imagem de violência, desde o momento em que se chega a uma estação ou aeroporto na França, é a polícia. Nunca vi tantos policiais quanto vejo atualmente

na França, principalmente em Paris. Nem mesmo na Turquia na época da ditadura militar. [...] Essa onipotência da polícia e de uma justiça a serviço do governo é tendência universal [...]. Nessa concepção da vida pública, toda e qualquer iniciativa cabe exclusivamente ao Estado, às instituições e às autoridades. Aliás, essa monopolização estatal de todas as formas de conflito também se encontra na vida cotidiana. (JAPPE, 2013, p. 66).

Jappe (op. cit.) não identifica qualquer outra fonte de exercício da violência que não o Estado. Parece não ser seu foco a capacidade do Estado exercer sozinho, em nosso tempo, um tal grau de invasão, uma infiltração tão ampla e potente que rompa mesmo os limites da antes sagrada vida privada. A atenção de Jappe (op. cit.) está centrada em deixar claro como a vida humana, em seus diferentes aspectos, não representa qualquer barreira à necessidade imperial da continuidade da normalidade do consumo, da produção e das atividades econômicas em geral.

Stephen Graham (2016), em *Cidades Sitiadas*, identifica essa mesma hipertrofia repressiva e de vigilância num urbanismo militar que coloniza os “espaços comuns e privados” da vida, ponto passivo nas cidades inglesas a partir dos atentados terroristas ao metrô de Londres, ocorridos em julho de 2005.

[...] o novo urbanismo militar, em toda a sua complexidade e o seu alcance, se apoia em uma ideia central: técnicas militarizadas de rastreamento e triagem precisam colonizar permanentemente a paisagem urbana e os espaços da vida cotidiana tanto na “pátria” quanto nas cidades do Ocidente, bem como nas fronteiras neocoloniais do mundo. Para os mais recentes gurus militares e de segurança, isso é considerado crucial, a única maneira adequada de lidar com as novas realidades daquilo que chamam de guerra “assimétrica” ou “irregular”. (GRAHAM, 2016, p. 27).

Não menos importante, seria possível encontrar a complementaridade desse mesmo processo no Sul Global, assim como apresentado nos trabalhos de pesquisadores como de Maria Célia Paoli e Marcelo Lopes de Sousa. Complementaridade, pois, como faz notar Marcelo Lopes de Souza na apresentação da edição brasileira do livro de Graham, no Sul, o urbanismo militar, que até aqui temos caracterizado como uma violência repressiva dos diferentes usos do espaço, apresenta objetos de coerção diferenciados em relação àqueles do Norte.

Enquanto no Norte essa violência opera no sentido de uma vigilância total das cidades, atuando extensivamente de modo a reprimir as minorias e suas insurreições étnicas e supostos grupos terroristas; no Sul, investe-se na completa sujeição da maioria da população, empobrecida,

às péssimas condições de vida, de tal maneira que os movimentos populares não consigam intervir sobre a normatização das dinâmicas espaciais. Violência, portanto, que parece se expandir sobre a vida social para dar suporte à redução do Estado em outras áreas de atuação, traduzindo-se como modelo de gestão ampla dos conflitos e das mobilizações sociais, assim, como percebido por Paoli:

[...] a violência e a gestão das populações se instalam e produzem a ausência do mundo partilhado como referência de estar no mundo: substituem os espaços públicos por estratégias de autolegitimação, aos nos convencer que, diante de nossa urgência, o conhecimento especializado de técnicas e fórmulas de interpretação está aí para resolver os problemas com eficácia e nos proteger do incerto. O que elas configuram, no entanto, é modo de gestão de vida coletiva que faz repetir, mais uma vez, o bloqueio dos caminhos que podem revitalizar o impulso das ideias e ações democráticas, ou seja, a política. (PAOLI, 2007, p. 227).

Nesse sentido, a *hipertrofia da violência de controle social* se encadearia às práticas de governo neoliberais de Norte e Sul, sendo sustentada pela economia de recursos com a retirada de serviços públicos básicos à população. Contudo, como destaca Ganham (2016), existe aí também uma enorme pressão e suporte de setores privados da indústria bélica e de serviços em vigilância e segurança, que cercados de conhecimento técnico e científico, desenvolvem não somente um aparato material anti-insurgente, mas técnicas de abordagem, controle e enfrentamento aplicadas ao que os especialistas militares contemporâneos chamam de guerras assimétricas.

Essas guerras colocam terroristas ou insurgentes internacionais contra a segurança de alta tecnologia, as forças militares e de inteligência de Estados-nação e seus leques cada vez maiores de aliados privados e corporativos. (GRAHAM, 2016, p. 27).

A estrutura empresarial por traz de tais aparatos bélicos e serviços de segurança, deixa latente a penetração mercadológica nas práticas de violência de controle social pelo mundo, de Norte a Sul. Graham (op. cit.) detalha seu *modus operandi*, no qual centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico situados no Norte global promovem testes sob condições reais de enfrentamentos no Sul. Essa articulação envolveria a garantia de ganhos tanto no Sul, mediante a venda de aparatos e serviços, quanto no Norte, onde os experimentos bem sucedidos ganhariam status de solução em tecnologia de segurança e vigilância, alçando valores mais elevados.

Ora, se Graham (op. cit.) evidencia de maneira sistematizada uma estrutura mercadológica que envolve a violência de controle social, não revela com isso um mecanismo espetacular, positivo

para a mesma. O processo apresentado diz respeito exclusivamente à expansão de sua dimensão repressora, negativa, uma verdadeira *hipertrofia da violência de controle social* impulsionada pelo voraz mercado de serviços e produtos relacionados, mas não evidencia como esses se tornam um elemento positivo, como se entranham às dinâmicas sociais e espaciais.

Nesse sentido, retornemos à Foucault ([1978], 2008), mais especificamente a *Segurança, território e população*, obra da qual destacamos alguns pontos que articulamos de modo a entendermos a distinção entre o que temos chamado de *hipertrofia* e *entranhamento da violência de controle social*. A partir do que definimos nossa hipótese e expomos a perspectiva teórica adotada para o prosseguimento da pesquisa.

Primeiramente, precisamos retomar àquilo que Foucault (op. cit.) chamou de *meio*, concepção de espaço que, ao contrário daquela observada em território, permitiria o entendimento da possibilidade de um espaço, regulado pelas práticas biopolíticas, determinar as condições de existência de uma *população*.

Em segundo lugar, devemos nos atentar para a distinção de três padrões de dispositivos de controle social apontados por Foucault ([1978], 2008), a grosso modo:

- 1- O padrão jurídico-penal, mais primordial e básico, envolve a criação de um código que diferencia os comportamentos permitidos daqueles erráticos, ao mesmo tempo, em razão desse código são prescritas penas que visam confirmar tal distinção.
- 2- O disciplinar segue os mesmos preceitos do jurídico-penal, contudo, suas penas, ao invés de se simplesmente confirmarem a transgressão do código, incorporam métodos disciplinares que procuram corrigir o comportamento dos transgressores.
- 3- O padrão de segurança está fundado numa concepção que procura aplicar o sentido biopolítico aos procedimentos jurídico-penais e disciplinares, o que na prática significa utilizar ambos de modo a regular um *meio*, e por via deste, a *população*.

Tendo estabelecido estas bases, conforme Foucault (op. cit.), numa sociedade na qual predominam os dispositivos de segurança, a violência de controle social não pode apenas diferenciar e disciplinar os indivíduos que transgredem as normas sociais. Essa violência deve, em primeiro lugar, compor um *meio* da maneira mais eficiente e a baixo custo possível, a partir do qual condicionará o comportamento de uma população inteira. Ao mesmo tempo, a estabilidade dos

meios e da própria sociedade de segurança depende de fluxos livres capazes de se regularem segundo as flutuações da demanda, o que significa a abertura dos *meios* às práticas de mercado neoliberais, de modo a conduzir fenômenos como a escassez, epidemias e criminalidade a um grau de equilíbrio.

Perceba-se, há uma contradição latente neste ponto. A violência de controle social, enquanto prática de governo, permanece circunscrita à um universo disciplinar, ela não pode se tornar dispositivo de segurança pelo simples motivo de que sua regulação não é dada por um mercado. As práticas neoliberais, levadas a um último grau, não exigem apenas a submissão ao esquadramento biopolítico, ou uma simples parceira com um mercado adjacente de artefatos e soluções em vigilância. Essas práticas exigem que o próprio mecanismo de regulação do meio, a violência de controle social, se coloque num mercado e que esse realize sua regulação.

Em outras palavras, se essa violência de controle social é ferramenta de governo para poucos, ou se compõe um mercado também restritivo, então ela permanece um mecanismo de cisão do mundo entre transgressores e não-transgressores, não é de fato um dispositivo de uma sociedade da segurança, pode no máximo se tornar atrofiada ou hipertrofiada, mas seguirá como uma violência *negativa*.

Finalmente, se a biopolítica neoliberal e seu funcionamento são captados por Foucault ([1979], 2008), ao mesmo tempo essa interpretação está presa à perspectiva de uma regulação restritiva, *negativa*, particular do meio, desempenhada unicamente por quem exerce a violência de controle social enquanto prática de governo. Ora, se a análise foucaultiana chega à modulação das práticas de governo segundo as diretrizes neoliberais, ao nosso ver, não revela uma violência negativa/positiva, ou espetacular. E, nesse ponto, devemos admitir, ou essa violência que buscamos não existe ou a voracidade neoliberal e as próprias dinâmicas do capital sobre o espaço, sociedade e as práticas de governo precisam ser reavaliadas, exercício e pesquisa ao qual nos propomos.

Existem aí, portanto, alguns pontos fundamentais sobre os quais entendemos encontrar percursos para compormos nossa hipótese acerca da violência de controle social em sua relação com a produção do espaço. O primeiro, relativo à trajetória de avanço das dinâmicas de reprodução do capital sobre as práticas de governo, o que em relação à década de 1970 aparece como a emergência neoliberal, considerando-se não somente o cálculo de custo/benefício, mas a criação de mercados a partir da própria dissolução de esferas de governo.

O segundo, expresso em nossa escolha por uma concepção de espaço, produzido por diferentes agentes que atuam em diferentes escalas, mas condicionada de maneira geral pelas dinâmicas de reprodução do capital, em detrimento à ideia de *meio*, pois, apesar dessa última admitir o controle social por meio de fluxos livres de determinadas categorias, pensa a condução da violência presa aos limites espaciais do exercício do poder dos governos.

Dadas as linhas gerais de contexto de espaço-tempo e do debate em torno da produção do espaço e suas contradições expressas no excesso urbano e na violência de controle social. Ao permanecerem as dinâmicas de reprodução do capital, assim como a produção de suas relações sociais abstratas e estendidas por meio da produção do espaço, permanecem também latentes suas contradições e sua necessidade de exercer uma violência de controle social também mais extensiva e, ao mesmo tempo, invasiva, que envolva uma maior incorporação da violência nas diversas dimensões da vida, atravessando todos os estratos sociais.

Essa capacidade de penetração, entretanto, atualmente somente se realiza mediante a mercadorização de elementos essenciais à reprodução da vida e a segmentação de mercado que se dá sobre esses elementos.

Dessa forma, *nossa hipótese aponta para uma produção do espaço que incorpora a violência de controle social enquanto uma mercadoria espetacular, capaz de reprimir na mesma medida em que se torna um elemento de desejo, compondo assim um sistema de hierarquização e segmentação de fragmentos espaciais.*

Essa nova violência de controle social, portanto, compõe a conformação tanto de uma fragmentação dos espaços, de modo a sustentar a apropriação privada de seus usos, quanto de um espaço universal capaz de produzir e manter um sem número relações sociais que se tornaram estendidas e essenciais à normalidade das dinâmicas do capital.

Hipótese que encontra amparo em outras interpretações acerca das novas formas de violência de controle social contemporâneas, tal como a *violência sistêmica* exposta por Zizek (2006). Uma violência que não é mais direta, próxima, mas sim acionada por relações sociais abstratas, que deve tanto impedir as situações de proximidade e empatia com o sofrimento do outro (do outro próximo), quanto favorecer à indiferença em relação à violência e o sofrimento distante. Uma violência que se realiza para manter um grau zero de normalidade, para que tudo permaneça como está, sem perturbações na ordem das coisas.

Pairamos agora tanto sobre a necessidade de remontarmos à formação da dimensão estendida do espaço, e da sua necessidade de incorporar uma nova forma de violência positiva/negativa, quanto pela necessidade de investigarmos e demonstrarmos a conformação do correspondente processo de mercadorização dessa mesma violência. Nesse intuito, nos dedicamos no próximo percurso a explorar as dinâmicas da cidade moderna, seu surgimento, suas possibilidades e impossibilidades em meio à evolução das determinações da reprodução do capital.

PERCURSO 2: A CIDADE MODERNA EM FIM DE LINHA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES SOB A RACIONALIDADE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

David Harvey ([1989], 2012), em introdução a sua obra *Condição Pós-Moderna*, fornece-nos um panorama rico sobre o que chamou de *a experiência libertadora do espaço moderno*. Nessa empreitada, vale-se de diversas expressões artísticas e intelectuais que, com entusiasmo e espanto, conformam um precioso testemunho sobre o surgimento da *cidade moderna* emergida do século XIX a partir da queda do *Antigo Regime*⁶ na Europa.

Harvey (op. cit.) inicia essa jornada investigativa a partir de uma simples síntese da vida moderna encontrada nos escritos de Baudelaire, na qual coloca a experiência da vida moderna como a busca pelo eterno em meio à efemeridade resultante do turbilhão de transformações desse espaço-tempo. Ora, para Harvey (op. cit.), a cidade é a maior das expressões dessa experiência, não só por ela compor um cenário desse drama, mas principalmente por ser produto e meio para a multidão e para a invisibilidade dos indivíduos. São as suas formas e conteúdos que dão fluidez a pessoas e objetos, que criam a efervescente confluência de afazeres que embaralham e ocultam o cotidiano de seus habitantes na mesma medida em que os libertam. Cidade que, por isso, possibilita múltiplos usos dos espaços, que produz e dá suporte a identidades coletivas e individuais inexistentes até então, contribuindo também para a sensação de transitoriedade característica da modernidade. Nesse sentido,

[...] lugar em que fato e imaginação simplesmente têm de se fundir. [...] lugar em que as pessoas tinham relativa liberdade para agir como queriam e para se tornar o que queriam. (HARVEY, [1989] 2012, p. 17).

Ainda assim, vemos que esse mesmo conjunto de características exigem de Harvey o emprego da palavra “relativa”, sinal de que a experiência dessa cidade não poderia ser resumida somente a uma liberdade irrestrita. A cidade, como destaca o autor, poderia ser um

[...] teatro, mas isso significa que havia oportunidades de vilões e tolos se imiscuir ali e transformar a vida social em tragicomédia, e até em melodrama violento, em

⁶ O termo Antigo Regime se refere ao sistema político-social conformado na França anteriormente à Revolução Francesa (1789), apresentando limites e possibilidades sociais de uso do espaço muito bem estabelecidas de acordo com as classes de origem dos indivíduos, a saber, clero, nobreza e burguesia. Nota-se que preferimos falar de uma queda do Antigo Regime na Europa, dado que o que emerge com a Revolução Francesa ganha dimensões que ultrapassam, naquele momento, o próprio território francês.

especial se não conseguíssemos decifrar os códigos direito (HARVEY, [1989] 2012, p. 17).

Dessa forma, há na modernidade e na cidade moderna, uma certa dualidade entre o que de um lado aparece como a possibilidade de diferentes usos do espaço e que, de outro, surge na forma de códigos, que agem como limite a essa mesma possibilidade. Mesma dualidade que Baudelaire⁷ apresenta como as duas faces da arte moderna, sendo uma dada pela busca do eterno e a outra pelo efêmero.

Ocorre, porém, que, principalmente em seus primeiros momentos⁸, a modernidade também imprimiu sobre as sociedades a constante mudança do que se concebe como o eterno e os limites, ou seja, a experiência da modernidade incluía uma dúvida constante acerca de quais eram as suas impossibilidades, o que tornava sua interpretação ainda mais complexa.

Ora, para Harvey ([1989], 2012), a análise da experiência na cidade moderna gira exatamente sobre a manifestação desse dilema, trata-se de compreender como se configuram e se perdem nesse espaço as novas liberdades e limites, e mais, como, a partir dessa primeira privação, elimina-se essa experiência da cidade moderna. Debate que nos interessa na medida em que o urbano lefebvriano é antecedido exatamente por esse paradigma citadino moderno que implica uma dualidade entre possibilidades e impossibilidades (limites) e que nos leva a questionar o seu lugar no mosaico de utopias da modernidade. Compartilharia esse urbano o mesmo destino das manifestações utópicas da modernidade? Não estaria o urbano lefebvriano morto e enterrado junto à cidade moderna, ao invés de interrompido? E, mais especificamente para nossa pesquisa, como essa situação viria a se colocar?

Podemos começar a refletir sobre essas questões partindo da advertência que Berman ([1982], 2007) realiza em *Tudo que é sólido Desmancha no Ar*, mais especificamente na abertura de seu capítulo sobre a Paris moderna. Ali, Berman coloca que, em se tratando dos sentidos da modernidade, é comum encontrarmos um enorme empobrecimento nas interpretações que se dedicam somente ao

[...] “modernismo”, encarado como uma espécie de puro espírito, que se

⁷ Charles-Pierre Baudelaire (1821-1867), poeta e filósofo da arte francês, reconhecidamente um dos primeiros e mais importantes escritores a abordar, com originalidade e talento, o tema da Paris moderna.

⁸ Realizamos uma periodização acerca da modernidade e da cidade moderna mais à frente, por hora, vale destacar que o último período da modernidade se difere dos anteriores por envolver o encerramento das possibilidades de emancipação humana que haviam sido projetadas nos períodos anteriores.

desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos; [enquanto] outras se situam na órbita da “modernização”, um complexo de estruturas e processos materiais – políticos econômicos, sociais – que, em princípio uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e da alma humana (BERMAN, [1982], 2007, p. 158).

A observação de Berman é válida, dada a perspectiva de se encontrar na materialidade o limite da modernidade, permanecendo o possível numa dimensão espiritual, distante da vulgaridade terrena, supostamente isolada nas utopias e movimentos vanguardistas.

Sinais precoces dessa questão, as análises de Hegel ([1807],2005) e Marx ([1845], 2007), obras da modernidade⁹, vão além dessa oposição dualista. Encontram por meio de seus métodos dialéticos, cada qual, um valor analítico significativo no par material-espiritual, evidenciando tanto relações entre as partes, quanto a determinação de uma delas sobre a outra. Para Hegel (op. cit.), por exemplo, eventos históricos, tais como a Revolução Francesa, pareciam revelar o *espírito absoluto*, a razão universal na condução da História e de sua materialidade. Espírito que alcançaria, segundo o mesmo, seu estágio final na consolidação do Estado moderno, mediador último entre o interesse público e o privado.

Por outro lado, em contraposição a esse sistema hegeliano, Marx (op. cit.) desenvolve sua análise a partir do que chamou de método materialista dialético, encontrando na História o resultado direto da luta de classes. Essa luta, para Marx (op. cit.), é sintoma da posição central que a dimensão material ocupa e desempenha na História e seu resultado se coloca no horizonte como dissolução das contradições sociais do capitalismo, expressas entre o interesse burguês (privado) e a necessidade da classe trabalhadora (coletivo).

Cada qual coloca no horizonte um fim de linha à modernidade, fim que se consumaria pela perda da lacuna na qual se desenvolve a liberdade “relativa” característica desse contexto de espaço-tempo, ou seja, um fim dado na dissolução da dialética entre possibilidade e impossibilidade.

Em Hegel (op. cit.), esse fim de linha coincide com a conclusão da *fenomenologia do*

⁹ Esses autores podem ser encarados como modernos, não somente por pertencerem cronologicamente a esse tempo, mas porque suas obras anunciam a progressão histórica e humana através de processos inexoráveis de transformação e revolução.

*espírito*¹⁰, com o apogeu da razão manifesta na conciliação final entre Estado e sociedade civil. Isso equivale a dizer que o espaço da dúvida findaria, liberdades e limites estariam racional e plenamente estabelecidos pelo Estado, não havendo superação da contradição privado/público e, portanto, nem mesmo um novo estágio de desenvolvimento dialético da História.

Em Marx, “O verdadeiro reino da liberdade só começa quando cessa o reino da necessidade” (MARX, livro III, [1867], 2007), ou seja, qualquer tentativa de emancipação humana que passe ao largo da dissolução das contradições materiais do capitalismo é falsa. Por isso, tanto a “relativa” liberdade da modernidade, quanto uma conciliação dada pelo Estado (como aquela proposta no sistema hegeliano) não guardariam em si qualquer potencial libertador. Nesse sentido, a experiência da modernidade alcançaria seu fim no limite da impossibilidade de conciliação das contradições do capitalismo e, portanto, na inexorável condição de superação das mesmas, dada a totalização da questão material envolvida tanto na reprodução do capital, quanto na reprodução da vida.

Esse debate, aparentemente distante da experiência da cidade moderna, é central à mesma, pois capta como, na trajetória da modernidade, a materialidade, desprezada em determinado momento como sinônimo daquilo que ainda expressava o passado, não cessava de se mostrar imanente à pretensão de um espírito cindido da mesma. Portanto, trajetória compartilhada pela cidade moderna, que surge como negação de uma materialidade herdada do passado, sendo colocada como elemento da mais pura razão, produto perfeito dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, mas que, no transcorrer do século XX, revelar-se-á produto da materialidade capitalista que a fundamentou desde seu nascimento.

Em outras palavras, a aparente dissociação entre o material e o espiritual que se revela inexistente à medida que se frustram as expectativas de emancipação humana atribuídas à modernidade, também se revelam na cidade moderna enquanto perda das possibilidades de apropriação e uso da mesma.

Podemos até mesmo refazer a trajetória por meio de uma periodização como as de, distinguindo ao menos três contextos básicos da modernidade e da cidade, a saber:

¹⁰ Além de título de uma das principais obras de Hegel, a *fenomenologia do espírito* é definida como a trajetória, marcada por superações de estágios, da consciência humana (espírito), apreciada por si mesma em seu estágio final, ou seja, através do *espírito absoluto*.

1 - *Contexto Inicial*: inaugurado pela chegada europeia ao Novo Mundo (1492-1788), é um contexto que abrirá a porta para a nova perspectiva espiritual-material europeia dos séculos seguintes e que, contudo, ainda não será capaz de, naquele intervalo de espaço-tempo, romper as estruturas sociais estabelecidas durante a Idade Média.

2 - *Contexto Intermediário*: compreendendo o intervalo entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial (1789-1914), é abrigo das lacunas, entre possibilidades e impossibilidades, portanto de um contexto com limites ainda cambiantes¹¹; marcado pelos processos revolucionários que põem abaixo o Absolutismo na Europa, pela manifestação do pretense deslocamento do espírito para o futuro, assim como pela ascensão industrial e do capitalismo como modo de produção, sendo também o contexto de surgimento da cidade moderna, obra e efetivação da modernidade.

3 - *Contexto de Fim de Linha*: dado a partir do ciclo das duas Grandes Guerras Mundiais (1914-1972), é definido pelo processo de crise da modernidade. Crise que, em seu âmago, significa a perda dos horizontes que a própria modernidade havia projetado para o futuro. Dada e revelada pela presença de uma materialidade interna às manifestações espirituais que se pretendiam independentes, desde aquelas ligadas à razão (ciência e filosofia), até àquelas relacionadas às artes e aos movimentos vanguardistas. Contexto, que, numa perspectiva marxista, aparece não como sucessão de eventos casuais dada num mosaico, mas pelo processo de totalização de uma materialidade animada pelo capitalismo, por suas relações e bases de produção que, além de umbilicalmente ligadas ao espírito moderno, direcionam suas manifestações, dando-lhes um significado específico.

Reforçamos, essa trajetória da modernidade e de sua cidade traduz-se num contexto de espaço-tempo que vai do pretense descolamento entre espírito-materialidade até o deparar-se com a sua impossibilidade; de uma dialética muito específica dada principalmente no sentido de expectativas frustradas ou insustentáveis. Dessa forma, e se nosso objetivo inicial aqui é entender a dinâmica dos limites dessa cidade, cuja a transposição na forma de usos e apropriações dos espaços resultaria numa violência repressiva, então cabe a nós analisarmos mais detalhadamente a transição entre os segundo e terceiro contextos da modernidade e de sua cidade.

Retomemos, portanto, essa trajetória, partindo pelo conceito de *destruição-criativa*, assim como o fez Harvey ([1989], 2012) em *A Condição Pós-Moderna*, considerando-o como sintetização do espírito da modernidade. De início, no século XIX, esse conceito designa a propagação de liberdades e novos limites, a irradiação da exigência da sujeição irrestrita das

¹¹ Robespierre e Danton são, talvez, os exemplos máximos das dificuldades geradas por esses limites e possibilidades cambiantes. Burgueses relativamente bem estabelecidos, heróis da nação e da própria Revolução, serão decapitados pelo *Terror* que eles mesmos haviam instaurado.

coletividades e indivíduos ao turbilhão transformador da modernidade, assim como a suposta superioridade do espírito em relação à materialidade de um mundo ainda preso ao passado.

A *destruição-criativa*, por exemplo, estaria presente no *Iluminismo*, esforço intelectual voltado à transformação do mundo, ao distanciamento do *Absolutismo*, de sua ignorância, violência e inércia. Sob esse espírito, enaltece-se aqueles que primeiro e mais ardorosamente defendem as transformações do mundo colocando-se a mesmos no turbilhão da modernidade, tornando-se, por isso, heróis iluminados e esclarecidos. O cientista que expurga do mundo o obscurantismo é aquele que se violenta no ato da sujeição à refutação; o artista livre da nobreza, independente, lança-se ao mundo numa luta infundável pelo reconhecimento de sua obra; os políticos, figuras públicas que se engajam na luta pelo fim dos privilégios da nobreza, são mártires, símbolos do nacionalismo recém criado. Seria também possível vê-lo, entre os séculos XIX e XX, em meio aos vanguardistas¹² modernistas, que supunham conseguir encontrar o verdadeiro sentido da arte por meio de uma independência relativa às amarras da tradição e dos mecenas, tornando-se mesmo um meio para a transformação do mundo e produção do futuro.

Todavia, nesse mesmo período o próprio conceito se transformará, ganhando um novo significado, mais adequado às dinâmicas capital, de uma interpretação que tomava todo esse espírito de transformação à apologia de sua capacidade empreendedora, um impulso de destruição positiva, capaz de criar mercados e levar ao desenvolvimento econômico.

Ora, é essa a mesma trajetória percorrida pelas vanguardas modernistas, tanto as pulsionais (críticas ao capitalismo e à arte de mercado, que buscavam transformar para emancipar a humanidade), quanto as positivas (afeitas às imagens de futuro dadas pela indústria e um mundo da abundância democrática das mercadorias). Essas veem suas capacidades de conduzirem ou influenciarem o mundo se esvaírem, restritas às condições da materialidade capitalista dada por relações mais profundas e imperceptíveis que solapam seus próprios movimentos.

Marx ([1845], 2007) já abordara essa questão a partir do conceito de *ideologia*, em *A Ideologia Alemã*, onde indica que não seria possível determinar os rumos e mesmo os significados das coisas do mundo através de um elemento, de um positivo que se pretenda colocar acima de

¹² As *vanguardas* ou os *vanguardistas* são tidos como movimento sociais, políticos, científicos ou artísticos que se formaram, principalmente na primeira metade do século XX, caracterizando-se como esforços pioneiros na defesa de transformações e superação de modelos enraizados em suas áreas de atuação e mesmo no mundo.

tudo; significados e sentidos são, muito antes, na sociedade capitalista, dados através de relações abstratas e imbricadas que, imanentes à constituição e produção da vida, omitem seu próprio negativo. Nesse sentido, não seria uma simples escolha de inserção (ou não) a um mercado de artes ou o desenvolvimento da ciência e da indústria que definiriam os rumos da humanidade.

A cidade moderna, como já adiantamos, também revelará tal trajetória, ganhando forma quase um século após a Revolução Francesa, é, de imediato, um desafio às interpretações que nela procuravam a pura manifestação da *destruição-criativa*. Mesmo a primeira das reformas, a de Paris (1853-1870), não poderá ser entendida satisfatoriamente se nela vemos apenas um heroísmo renovador de Haussmann ou de Napoleão III. Impregnada de seu espírito urbano-moderno, esse projeto só vai à frente devido ao aporte financeiro e interesse da burguesia parisiense em ampliar seu capital investido na própria reforma¹³ (HARVEY, 2015).

Assim, para além de um olhar que se satisfaz com o aparente, essa cidade, que surge como lócus de um espírito renovado nas artes e arquitetura, também está visceralmente ligada a uma crescente materialidade dos fluxos de mercadorias e pessoas, das relações sociais que a configuram enquanto uma entidade criadora, capaz de alcançar e moldar a *destruição-criativa*.

Não à toa, esse espírito que se julgava indomável na figura de um *modernismo* presente na arquitetura, não tocará e nem questionará a ordem social determinada pela burguesia para a cidade. Mesmo ponto que leva Otília Arantes ([1998], 2014), a questionar Habermas quanto à tentativa de levar a cabo uma reabilitação do modernismo.

Poderiam as coisas ter-se passado de outro modo? O modernismo radical extraviou-se por simples percalço de trajeto? [...] Não se trata por certo de um equívoco, mas de um desdobramento conduzido por uma espécie de lógica histórica imanente. A Arquitetura Moderna é um caso exemplar. [...] desde o início ela foi pensada como a principal aliada na solução dos grandes antagonismos da sociedade capitalista, a que seria capaz de reorganizar por uma reordenação do espaço – o que, segundo Le Corbusier, haveria de prevenir contra a revolução. (ARANTES, [1998], 2014, p. 25).

Assim, se por um lado essa cidade moderna já nasce como cidade do capital, por outro, também surge sob um contexto de grandes expectativas, sendo essas pautadas inclusive na própria

¹³ David Harvey (2015) analisa detalhadamente esse processo em *Paris, capital da modernidade*, onde mostra como a reorganização e redirecionamento das finanças parisienses permitiu, a um só tempo, beneficiar diversos setores de sua elite financeira, assim como a reforma da cidade.

grandiosidade técnica das reformas que, deve-se reconhecer, por exemplo, criaram condições de vida inexistentes até então. Nesse sentido, a primeira metade do século XX ainda pulsa viva, enquanto suas dinâmicas de *possibilidades e impossibilidades* aparecem ainda turvas, entre a consolidação da ordem social burguesa e as utopias que pensavam um outro mundo.

O sinal para o fim dessa dualidade se dá em meio às duas Grandes Guerras Mundiais, o que se explica tanto pelo teor traumático, destrutivo e violento desses conflitos, quanto pelo empenho significativo dos principais elementos da modernidade para que fossem levados à cabo, indo da atuação do Estado, capitais nacionais e conglomerados industriais, à ciência e filosofia, entre outros. Havia, nesse contexto, um processo de disputa acerca das diretrizes de como o capital deveria se reproduzir, e nesse quesito, as divergências que se acumularam anteriormente à Primeira Guerra Mundial foram significativas.

Portanto, um fim que não se revela somente em eventos, mas também no constrangimento que se abate sobre os horizontes que até então caracterizavam a modernidade. Há, nesse sentido, uma redução severa das expectativas, da distância que se projetava entre espírito e materialidade, de tal forma que as imagens de futuro que viriam a aflorar nas artes, na razão científico-filosófica e na arquitetura e urbanismo emergentes deverão se adequar à esse alinhamento da materialidade capitalista, seja como uma tentativa de resistência estratégica, seja como integração deliberada às dinâmicas de reprodução do capital, sem excluir, é claro, o fim daqueles que não se enquadram a esse novo contexto.

Nas artes, o *expressionismo alemão*¹⁴ (1919-1930) exhibirá essa perda, manifesta-a por meio de um olhar voltado à dimensão traumática da vida que experiencia o indivíduo do século XX, solitário e impotente frente à grandiosidade das obras humanas; um olhar que, mesmo ao retratar mundos fictícios, carrega em seu plano subterrâneo as penúrias da modernidade, da Primeira Guerra Mundial e da miséria do pós-guerra. Projeta-a inclusive nos cenários, nos quais as cidades, colossais e (ou) deformadas, aparecem como mecanismos de opressão ao indivíduo, que tem suas angustias ampliadas na mesma medida em que descobre sua insignificância perante os olhos do mundo.

Ainda, para além das obras aterrorizadas pela fábrica de horrores da modernidade, é

¹⁴ Estilo cinematográfico alemão surgido após a Primeira Guerra Mundial, apresenta concepções próprias de personagens, cenários e roteiros que tratam de existências atormentadas, traumáticas e distorcidas.

significante desse terceiro contexto o próprio destino dos movimentos vanguardistas; sintoma, o expressionismo será tanto extinto pelo nazismo na Alemanha, quanto suas vertentes serão direcionadas para um propósito mais afeito ao mundo do capital. Desta forma, os

[...] traumas da Segunda Guerra e da experiência de Hiroshima e Nagasaki eram, tal como traumas da Primeira Guerra, difíceis de absorver e de representar de maneira realista, e a inclinação ao expressionismo abstrato por parte de pintores como Rothko, Gottlieb e Jackson Pollock refletia conscientemente essa necessidade, embora suas obras tenham se tornado centrais por razões bem diferentes. O problema é que o modernismo internacional tinha exibido fortes tendências socialistas, e até propagandistas, nos anos 30 (por meio do surrealismo, do construtivismo e do realismo socialista). A despolitização do modernismo, que ocorreu com a ascensão do expressionismo abstrato, pressagiu ironicamente sua assimilação pelo establishment político e cultural como arma ideológica na Guerra Fria. [...] Embora a repressão macarthista fosse dominante, as corajosas telas de Jackson Pollock provavam que os Estados Unidos eram um bastião de ideias liberais num mundo ameaçado pelo totalitarismo comunista. (HARVEY, [1989] 2012, p.43).

Expectativas decrescentes que no campo da razão já começavam a se delinear a partir trajetórias e debate¹⁵ entre o *Círculo de Viena*¹⁶ e a *Escola de Frankfurt*¹⁷, tendo ambos, pelo menos em parte, fundamentando-se no terreno comum da crítica nietzschiana. Mais detalhadamente, o *Círculo de Viena* procurou se embasar no desenvolvimento técnico e numa renovada capacidade de verificabilidade experimental, para promover seu método científico, nomeado de *Positivismo Lógico* (ou neopositivismo); método que supostamente seria o único dado à promoção da falseabilidade e das verdades efêmeras, sendo, por isso, supostamente capaz de operacionalizar a razão humana rumo a uma trajetória mais comedida e menos compromissada com verdades absolutas e imagens rígidas de futuro que, propagadas pela metafísica e pelo historicismo, haviam resultado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

¹⁵ Esse embate é marcado por um encontro ocorrido em 1961, num congresso realizado pela Sociedade Alemã de Sociologia em que Theodoro Adorno (1903-1969) e Karl Popper (1902-1994) realizam falas que se aproximam, mas que durante o mesmo congresso se percebem completamente opostas.

¹⁶ Grupo de filósofos formado em Viena entre 1922 e 1923 que tinham como objetivo principal reabilitar uma filosofia fundamentada no empirismo, o que os colocava em confronto aberto com a Metafísica que havia se desenvolvido desde Hegel, considerada pelos mesmos como obscura.

¹⁷ A Escola de Frankfurt surge no Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, em 1930, constituindo-se como uma vertente de pensamento filosófico e sociológico marxista que diverge da direção do partido comunista internacional, à época centralizada em Moscou.

Postulações bastante significativas, dado o impacto que provocaram no mundo acadêmico-científico, mas também muito contestadas ao menos em três eixos principais¹⁸; o primeiro, relacionado à atribuição das principais misérias da modernidade à razão afeita às verdades absolutas (oriundas, segundo os mesmos, da metafísica e do historicismo), omitindo em absoluto, as bases materiais dos problemas sociais, políticos econômicos da modernidade, o que se constata, por exemplo, no silêncio do Círculo de Viena em relação às tramas materiais do *Imperialismo* que teceram a Primeira Guerra Mundial; em segundo, em relação ao papel da razão (conhecimento científico-filosófico) que surge nessas proposições como elemento capaz de, por si só, ditar os rumos da humanidade em sua totalidade, ao mesmo tempo em que se omite a participação de uma ciência já muito positivista, supostamente isenta de ideologias, comprometida tanto com o Imperialismo, quanto com os esforços de guerra; e, em terceiro, pelo declarado abandono das intenções de emancipação humana, o que denota a conivência com a ordem social capitalista liberal estabelecida das nações mais desenvolvidas, sem se preocupar, portanto, com as demais partes do mundo.

Na *Dialética do Esclarecimento*, de 1947, obra seminal da Escola de Frankfurt desenvolvida por Theodor Adorno e Max Horkheimer, a redução do horizonte de expectativas surge da análise crítica dirigida à acidentada e fragmentada trajetória do *esclarecimento*¹⁹, da antiguidade à modernidade. Esse caminho revela, na perspectiva desses filósofos, o Iluminismo enquanto um estágio, um momento da razão em que o conhecimento humano pôde vislumbrar a possibilidade de emancipação humana ao mesmo tempo em que, transmutando-se em ciência, confirma seu verdadeiro destino enquanto um mecanismo de poder. Uma ciência funcional ao capitalismo, que aparece como procedimento destinado a fragmentar e possibilitar a reprodutibilidade dos valores de uso, desdobrando-os em valores de troca que, aparentemente desvinculados das relações sociais de produção que os criam, possibilitam arquitetar e transformar

¹⁸ Essas contestações, e outras, foram realizadas principalmente por Adorno (1974), em *Introdução à Controvérsia sobre o Positivismo na Sociologia Alemã*, publicado postumamente.

¹⁹ Citando diretamente o professor Guido Antônio de Almeida em sua nota de tradução à edição brasileira de – a *Dialética do Esclarecimento* –, em “[...] Adorno e Horkheimer, o termo é usado para designar o processo de “desencantamento do mundo”, pelo qual as pessoas se libertam do medo de uma natureza desconhecida, à qual atribuem poderes ocultos para explicar seu desamparo em face dela. [...] Processo pelo qual, ao longo da história, os homens se libertam das potências míticas da natureza, ou seja, o processo de racionalização que prossegue na filosofia e na ciência (ADORNO; HORKHEIMER, ([1947], 1985, p.7- 8).

todas as dimensões da vida em mercadoria.

Ora, nesse mesmo contexto, em que se reduzem os horizontes de expectativas e se encerra o pretenso descolamento entre espírito e materialidade, a cidade moderna terá seus valores de uso, ou seus usos, restringidos e desdobrados em valores de troca, transformando-se num elemento determinante às dinâmicas de reprodução do capital.

Não menos importante, esse processo se revelará pela emergência do conceito de *espaço*, enquanto materialidade de uma racionalidade técnico-científica voltada à reprodução do capital, voltado a garantir à cidade um sentido tanto mais amplo, vazio e manipulável, quanto mais restritivo, dado que sob a lógica de uma manipulação experimental, deve produzir, ao fim de intervenções determinadas, resultados esperados. Interpretação realizada por Lefebvre ([1974], 1991) e que, não podemos deixar de sublinhar, traz todo seu escopo teórico marxista, dado que o deparar-se da cidade moderna com o conceito de *espaço* nada tem de um espírito absoluto, ou de uma tecnocracia urbanística, capaz de controlar e significar completamente o espaço, mas sim de uma abstração tal que, na mesma grandeza de sua ambição, confessa sua imanência às condições sociais, históricas e políticas que lhe configuraram.

Não por acaso, em *A produção do Espaço*, no debate com o campo da linguagem, Lefebvre ([1974], 1991) é enfático ao destacar que não há uma verdade originária do *espaço*, límpida e legível somente aos iluminados do mundo. Esse entendimento, segundo o filósofo francês, é uma *ilusão de transparência*, concepção que supõe uma equivalência impossível entre espaço mental e o espaço social. Ainda, segundo o mesmo, tão pouco há uma essencialidade do espaço esquecida ou escondida que deva ser encontrada, *ilusão realística*, posto que tal concepção nega aos sujeitos sociais a capacidade de significar e mudar os sentidos do espaço que produzem, em outras palavras, concepção que não admite a produção social do espaço, mistificando-o enquanto um real imutável que também deságua na necessidade da *ilusão de transparência*.

Dessa forma, a crítica lefebvriana procurou demonstrar que não há significativo que se sobreponha ao espaço enquanto totalidade, o que também nos leva a entender que a perda de horizontes na cidade moderna não é dada por uma concepção de espaço emergente ou reencontrada no passado; pelo contrário, seria o surgimento desse conceito que integra a materialidade que se faz presente enquanto produção social global do espaço, constituindo-se enquanto uma necessidade para os processos nomeados por Lefebvre de *explosão da cité* e de virtualidade do *urbano*.

Essa primeira, caracterizada pelo profundo rearranjo das relações sociais que se inscrevem e produzem o espaço, conduzida pela reprodução ampliada do capital a nível global, pelo Estado-nação e pelos processos de industrialização e urbanização, todos vitais às condições espaciais que mediam agentes e relações nas mais diversas partes do mundo. Nesse sentido, processo que passa a inviabilizar a interpretação da cidade enquanto uma totalidade sólida, por meio de análises que a tomem unicamente enquanto obra de relações sociais obtusas, fechadas em si mesmas, exclusivamente locais ou regionais, demandando, portanto, um olhar redimensionado para o espaço.

Ora, é na Bauhaus, escola alemã de arte moderna vanguardista, fundada em 1919 por Walter Gropius²⁰, que Lefebvre ([1974], 1991) identifica o primeiro momento do reconhecimento dessa necessidade.

It so happens that this emergence can indeed be fixed: it is to be found in the 'historic' role of the Bauhaus. Our critical analysis will touch on this movement at several points. For the Bauhaus did more than locate space in its real context or supply a new perspective on it: it developed a new conception, a global concept, of space. At that time, around 1920, just after the First World War, a link was discovered in the advanced countries (France, Germany, Russia, the United States), a link which had already been dealt with on the practical plane but which had not yet been rationally articulated: that between industrialization and urbanization, between workplaces and dwelling-places.²¹ (LEFEBVRE [1974] 1991, P.124).

Reforçamos, não está em disputa a ligação e surgimento da Bauhaus com o contexto específico da Alemanha durante o pós-Primeira Guerra Mundial, o que Lefebvre ([1974], 1991) advoga é que limitar-se a essa perspectiva significa perder de vista a emergência da concepção de um espaço universal. Não se trata mais do espaço enquanto um apanhado de objetos arquitetados individualmente, tão pouco de uma localidade que emana uma identidade associada a um estilo arquitetônico, mas sim do espaço enquanto um projeto cunhado sob uma concepção que o conecta deliberadamente às forças produtivas e à dinâmica de reprodução do capital em escala global, tendo

²⁰ Walter Gropius (1883-1969), arquiteto modernista alemão, fundador da Bauhaus. Emigrou para os Estados Unidos da América devido a ascensão nazista, que desprestigiava e mesmo perseguia artistas e a própria arte moderna.

²¹ “Sim, pode-se datar com precisão essa emergência. Esse foi o papel “histórico” da Bauhaus, que a análise crítica reencontrará muitas vezes. A Bauhaus não só apresentou uma “posição do objeto” no espaço, nem perspectivas sobre o espaço, mas uma concepção do espaço, um conceito global. Nesse momento (próximo a 1920, depois da primeira guerra mundial) descobriu-se nos países avançados (França, Alemanha, Rússia, Estados Unidos) uma conexão já vislumbrada praticamente, mas ainda não racionalizada: entre a industrialização e a urbanização, entre os lugares de trabalho e os lugares de habitação.”

como objetivo resultados projetados, o que lhe garante um aspecto de funcionalidade e racionalidade.

É a partir da Bauhaus e de seu primado pela funcionalidade espacial, que um conceito de espaço passa à pretensão de contemplar a uma materialidade universal, incluindo aí suas relações sociais em expansão, o desenvolvimento técnico das forças produtivas, os processos de urbanização, industrialização e a explosão da *cit e*. Nesse sentido, não poderia ser de outra forma que Lefebvre ([1974], 1991) chamaria a aten o para o que passa desapercibido aos historiadores da arte.

It is easy enough to establish the historic role of the Bauhaus, but not so easy to assess the breadth and limits of this role. Did it cause or justify a change of aesthetic perspective, or was it merely a symptom of a change in social practice? More likely the latter, *pace* most historians of art and architecture. When it comes to the question of what the Bauhaus's audacity produced in the long run, one is obliged to answer: the worldwide, homogeneous and monotonous architecture²²[...]. (LEFEBVRE [1974],1991, P.126).

Racionalidade e funcionalidade espacial que Berman ([1982], 2007) v e sobrepujar os moradores Bronx e suas práticas espaciais, justificando e embasando a demoli o de uma Nova Iorque de fins da década de 1930 levadas a cabo pelas interven es urbanas financiadas pelo Estado e conduzidas por Robert Moses²³. Contexto em que se transforma a própria cidade moderna (anterior) num elemento antiquado e obsoleto, em que espaços públicos, ruas, praças, parques e bairros serão dilacerados em prol da autoestrada.

Mesmo sentido de racionalidade do espaço captado por O lia Arantes ([1998], 2014) ao apontar nesse contexto o surgimento de uma *urbaniza o destruidora* que se consolida como signo de um modernismo ceifado de suas perspectivas emancipatórias, promotora de cidades funcionais   reprodu o do capital e do controle social. Cidade que,   medida que as práticas e usos do espaço

²² “  fácil estabelecer o papel histórico da Bauhaus, mas nem tanto avaliar a amplitude e os limites desse mesmo. Ela foi causa ou razão de uma mudança na perspectiva est tica, ou um mero sintoma de uma mudança das práticas sociais? Mais provavelmente o segundo, ao contrário do que pensam a maior parte dos historiadores da arte e da arquitetura. E quando se questiona, no que teriam resultado as audácias da Bauhaus a longo prazo? Devemos responder, numa arquitetura mundial, homog nea e monótona

²³ Robert Moses (1888-1981), engenheiro americano que ocupou cargos nomeados como o de secretário de estado do Estado e diretor dos parques estaduais e da cidade, além da presidência da Triborough Bridge Authority, espécie de agência regulatória e de projetos relacionada   opera o de pontes, túneis e pedágios, o que lhe garantiu prestígio e poder sobre os setores relacionados aos transportes e às obras metropolitanas.

são constrangidos por *essa racionalidade espacial*, deixa de proporcionar a *experiência libertadora do espaço moderno* nos países centrais do capitalismo.

Todavia, essa racionalidade do espaço e da cidade voltada ao capital não se manifesta somente na ampliação e intensificação de fluxos de informação, produção e mercadorias, revela-se também nas contradições de suas intervenções, na violência da segregação espacial e do controle social, na degradação do antigo tecido urbano rasgado por novos objetos (viadutos, autoestradas, linhas férreas, etc), na restrição de seus usos e apropriações.

Manifesta-se também em novas formas de crítica que surgem em contestação a esse espaço, como aponta Berman ([1982], 2007), na revolta das ruas, nas explosões da contracultura e no maio de 1968, todos eventos relacionados à perda dos horizontes da modernidade e da própria cidade moderna. Destaca-se como marco para esses movimentos de insurreição à sociedade do consumo e a cidade funcional, a crítica que se encontra em *Morte e Vida das Grandes Cidades*, obra de Jane Jacobs (1961), que se traduz numa utopia de defesa à vida da cidade moderna, dos espaços públicos frequentados, acolhedores e seguros a todos.

Ao mesmo tempo, uma obra que projeta uma mediação possível junto ao capitalismo, uma capitulação concordada, estratégica, que presume resistir e salvar a cidade moderna ao fincar pé nas dinâmicas e elementos que animavam no contexto de modernidade pretérito. Portanto, um novo tipo de crítica que tem como objetivo, não mais um mundo inteiramente novo, mas sim um mundo em que a *urbanização-destruidora* seja regulada, possibilitando a coexistência entre os acúmulos do tempo na cidade e o *espaço funcional*. Tipo de crítica que, como identifica Arantes ([1998], 2014), surge na arquitetura e urbanismo em propostas que envolvem como:

[...] consertar sem destruir; refazer sem desalojar, reciclar, restaurar, criar a partir do que está dado, respeitar a sedimentação dos tempos diferentes, reatando e rejuvenescendo os vínculos com a tradição, enfim, construir um “lugar” – na acepção forte do termo -, ou seja, dar forma ao informe, sem com isso querer ordená-lo, mas devolvendo-lhe a antiga dignidade, redescobrimo por aí o fio perdido da continuidade histórica que lhe dá sentido, e assim por diante (ARANTES, [1998], 2014, p. 124).

Ainda assim, e em que pese a crítica iniciada por Jacobs (1961), um esforço que, ao buscar as relações dariam vida à cidade, não vai além de numa imagem cristalizada do passado, nas palavras de Berman ([1982], 2007), uma representação bucólica da cidade moderna. Imagem limitada que se dá principalmente ao se dispensar o conhecimento acerca das relações capitalistas,

das escalas e do nível de abstração em que operam ao determinar o espaço. Portanto, concepção que pode ser vista tanto como utópica, dado a impossibilidade de sua persistência num contexto capitalista de *racionalidade espacial*, quanto conservadora, uma vez que projeta no horizonte uma cidade ainda presa à sociedade e de produção capitalistas, tendo preservadas também suas contradições e dinâmicas tradicionais.

Posto isso, ainda que uma esquerda mais radical pudesse à época protestar contra a posição acrítica de Jacobs em relação ao capitalismo, poucos foram capazes de entender o que se passava com as dinâmicas espaciais de fins da década 1960 e, em um nível mais amplo, mesmo com o capitalismo. Nas palavras de Berman,

[...] artistas, pensadores e ativistas que questionaram o mundo da via-expressa admitiam como certos a sua inesgotável energia e seu impulso inexorável. Eles encaravam suas obras e ações como antíteses, envolvidas num duelo dialético com a tese que estava sufocando todos os gritos e que varria todas as ruas do mapa moderno. Esse embate de modernismos radicalmente opostos conferiu à vida dos 1960 muito de sua coerência e excitamento.

O que ocorreu na década de 1970 foi que, justamente quando os gigantescos motores do crescimento e da expansão estacaram e o tráfego quase parou, as sociedades modernas perderam abruptamente sua capacidade de banir para longe o passado. Durante toda a década de 1960, a questão que se colocava era se deveriam ou não fazê-lo; agora, nos 1970, a resposta era que simplesmente não poderiam. (BERMAN, [1982], 2007, p. 390).

Nesse sentido, praticamente todo o espectro crítico de esquerda, ao buscar em seu polo oposto a mesma direita de sempre, em suas já conhecidas diretrizes de intervenção espacial, encontrava apenas um vazio que tornava suas estratégias anteriores inúteis. E mais, não apenas não encontrava seu antigo nêmesis, como começava a ter dificuldades de sustentar seus projetos de futuro, sendo forçada a buscar no passado elementos de referência.

Ora, na visão já distanciada de David Harvey ([1989], 2012), o que se coloca em perspectiva no momento de transição entre as décadas de 1960 e 1970 é uma crise do capitalismo que, em seu limite, tanto leva à um novo modo de acumulação, como desestabiliza as forças produtivas do contexto anterior, incluindo aí a classe trabalhadora. Nesse sentido, a passagem do modelo de acumulação *industrial-fordista* à acumulação *flexível-toyotista* tem, na visão do geógrafo inglês, um profundo efeito na produção do espaço capitalista, passando o próprio espaço a ser integrado às forças produtivas na luta contra a tendência da queda das taxas de lucro.

De maneira semelhante, Lefebvre ([1972], 2016) aponta essa abrupta transformação do capitalismo, destacando que, naquele momento, era “preciso tomar como referência a reprodução das relações sociais de produção, e não a produção no sentido restrito dos economistas, isto é, o processo da produção das coisas e do seu consumo” (LEFEBVRE, [1972], 2016, p.47). Assim, de maneira geral, enquanto o espectro crítico da sociedade ainda pautava seus discursos e ações contra uma cidade funcional, contra a produção industrial e o consumo de massa, a produção do espaço encaminha o fim da cidade moderna e, nas palavras de Lefebvre ([1974], 2016), começa surge um espaço

[...] homogêneo e contudo, deslocado, recortado e entretanto ordenado, desarticulado e todavia conservado, é o espaço onde o centro, explodindo, se enrijece, por exemplo, nos centros comerciais, lugares onde o monofuncional permanece a regra, mas com um cenário e um estetismo não funcionais, com simulacros de festas e uma simulação do lúdico. (LEFEBVRE [1974], 2016, p.47,48).

Um espaço diferente, a começar pela questão da forma-função, afinal, deixa de apresentar necessariamente a primeira como condicionada à funcionalidade industrial e a acumulação fordista. E, apesar do mono funcional ainda persistir nesse contexto, outras formas de incorporação do espaço e de seus usos, antes desprezados pela racionalidade industrial, começam a surgir, sendo esses convertidos²⁴ em valores de troca e incorporados à reprodução do capital.

Sob essa nova produção do espaço, a cidade deixa de produzir, os limites, impossibilidades e a segregação espacial típicas e já latentes da *era industrial*, criando outras menos aparentes e óbvias. Essa cidade fundamentar-se-á sob um subterfúgio ainda mais profundo, sob um espaço “homogêneo e ordenado”, dado por relações sociais de exploração universais, abstratas e engendradas como naturais; ao mesmo tempo, em sua aparência, se assemelhará à cidade imaginada por Jacobs (1961), com ruas vivas, frequentadas, com seus comércios locais ativos, repleta de lugares destinados ao lazer e ao prazer desinteressado, mas que, ao contrário do que desejava a autora americana, elementos de uma cidade que se disponibilizariam apenas em ilhas particulares, caracterizando, como destacado por Lefebvre ([1972], 2016), um espaço marcadamente “recortado e desarticulado”, uma cidade fragmentada.

²⁴ Lefebvre aborda tal processo ao tratar, em *Espaço e Política*, da fragmentação do espaço e de como os fragmentos de seus usos se desdobram em valor de troca, sendo, por isso, transformados em raridades.

As formas despreziosas, que aí brotam em profusão, manifestam não somente esses usos tornados em valores de troca, mas também um novo conceito de espaço, projetado tanto na arquitetura dos interiores, quanto nos projetos urbanos, como destacado Harvey ([1989], 2012), ao analisar o pós-moderno na cidade. Um

[...] conceito do urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas superpostas umas às outras e “colagem” de usos recorrentes, muitos dos quais podem ser efêmeros. Como é impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços, o *projeto* urbano (e observa-se que os pós-modernistas antes projetam do que planejam) deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional. Tudo isso pode florescer pelo recurso a um notável ecletismo de estilos arquitetônicos. (HARVEY, [1989], 2012, p.69).

Assim, essa cidade que se autoproclama libertária e distante da funcionalidade do mundo da produção só pode existir como farsa, dada ao silêncio e à omissão das relações que a conformam. Produto e meio da totalidade capitalista, é projetada como elemento composto de fragmentos aparentemente independentes e sobrepostos de modo aleatório, exibindo um discurso desvinculante, em que os espaços do consumo não possuem qualquer relação com os espaços da morte e da insegurança.

Nesse sentido, chega-se mesmo a falar de uma cidade que se apresenta como dilatação do espectro de usos e liberdades do espaço, apropriando-se até mesmo da crítica ao controle social massivo levado à cabo pelos promotores e planejadores da cidade funcional. Característica que, como faz notar Otília Arantes ([1998], 2014), manifesta-se no colapso do planejamento urbano enquanto centralidade para a cidade do capital, solicitando da arquitetura urbanística essa outra centralidade, a do desenho urbano.

A própria expressão “desenho urbano” (em lugar de planejamento), pelo que encerra de restrição, parece anunciar esse estreitamento das possibilidades de mudança real, que no plano ideológico, [...] reflete a espécie de renúncia a que obrigou a *débâcle* irresistível do Movimento Moderno (ARANTES, [1998], 2014, p. 122).

A falência do planejamento urbano, em detrimento de seu desenho ou projeto, comunica mercadorização de diversas instâncias essenciais à reprodução da vida, da moradia, saúde,

educação, trabalho, deslocamento e segurança, estando todas essas condicionadas à avassaladora fragmentação do espaço.

Desta maneira, os movimentos modernos, críticos e utópicos, deparam-se com um espaço em que a dimensão da totalidade se torna turva novamente, mas uma turbidez que, dessa feita, não lhes oferece mais a *experiência libertadora do espaço moderno*, e que tão pouco será acolhedor a novas utopias que mirem um horizonte universal de emancipação humana. Por sua vez, as apropriações e usos do espaço tradicionais ainda resistentes à reprodução do capital também não encontram nesse novo espaço a possibilidade de alçar expectativas muito além no horizonte, suas lutas se dão no sentido da preservação de suas identidades, de seus passados e de sua própria existência no presente.

Enfim, parece se encerrar a trajetória da modernidade e de sua cidade, um *fim de linha* determinado pelo acirramento das dinâmicas de controle social e, de maneira inversamente proporcional, pela redução das expectativas dos projetos de emancipação humana, sobressaindo-se aí as determinações da reprodução do capital. Ainda assim, um encerramento que não elimina as próprias contradições da reprodução do capital, e a inexorável necessidade da revolta e das apropriações coletivas dos usos do espaço.

PERCUSO 3: A INCORPORAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE CONTROLE SOCIAL: DA METRÓPOLE PLANEJADA À CIDADE MERCADORIA

3.1: DA CIDADE INDUSTRIAL À METRÓPOLE PLANEJADA: A MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA E DA CIDADE

Os dois percursos anteriores apontaram, até aqui, um contexto de espaço-tempo que marca o fim da trajetória percorrida pela cidade moderna, o fim de linha dos elementos e características que lhe conferiram uma identidade, o fim da liberdade contida na turbidez de sua dinâmica entre possibilidades e impossibilidades, do descolamento entre as projeções do espírito e a condição material da existência humana, das perspectivas de futuro e emancipação humana emanada de uma utopia urbana.

Colocamos tal trajetória sob a perspectiva de três contextos distintos, inicial, intermediário e de fim de linha laçando mão tanto de aspectos relacionados à evolução²⁵ da cidade moderna, de seus usos, formas e conteúdos, como de fenômenos paralelos que evoluem nas artes, na ciência e sociedade, relacionados à cidade principalmente por meio das dinâmicas de reprodução das dinâmicas do capital.

Indicamos, também, como fator decisivo para esse fim de linha, o desenvolvimento da produção do espaço, da objetivação e realização de um espaço total, moldável e controlável, a partir do qual fossem estabelecidas as dinâmicas espaciais necessárias à continuada reprodução ampliada do capital. Além disso, a partir de Lefebvre ([1972], 2016) apontamos uma relação estreita entre essa produção do espaço e uma violência repressiva, que atuaria para vedar a experiência de um urbano possível, que emergiria em meio ao colapso da modernidade e de sua cidade. Uma violência que se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, e, conseqüentemente, à produção do espaço, que, por isso, coloca-se contra aquilo que chamamos até aqui de excesso urbano, ou seja, orientada a impedir que se estabeleça como alternativa uma experiência dada pela reunião de diferentes usos do espaço e formas de reprodução da vida, fossem essas gestadas em meio às contradições da reprodução do capital, fossem de formas de vida

²⁵ O termo empregado aqui não tem a intenção de realizar um julgamento com base em quaisquer tipos de parâmetros de eficácia, ou análises do tipo, trata-se somente de referência ao desenrolar, à trajetória percurso.

tradicionais e usos do espaço pretéritos.

Dessa maneira, uma relação com um sentido específico que se choca frontalmente a discursos e estudos produzidos entre governantes, administradores, cientistas e planejadores, que veem na violência de controle social, repressiva, uma relação social que se desenvolve primordialmente contra o medo de revoltas, revoluções, contra o que tomam como perda de valores tradicionais, contra o medo da criminalidade e, até mesmo, de problemas sanitários.

Não excluimos a ideia de que o medo exerça um papel influente nas dinâmicas modernizadoras dos dispositivos de controle social. Contudo, é necessário nos defrontarmos com esse discurso se pretendemos sustentar nossa abordagem acerca das transformações na relação entre a produção do espaço e a violência de controle social na década de 1970. Em outras palavras, é preciso demonstrar que, se o medo é real e cumpre um papel para a modernização dos dispositivos de controle, esse não é a energia motriz dos dispositivos de controle social.

Posto isso, se apontamos o encerramento da cidade moderna e seus alicerces, ainda não demonstramos exatamente como a violência de controle social se integra à produção do espaço para conformar esse fim de linha. Assim, com o objetivo de delinear mais especificamente a referida integração, o percurso que aqui apresentamos se divide em duas partes; uma primeira em que abordamos os processos de modernização da polícia e da cidade, ocorridos entre os séculos XIX e XX, *buscando evidências do* intercruzamento desses no advento da *metrópole planejada*. Escolha que se justifica, no caso específico da *polícia*, por essa assumir, entre os séculos XIX e XX, o monopólio da violência estatal direcionada ao controle social, concentrando e registrando em sua própria trajetória as determinações que se impuseram para que se adotasse a forma de uma instituição estatal incorporada à produção do espaço. E a *cidade* que, por sua vez, tanto se apresenta como um espaço de desafio à polícia, o excesso a ser contido, quanto por ser objeto de uma transformação entre os contextos intermediário e de fim de linha da modernidade, uma manifestação das transformações da *produção* do espaço.

E a segunda parte, em que abordamos mais diretamente o sentido, as dinâmicas e práticas de violência de controle social incorporadas pela produção do espaço, seja no pós-crise de 1929 sob a atuação da polícia incorporada à *metrópole planejada*, seja no pós-crise de 1970, sob a ascensão da segurança priva e da *cidade mercadoria e empresa*.

Pois bem, retrocederemos neste princípio de percurso ao contexto intermediário da modernidade, de queda gradual do Absolutismo na Europa e industrialização, de crescimento populacional e das contradições inerentes aos grandes centros europeus no século XIX, enfim, de ebulição das dinâmicas entre possibilidades e impossibilidades da modernidade. Contexto em que, de maneira geral, as experiências e práticas de controle social tiveram de se modernizar, particularizando-se principalmente a partir das dinâmicas existentes nos diferentes territórios nacionais.

Pois bem, modernizar-se, como destacado no percurso anterior, pode ter significados e interpretações variadas, mas, de maneira geral, nas mentes daqueles que assumiram posições de comando nesses processos, tanto para a polícia, quanto para a cidade, as formas pelas quais suas transformações foram levadas à cabo encaminharam a uma reordenação de práticas e recursos de modo a tornar mais eficaz e estável o controle social exercido por ambas. Ao considerarmos a perspectiva desses agentes, devemos então nos perguntar, em relação à *cidade* e a *polícia*, como se dá essa caminhada de transformação ocorrida entre os séculos XIX e XX.

Ao tomarmos essa modernização da polícia na Europa do século XIX, veremos que seu marco inicial está associado à figura e ações de Sir Robert Peel (1788-1850), lorde inglês que, em 1829, cria a Polícia Metropolitana de Londres, tendo como referência suas experiências relativas ao gerenciamento da ocupação colonial da Irlanda, das quais, segundo Vitale (2017), traça o objetivo principal de “desenvolver uma forma de polícia mais profissional e de baixo custo”, “que permitisse uma dominação política e econômica contínua a despeito das crescentes insurreições, revoltas e levantes políticos”. Parte do princípio de que, em meio a uma realidade cada vez mais caótica e revolucionária como aquela existente nos grandes centros urbanos europeus, era necessário desenvolver uma polícia metropolitana que mantivesse a população ao lado do poder instituído, o que só poderia ser alcançado mediante a profissionalização da polícia, conferindo-lhe junto à população o status de uma instituição apolítica, imparcial e concidadã. Alicerçado nesse objetivo principal, as premissas de Sir Robert Peel em relação à criação dessa nova forma de polícia também passavam pela necessidade de se apagar a imagem corrupta e mesquinha das polícias instituídas por milícias locais, especialmente após o Massacre de Peterloo²⁶ (VITALE, 2017).

²⁶ Massacre de trabalhadores ocorrido em 1819, no centro de Manchester, após a declaração de ilegalidade de uma manifestação em prol de reformas relativas ao trabalho nas indústrias. Nesse evento, trabalhadores foram brutalmente

Ao ampliarmos o escopo de nossa análise, notaremos que, para além das intenções individuais de Sir Robert Peel, a modernização da polícia responde diretamente à consolidação do Estado-nação, conformando-se por dois eixos principais de transformação. Um desses eixos consiste da criação de uma instituição com uma estrutura semelhante àquela dos exércitos modernos, porém, independente dos mesmos e voltada somente ao controle social, o que equivalia a colocar em desuso as milícias locais e destacamentos militares intermitentes para a função de polícia. Uma forma moderna de polícia que apresentaria uma estrutura física própria, um corpo profissional formado de soldados e oficiais metodicamente treinados, pagos, paramentados e sob jurisdição do Estado.

Deste modo, podemos assumir que, se por um lado esse processo encaminha a uma desvinculação oficial entre polícia e exército, por outro, a modernização dessa primeira representa a cópia das estruturas militares da outra, uma profissionalização que passa exatamente pela militarização *da prática de polícia* encaminhada pelo Estado, como indicam Correia e Wall (2018).

O outro eixo desse processo, assim como indica Liang (1992), ocorre pela definição de novas dimensões espaciais de atuação para as polícias, sendo as mesmas limitadas²⁷ ao território nacional sob jurisdição do Estado, forma pela qual também se distinguem do exército. Isso significa que, não somente a ordem interna do território nacional se tornava objeto de atuação da polícia, mas que suas práticas se tornavam articuladas, obedecendo a um centro de comando específico, irrigado também por uma rede de informação única. Além disso, essa incorporação de limites espaciais determinados pelo Estado-nação também resultou em outras práticas policiais, dentre as quais a constituição de uma rede policial de cooperação internacional (europeia)²⁸, como indicado por Liang (op. cit.).

Essa modernização que adentra o século XX chega, segundo Liang (op. cit.), a uma forma mais definida ao fim da segunda Guerra Mundial, momento em que as tendências liberais e

agredidos e mortos no centro de Manchester, criando uma onda de resistência, e mesmo ódio, em relação às polícias de toda Inglaterra.

²⁷ Isso, não significava que tais atividades não poderiam se desenvolver em território estrangeiro, mas sim que sempre estivessem associadas a determinadas pelo próprio Estado e sob o interesse de sua ordem interna.

²⁸ Isso exigiu o reconhecimento da autonomia e interesses mútuos das polícias colaboradoras, sendo a troca de informações relativas à indivíduos considerados perigosos, envolvidos em com grupos rebeldes ou revolucionários, a primeira de suas tarefas.

conservadoras nacionalistas tendem a compor um modo universal de polícia. Contudo, se em meados do século XX essa modernização conforma uma instituição e práticas razoavelmente universais e estáveis, o que isso significa em termos de eficácia e objetivos alcançados segundo os parâmetros divulgados pela própria polícia?

Ora, se tomarmos os escritos e parâmetros do próprio Sir Robert Peel, em seus *Principles of Law Enforcement*²⁹, de 1829, no qual define que: “the basic mission for which police exist is to prevent crime and disorder as an alternative to the repression of crime and disorder by military force and severity of legal punishment³⁰”, então, a avaliação dessa modernização só poderá apontar para um fracasso estrondoso, senão, vejamos.

Ao analisarmos o interregno que vai de 1829 à 1914, percebemos que a polícia falha miseravelmente dentro de seus próprios parâmetros, não consegue evitar nem a desordem, nem o crime, não consegue impedir que constantes revoltas tomem as cidades, assim como ocorrido na Primavera dos Povos, que se espalha pelos principais centros da Europa em 1848. E, se Liang (1992) defende que as polícias na Europa tenham atingido certo sucesso na segunda metade do século XIX, quando o número de revoltas bem sucedidas nas cidades europeias decresce consideravelmente, já ao fim do século XIX, mais precisamente na década de 1880, como identifica Hall ([1988], 2016), cientistas, governantes locais, jornais e mesmo a opinião pública de Londres não paravam de proclamar a completa falência da luta contra o crime na cidade, clamando por uma intervenção estatal que ultrapassasse a atuação limitada da polícia.

Assim, o que queremos destacar com o escrutínio dessa modernização da polícia é que ao fim do século XIX, de maneira quase invariável, a cidade *na Europa* aparece como uma força incontrolável. Essa cidade, inchada pelo adensamento populacional decorrente das expulsões no campo e pela crescente industrialização, apresenta elementos de turbulência que vão muito além da capacidade da polícia manter nela alguma ordem. A cidade³¹ não é apenas espaço de uma

²⁹ Princípios de aplicação da lei.

³⁰ “para proteger a propriedade privada, reprimir tumultos, pôr fim às greves e outros tipos de ações relacionadas às indústrias, e produzir uma força de trabalho disciplinada”.

³¹ Na década de 1920, a Escola de Chicago se torna a mais formal e importante fonte propagadora dessa associação, autores como Park (1925), Thrasher (1927) e Frazier (1932), por exemplo, relacionam a desintegração dos valores, laços familiares e de vivenciais sociais tradicionais à migração e assentamento de populações em guetos urbanos precários, encontrando nesse processo o motivo da degradação dessas populações.

criminalidade crescente, mas também das precárias condições de moradia, vida e trabalho, lugar das principais revoltas e revoluções, da imoralidade, sendo encarada como uma verdadeira incubadora dos piores males existentes.

Cresce nesse cenário a questão do medo, dado tanto por uma perspectiva real de insegurança gerada pelos problemas inerentes às dinâmicas citadinas, quanto por um discurso que se apropria desses males para construir uma perspectiva em que as populações urbanas mais exploradas apareçam como origem única dos mesmos. Não raro, podemos encontrar indivíduos ou classes em posição de privilégio que, apesar de disporem de amplos poderes e aparatos de violência, são mais capazes de sentirem medo do que indivíduos de classes sociais muito mais expostas a todo tipo de ameaça à vida. Nesse sentido, o *medo* realmente é uma emoção universal, mas que nem sempre está condicionada a uma posição real de fragilidade.

De toda forma, é a capacidade do medo de mobilizar ações e reações, de acelerar processos de tomada de decisão, ainda que fundamentado em circunstâncias irreais, que aparece a Hall ([1988],2016) como um grande propulsor da modernização da cidade, demonstrando tanto a realidade da criminalidade, das doenças, das péssimas condições de moradia e espraiamento das ideias de revolução social, quanto a reação, ainda que em muitos casos injusta, da burguesia e governantes com as classes mais baixas dos grandes centros econômicos do mundo.

Pois bem, gostaríamos de argumentar que, em se tratando desse contexto, apesar de ter sido utilizado com o intuito de mobilizar transformações sociais amplas, o medo não pode ser tomado como elemento propulsor seja da modernização da polícia, seja da cidade. Mas, para tanto, é necessário partimos de dois pontos para os quais viemos desenvolvendo nossa argumentação, a saber:

1- Nossa perspectiva não depende da veracidade do medo, pois, como apontado, sua existência, seu impacto e capacidade de mobilização não estão diretamente relacionados à concretude de sua fundamentação.

2- O discurso do medo, como demonstramos, já no fim do século XIX é transferido e ampliado de uma questão policial para um problema relativo à cidade, ou seja, se antes existiam falhas na atuação da polícia e era necessário modernizá-la, a partir da década de 1880 isso se transfere proporcionalmente à cidade.

Notemos, na Londres de 1885, a cidade já se encontra entrelaçada ao medo e tal associação se volta principalmente contra as moradias da classe trabalhadora, contra os cortiços dos grandes

centros urbanos. Como destaca Hall,

(...) os pardieiros londrinos eram vistos como "locais empesteados" onde a doença, o crime, o vício e o pauperismo floresciam espalhando sua influência contaminante por toda a cidade. Pior que isso, eles eram vistos como "antros do vício", o refúgio das classes violentas e criminais [...]" (HALL [1988], 2016, p.40).

Causada precisamente pela ascendência da produção industrial, pela expulsão das populações do campo e exploração totalmente desregulamentada do trabalho industrial nas cidades, esse tipo de moradia, largamente utilizada pelas famílias por seu baixo custo se torna o objeto de uma inversão. Na medida em que se proliferam os cortiços, e outros tipos de moradia da classe trabalhadora, os bairros, ruas e áreas dessas moradias são acusadas de criarem a mais desgraçada degeneração humana, incluindo aí a proliferação dos ideais revolucionários, enquanto nessa cruzada contra os cortiços o papel da exploração industrial não era mesmo colocado em questão pelos administradores públicos e capitalistas.

Um dos integrantes da *British Royal Commission for Housing of the Working Classes*³², o Marquês de Salisbury (1883), em artigo que discute a questão das moradias, suas condições e efeitos sobre a população, atenta-se contra os alugueis extorsivos e os preços da terra urbana, entretanto, não deixa de associar as moradias à índole moral de seus habitantes, e mesmo à capacidade de superarem a questão por si mesmos.

[...] while in the town it is due to the cost of building and cost of land combined. As housing becomes very severe. Thousands of families have only a single room to dwell in, where they sleep and eat, multiply, and die. For this miserable lodging they pay a price ranging from two-shilling a week – a larger rent, on the whole, than the agricultural labourer pays for a cottage and garden in the country. It is difficult to exaggerate the misery which they must give to vice. The depression of body and mind which they create is an almost insuperable obstacle to the action of any elevating or refining agencies (SALISBURY, 1883, P.304)³³.

³² Comissão Real Britânica para Moradia das Classes Trabalhadoras

³³ “enquanto na cidade os problemas de moradia se devem ao custo de construção e custo do terreno combinados. À medida que as exigências para a habitar se tornam muito severas. Milhares de famílias têm apenas um único quarto para morar, onde dormem e comem, se multiplicam e morrem. Por esse alojamento miserável, eles pagam um preço que varia de dois xelins por semana - um aluguel maior, no geral, do que o trabalhador agrícola paga por uma cabana e um jardim no campo. Não é difícil dimensionar a relação que se cria entre miséria e vício. A depressão do corpo e da mente que eles produzem é um obstáculo quase insuperável à ação de quaisquer agências de elevação ou refinamento”

O efeito dessas primeiras associações é impactante, observável a partir da conformação das cidades jardim e de outras utopias urbanas, do viver e morar na cidade. Para além disso, asserções cada vez mais racistas e elitistas, respaldadas por um discurso científico bem estruturado por sanitaristas, ganham rapidamente a opinião pública, mais especificamente a classe média em diversos de seus matizes. Como destaca Hall ([1988],2016), o

problema era a própria cidade[...]. A percepção dele era o início de muitos males sociais, possível declínio biológico e insurreição política potencial. De 1880 a 1900, talvez em 1914, a sociedade de classe média – os que tomavam as decisões, os editorialistas, os panfletistas, os ativistas – estava ficando apavorada. Muito desse medo foi grotescamente exagerado, de certa forma até deliberadamente, por experimentos autopropagandistas. Mas a realidade subjacente era suficientemente horripilante e derivava da pobreza. (HALL [1988], 2016, p.70).

Não é exagero lembrar que as ramificações dessa associação entre as precárias condições de vida na cidade, classes populares e revoltas sociais alcançariam facilmente as colônias, sendo tema em 1888, como destacado por Challoub ([1996], 2011), de debate entre os congressistas brasileiros preocupados com as consequências do fim da escravidão. Nesse sentido, entrelaçam-se concepções higienistas e eugenistas, a ideia de superioridade do conhecimento científico, as inquietações relativas às revoltas populares e o racismo, ambos presentes no sistema de produção/exploração colonial escravagista.

Logo, o percurso de conformação da cidade moderna se dá sob a influência de um olhar que toma as turbulências e problemas sociais como um produto nefasto da relação existente entre as classes populares e as precárias condições de vida urbana. Ainda assim, chamamos a atenção para incompletude da ideia de uma modernização do controle social e da cidade que se dê primordialmente pelo medo, pois, até a década de 1930, por mais difundido que estivesse, não havia logrado mobilizar transformações amplas sobre seus objetos alvo. Como coloca Benevolo ([1971], 2015) acerca de Londres, o

[...] controle desta enorme cidade é confiado a mais de trezentas repartições locais, que em 1885 são reunidas num único organismo. Mas suas providências são limitadas e parciais: procura-se interromper a massa uniforme da nova periferia com outros parques públicos. [...] Ao lado dos organismos públicos intervêm os particulares: a Sociedade para melhorar as habitações dos trabalhadores, fundada em 1854; a atividade de construção iniciada por Octavia Hill, com a ajuda de Ruskin em 1865; a Associação para cidades-jardim, promovida por Howard em 1898, que realiza nos arredores de Londres duas cidades novas: Lechtworth em

1902 e Welwyn em 1919. Estas iniciativas têm um importante significado cultural, mas seus efeitos são por demais escassos para modificar a imensa periferia que está se formando (BENEVOLO [1971], 2015, p. 677).

Assim, se o medo exerceu algum efeito sobre a sociedade e seus dispositivos de controle social, esse não teria sido capaz de articular mais do que transformações pontuais, em outras palavras, não levou a modernizações tão amplas como aquelas da polícia e da cidade. Ao nosso ver, a força para mudanças tão profundas somente se revela de maneira plena na transição entre os estágios intermediário e de fim de linha da modernidade, mais especificamente por três vias, a saber:

- 1- A crise do capitalismo e do liberalismo enquanto modelo social e de governança predominante (marcada pelo crack das bolsas em 1929);
- 2- A entrada do Estado, nesse contexto, como agente financiador, planejador e executor de um ciclo de recuperação econômica;
- 3- A ascensão da metrópole planejada enquanto forma e conteúdo espacial da produção do espaço, capaz de reabilitar o capitalismo por meio da implementação de uma nova disposição e controle da cidade, ao mesmo tempo em que leva essa a um novo patamar na modernidade.

Começamos abordando esses três pontos a partir do adensamento populacional nos grandes centros do capitalismo mundial. Ora, no início do século XX, como destacado por Hall ([1988],2016), a redistribuição das classes populares na cidade era um dos principais objetivos dos discursos em prol das reformas urbanas e de um novo controle social. Esta tarefa, entretanto, estava condicionada a uma série de dificuldades, dentre as quais a total imobilidade de uma parcela considerável das classes populares, para a qual o preço dos alugueis em áreas não degradadas, somado aos custos de transporte em direção aos locais de trabalho, tornava impossível qualquer arranjo que não considerasse a proximidade entre moradia e os locais de trabalho. Não por acaso, os cortiços próximos às fábricas persistiam como opção mais utilizada por essas classes.

Quando as primeiras sociedades anônimas ou associações voltadas às reformas urbanas começam a despontar na Europa no final do século XIX e princípios do XX, suas utopias incluíam a disponibilização de moradias para as classes populares de modo que se superasse o adensamento populacional, entretanto, esbarravam nesse mesmo nó. Afinal, quem iria arcar com a construção das moradias, ou com os alugueis regulados por um mercado imobiliário ávido por novos mercados? E ainda, quem forneceria empregos em números suficientes para essas classes nas proximidades de suas novas moradias, ou mesmo quem arcaria com o valor do transporte até seus

locais originais de trabalho? Como se vê, obstáculos sensíveis à transformação da cidade.

Nesse sentido, são profícuas as experiências das cidades-jardins que, como iniciativas que se pretendiam independentes, assemelhavam-se entre si por idealizar uma mescla entre uma nova vida citadina, um meio retorno ao campo e um plano arquitetônico/urbano ordenado, buscando criar assim comunidades autônomas (Hall, [1988], 2016). Além disso, compartilhavam utopias de convivência harmoniosa e cooperativa entre classes sociais diferentes, de modo a realizar uma espécie de revolução sem revolução.

Para tanto, as principais sociedades e associações de cidades-jardim se dedicaram a reunir agentes capazes de mobilizar capitais, indústrias, conhecimento técnico e poderes políticos, todos dedicados a desenvolver complexas estratégias de financiamento para equacionar a compra de terras, a construção das cidades e ainda subsídios para os alugueis de moradores de classes populares que desejassem trabalhar nas obras e fábricas ali estabelecidas. De maneiras diferentes, mas ainda com resultados muito semelhantes, foram projetos que falharam inequivocamente em relação às classes mais baixas.

Como atesta Hall ([1988],2016) ao tratar de cidades-jardins (cidade social) encabeçadas por Ebenezer Howard³⁴, essas se tornariam mais bem sucedidas em relação aos anseios específicos de uma parcela da classe média, para a qual essas cidades se tornaram um símbolo de distinção social.

Das três diferentes organizações construtoras responsáveis pelo fornecimento das casas, duas eram cooperativas. Mas o objetivo, “a convivência do dia a dia, que em breve iria sanar as desavenças entre classes”, foi frustrado pelo próprio êxito do subúrbio; hoje até os chalés dos pequenos artesãos estão total e efetivamente elitizados. HALL (1988 [2016], p. 143)

As cidades-jardim jamais conseguiram lidar e solucionar os adensamentos populacionais das grandes cidades, pior, como resultado, o que emergiu dessas primeiras experiências, foi o know-how para empreendimentos posteriores que tão somente buscavam obter ganhos por meio da especulação fundiária e renda da terra, o que na verdade às aproximou das noções de subúrbio americano.

Assim, o que vai se revelar a partir de 1929, após a deflagração da crise das bolsas de

³⁴ Fundador e planejador urbano do movimento da cidade-jardim, mobilizou inúmeras pessoas a partir de sua utopia condessada no livro *To-Morrow: A Peaceful Path to Real Reform* de 1898, em que projeta uma forma de vida e cidade mais harmoniosa entre seus habitantes e também com a natureza.

valores nos principais centros financeiros do mundo, é que, regular de algum modo o crescimento da cidade transformando seus conteúdos, formas, e funções, além de lhe conferir um controle social mais estável, só se efetiva de maneira ampla por meio de políticas públicas conduzidas e desempenhadas pelo Estado. Se anteriormente à década de 1930 havia certo clamor entre arquitetos, governantes e mesmo em meio a opinião pública por intervenções e reformas urbanas que primassem pelo fim das grandes aglomerações associadas às precárias condições de vida urbana e criminalidade, esse clamor só é atendido e ganha forma por meio do Estado, que conduzirá a reestruturação espacial da sociedade, de seus territórios e cidades em prol da superação de crise da reprodução do capital.

Nesse contexto de crise social, política e econômica, poderia se alegar que o medo das revoltas e revoluções alcança seus níveis mais elevados, motivando tais regulações. Contudo, o que desponta de maneira mais latente aí é a urgência de reabilitar o sistema de circulação de mercadorias e capitais, salvaguardando, conseqüentemente, o sistema de exploração do trabalho. De outro modo, o ponto central das ações e políticas desenvolvidas na esteira dos acontecimentos pós 1929 é a necessidade de um espaço apto ao dimensionamento e controle eficaz dos mercados, da circulação de mercadorias e capitais, permitindo corte de gastos com insumos, deslocamentos e mão de obra, todo o possível para se superar a crise.

Na Inglaterra, por exemplo, segundo Benevolo ([1971], 2015), a Royal Commission on the Distribution of the Industrial Population³⁵, nomeada em 1937, publica seu relatório em 1940 e critica a concentração das atividades econômicas e das residências nos centros das grandes cidades. E, nos anos seguintes, depois

[...]da guerra o governo trabalhista, que assume em 1945, põe em votação duas leis de caráter geral. A de 1946 para a realização das novas cidades e a de 1947, que estabelece os critérios para a formação dos planos urbanísticos. [...] destaca-se a construção de 14 novas cidades: oito na zona externa de Londres [...] (BENEVOLO [1971], 2015, p. 681).

Como se vê, a desconcentração demográfica, tão ventilada entre associações e governos locais que temiam a revolução ao fim do século XIX, permanece como um objetivo na primeira metade do século XX. Contudo, devemos nos perguntar. Realocar as populações e moradias para vilas ou pequenas cidades satélites, ligá-las por meio de transporte público a um núcleo

³⁵ Comissão Real para a Distribuição da População e Indústria.

metropolitano criando assim as cidades dormitório, construir e submeter as classes populares aos novos ou renovados espaços e serviços públicos, tudo isso só se coloca em marcha, por medo?

Bem, quando refletimos sobre essa pergunta, percebemos que não se trata simplesmente de isolar essas populações, ou de diminuir sua concentração nos grandes centros urbanos, mas de fazê-lo mantendo a exploração do trabalho. De outra forma, não haveria necessidade de manter fluxos que interligassem a metrópole planejada, emergente no século XX, ou mesmo a necessidade de gastos consideráveis em obras públicas.

Ao explorarmos um pouco mais esse ponto, contrastando-se os projetos de cidade-jardim, ou projetos afins, com as metrópoles planejadas devemos notar que desaparecem os ideais de vida comunitária independente, de vida auto gestada e produzida. Num sentido diferenciado, o que toma forma por meio metrópole planejada são núcleos urbanos satélites semiautônomos que se ligam e mesmo dependem dos grandes centros urbanos e de um sistema econômico nacional de base territorial. Não há aí qualquer intenção de desvinculação das condições de exploração que criaram a realidade dos cortiços.

Essa integração planejada exige uma série de aparatos antes inexistentes, dentre os quais, sistemas de transporte e distribuição energética que se demonstrariam fundamentais. Mesmo a vida particular dos indivíduos seria integrada, viabilizando-se em grande medida pela regulamentação e adequação das moradias que se tornam, por exemplo, obrigatoriamente particulares à unidade familiar.

Assim, além de sua capacidade de integração, a metrópole planejada também deve ser funcional, podemos mesmo dizer que toda sua integração deve se tornar inteiramente funcional. Mas funcional ao que? Repetitivo, pois já destacamos que a cidade deve ser funcional à reprodução do capital, mas aqui exploramos um pouco mais como isso se dá por meio por meio da metrópole *planejada*. Tomemos, portanto, Benevolo ([1971], 2015) ao destacar tal funcionalidade segundo a ótica dos planejadores e arquitetos modernos

A ideia da cidade como um todo único não impede uma análise de suas partes componentes, isto é, as várias funções sobrepostas na vida da cidade; Le Corbusier classifica quatro delas: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e, por fim, circular. (BENEVOLO [1971], 2015, p.630).

Bem, que a metrópole planejada é, portanto, pensada e produzida para dispor e organizar células espaciais nas quais estão contidas uma quantidade exata de moradias, habitantes, indústrias, de serviços tais como bases policiais, prontos-socorros, escolas, parques, estabelecimentos de distribuição de alimentos e de outros gêneros, sendo articulada por sistemas de transporte público e privado, de energia e vias de rodagem que interligariam as diferentes localidades ao centro metropolitano, isso já está posto. Mas como temos destacado, não se trata apenas de dispor objetos num plano, essa metrópole denota um sentido muito específico do “habitar, trabalhar, cultivar o espírito e o corpo, e circular”.

Ressaltamos, a metrópole planejada se produz enquanto um espaço voltado a um novo controle social, dado por meio da integração e funcionalização de suas células, incorporando aí inclusive a violência desempenhada pela polícia modernizada. Contudo, o sentido desse controle não se fecha em si mesmo, ele obedece estrita e intrinsecamente às dinâmicas de reprodução do capital, o que se reflete e pode ser visualizado tanto na integração, quanto na funcionalização do espaço.

Tomemos, por exemplo, a questão sobre a qual se debruça Harvey ([1982], 2013) em *Os Limites do Capital*, a saber, a possibilidade de existência continuada dos mecanismos de reprodução do próprio capital mediante reestruturações espaciais. O que temos aí? Em primeiro lugar, Harvey (op. cit.) retoma os estudos de Marx acerca do ciclo reprodução do capital, a partir dos quais reitera os fundamentos das crises desse mesmo ciclo, demonstrando como essas se dão no intervalo entre o investimento do capitalista na produção e o retorno desse capital acrescido, valorizado. Em segundo, temos destacados os elementos que retardam essa valorização, sendo tais elementos agrupados em três diferentes momentos do ciclo de reprodução do capital, a saber, produção, a circulação e a realização do valor.

Pois bem, Marx ([1867], 2013) já havia demonstrado que qualquer efeito de gargalo nesses instantes do capital é decisivo, pois, pode significar uma desvantagem competitiva, por exemplo, para um capitalista individual-*X*, que não consiga completar o ciclo de reprodução de seu capital na mesma velocidade, ou superior, a um capitalista individual-*Y*, dado que esse segundo poderá reinvestir mais rapidamente uma nova parcela de seu capital. Por sua vez, Harvey (op. cit.) demonstra que, o espaço tem um papel decisivo nessa dinâmica tanto para o ciclo de reprodução, através de uma compressão do tempo pelo espaço, dada pela associação entre estruturas de

produção, circulação e realização do capital que aumenta a velocidade do ciclo e a redução de seus custos; assim como é decisivo para os atrasos e crises, por meio da obsolescência dessas estruturas e configurações socioespaciais particulares que se tornam desvantajosas para o capital.

Desta forma, quando analisamos a crise de 1929, vemos que seu gargalo se deu no momento de realização do capital, ou seja, podemos dizer que um enorme volume de mercadorias, e nelas o capital investido, não foi absorvido, transformado ou realizado na velocidade adequada para se manter a progressão dos valores esperados pelos capitalistas, o que leva a uma necessária à desvalorização, ou mesmo destruição das mercadorias e do capital. Posteriormente, uma vez que o capital valorizado não se realiza, a crise passa da esfera de realização para as outras duas esferas do ciclo, caracterizando uma crise mais ampla.

Assim, e corroborando as premissas colocadas por Harvey ([1982], 2013), ao contrastarmos esses aspectos da crise de 1929 com a metrópole planejada e a produção do espaço, podemos entender que as reestruturações espaciais promovidas por essa metrópole planejada se dão de modo a não somente permitir o fluxo livre e ordenado nas esferas produção, circulação e realização do capital, mas também como um meio capaz de acelerar cada um desses instantes. Detenhamo-nos, então, um pouco nessas formas de atuação da metrópole planejada.

O primeiro ponto para o qual devemos nos atentar, se desejamos entender o papel da metrópole em relação a esses momentos, é, como em parte já indicado, tomá-la enquanto uma dimensão espacial de integração desses mesmos momentos do capital. Harvey (op. cit.), seguindo Marx, é enfático ao colocar que a integração espacial começa pela constituição do último estágio desse ciclo, ou seja, pela constituição da esfera única da realização, o que se dá pelo mercado. O mercado, como produto de uma integração espacial, é uma base tanto para se igualar e cambiar trabalhos antes específicos e não trocáveis, quanto para o surgimento fluxos pelos quais essas trocas se realizem.

Apesar do mercado ultrapassar as dimensões físicas da metrópole, depende de suas configurações, da concentração e integração do consumo e fluxos regulares de mercadorias, do trabalho (mão-de-obra), de suas redes de informação, estruturas produtivas e serviços. Nesse sentido, a metrópole planejada ultrapassa mesmo sua concreticidade. Torna-se um elemento de criação de centros e organização dos mercados, permitindo dimensioná-los mais adequadamente por meio de serviços de registro de fluxos e consumo. Além disso, permite, por meio dessa

concentração, estabelecer, regularizar e acelerar o tempo de circulação das mercadorias, já que, em si, diminui as distâncias e o tempo percorridos entre produtores e consumidores.

Ao reunir estruturas de informação interligadas a outras metrópoles, cria também uma dimensão universal do mercado, exibindo relações que ultrapassam as barreiras territoriais, ao mesmo tempo que, consolida-se como uma extensão desse mesmo mercado em sua zona de influência, estendendo essas mesmas relações aos seus satélites. Portanto, configura-se como um elemento de expansão de mercados, integrando variedades dos mesmos, indo das matérias-primas, passando pelos mercados de capitais e até mesmo o de mão de obra.

Em termos da esfera da produção, a metrópole planejada significa principalmente para os capitalistas industriais, a possibilidade de se reposicionarem com relativa distância dos centros comerciais e administrativos. Uma distância suficiente para diminuir os volumes de capital imobilizados com as áreas de produção, sem, ao mesmo tempo, deixarem de estar perto de serviços, mão de obra, mercados e vias de circulação.

Outro aspecto importante, a mão-de-obra necessária à produção é deslocada dos antigos centros das cidades para áreas periféricas, formando as cidades dormitório, enquanto as indústrias tendiam a se concentrar próximas umas das outras, de modo a constituírem cadeias que se complementassem. Isso revela que a metrópole planejada se volta aos interesses industriais, dispondo estruturas específicas, uma verdadeira setorização espacial, com redes de transporte e informações adequadas aos grandes volumes comercializados e transportados. Por sua vez, a mão de obra, a classe trabalhadora, deslocada dos arredores dos locais de produção, passa a depender do transporte público, que é providenciado pelo Estado a partir da conversão de impostos numa estrutura que possibilitasse aos trabalhadores se manterem na cadeia produtiva.

Por fim, a esfera da circulação. Ora, como apontado por Harvey ([1982], 2013), essa esfera possui a importante tarefa de não somente interligar a produção e o mercado, mas também de fazê-lo num tempo que não permita a desvalorização do capital contido nas mercadorias. Nesse sentido, investe-se numa metrópole que disperse as grandes aglomerações, de ruas alargadas e retificadas e vias expressas, na qual os veículos são movidos por motores a combustão. Nessa metrópole, os fluxos de mercadorias e consumidores se tornam mais velozes do que nas cidades do século XIX, nela as transações financeiras também se tornam praticamente instantâneas graças às redes de informação implantadas, telefones, rede elétrica e serviços de postagem.

Mesmo a mão de obra composta das classes populares adquire certa mobilidade na metrópole planejada, periférica em áreas distantes dos núcleos, desloca-se para os locais de trabalho tendo o custo do transporte acrescido aos salários. Por outro lado, se há como essa classe se deslocar na metrópole, o retorno à terra como meio produção se torna cada vez mais distante. A metrópole estabelece seu perímetro, agiganta-se e impede outros deslocamentos que não aqueles destinados ao trabalho, tornando-os custosos ou mesmo impossíveis, característica que Harvey (op. cit.) destaca como preponderante para que se mantenha um exército de mão de obra reserva e, conseqüentemente, bases salariais achatadas em configurações espaciais específicas.

Assim, considerando essas dimensões espaciais da reprodução do capital apontadas por Harvey (op. cit.), devemos destacar que a metrópole planejada atua de modo a cortar custos de produção, a diminuir o tempo de reprodução do capital e, por fim, a dimensionar e integrar diferentes mercados num único sistema e ciclo, consolidando, no contexto pós-crise de 1929, um conjunto de políticas anticíclicas que foram capazes de postergar um colapso total da reprodução do capital e retomar os processos de valorização do valor.

Não podemos deixar de ressaltar, as circunstâncias dessa reestruturação espacial ampla são excepcionais, e intrínsecas ao fator terra arrasada deixado pela crise, o que significa dizer que o problema que se apresentava superava a dimensão restrita da atuação individual de determinados capitalistas que, de maneira geral, não eram capazes de um olhar mais amplo para a situação que se apresentava. O individualismo liberal desse contexto era incapaz de perceber como os custos de imobilização poderiam ser cortados drasticamente a partir da participação do Estado e de configurações espaciais que beneficiassem um conjunto de empresas associadas.

Não são raros os exemplos de indústrias do período que, assim como aponta Hall ([1988], 2016), procuravam se associar às cidades jardins, ou mesmo que criavam suas próprias cidades industriais, esperando com isso condições de exploração favoráveis, encontrando, ao invés disso, a falência. É pelos caminhos da crise que se torna evidente os limites das empreitadas de capitalistas individuais desagregados, voltados, nos termos de Marx ([1867], 2013), somente à exploração de uma *mais* valia absoluta erguida a partir de uma organização produtiva e espacial que exigia a imobilização de montantes impeditivos de capital.

Em outras palavras, somente a experiência da gestão estatal da crise revelaria aos capitalistas individuais outros cálculos possíveis. É à medida que o Estado assume a imobilização

do capital, algo que em meio à crise era menos problemático devido à desvalorização da terra, que o custeio social das configurações espaciais se mostra mais vantajoso em relação às empreitadas individuais em que se arriscavam muitos capitalistas individuais. Aponta-se também aí, a possibilidade e a atuação Estado no sentido de uma socialização da desvalorização do capital e de suas estruturas espaciais, deixando o capitalista relativamente livre para buscar novas configurações espaciais favoráveis.

Nesses sentidos, a *metrópole planejada* cumpre papel de destaque nas políticas de reestruturação produtiva do capital, articulando e funcionalizando não somente formas espaciais, mas também os mecanismos de controle social.

Posto isso, o debate que se delineou até aqui aponta a centralidade das dinâmicas da produção do espaço ou, para a incorporação de dispositivos de controle social, incluindo aí a violência conduzida por uma polícia modernizada, enquanto uma necessidade de funcionalidade e articulação espacial voltada à superação da crise da década de 1930. Entretanto, se tal incorporação ocorre nestas circunstâncias, até aqui delineamos tão somente o objeto que deseja controlar, projetado no discurso sobre o medo e sua relação com a criminalidade, revoltas e revoluções, doenças, imoralidade e precárias condições de vida, tudo aquilo que contraditoriamente a reprodução do capital cria.

Dessa forma, ainda é preciso captar nas práticas da violência de controle social expressões dessa incorporação mediada e realizada pela *metrópole planejada*, assim como seus limites e transformação relacionada à crise de reprodução do capital na década de 1970.

3.2: AS TRANSFORMAÇÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A INCORPORAÇÃO DA POLÍCIA E DA SEGURANÇA PRIVADA

A emblemática crítica realizada por Engels ([1845], 2010) sobre as condições de vida da classe trabalhadora na Europa em meados do século XIX é, reconhecidamente, um dos registros mais importantes realizados acerca dos centros urbanos industrializados do período. Apresenta-se como denúncia da exploração que ali se praticava tanto por meio da produção, quanto pelas atividades rentistas que se aplicavam à moradia, evidenciando tanto os aspectos gerais dessas cidades, quanto a distribuição das classes sociais que nelas se produzia, a gritante separação entre

a classe trabalhadora, aglomerada num centro de produção industrial ou de escoamento, e os outros estratos sociais que dela se separavam, permanecendo em espaços afastados. Uma crítica capaz de expressar até mesmo o processo ainda incontrolável de concentração espacial, fosse esse dado pelos fluxos e atividades relacionados à produção industrial, fosse pelas dinâmicas rentistas dos alugueis.

Ainda assim, se essa crítica é lembrada por sua capacidade de fornecer uma imagem detalhada da cidade industrial, dos processos que a conformavam naquele exato contexto, não podemos deixar de ver também registrado as forças que primordialmente impulsionariam as transformações desses centros urbanos, seu crescimento, contradições e instabilidade. Portanto, se mais adiante nesses centros urbanos se dá a passagem de uma cidade moderna industrial caótica àquela em que o planejamento estatal criaria uma *metrópole* marcada por dinâmicas espaciais dispersivas e um controle social ainda não visto, então assim como apreendemos a relação dos processos de reprodução do capital com a *metrópole planejada*, devemos investigar seus prolongamentos para a violência de controle social.

Pois bem, identificamos uma modernização da polícia que se deu entre os séculos XIX e XX sob a tutela do Estado, conformando-se em dois eixos básicos; um primeiro, centrado numa profissionalização que se deu pela reprodução independente das estruturas militares dos exércitos nacionais, e um segundo, caracterizado pela incorporação de limites espaciais à atuação da polícia. Essas foram transformações profundas na prática policial, e, portanto, tendem a deixar uma impressão de que tudo que se passa nesse campo, entre as décadas de 1930 e 1970, não é nada mais do que a estabilização e estagnação de um modelo policial universal.

Contudo, o que se coloca nesse ínterim é mais complexo, pois, se por um lado se apresentam dimensões de estagnação nas práticas policiais dos centros do capitalismo, por outro são constatadas dimensões de transformação. Encontramos, por exemplo, transformações significativas nos armamentos, táticas e técnicas das polícias e utilização destes, sem que isso representasse qualquer mudança expressiva em seus sentidos e objetivos. De maneira inversa, práticas que empregavam os mesmos métodos e dispositivos de períodos anteriores, podiam simplesmente estar operando em sentidos completamente novos.

Assim, práticas, técnicas e táticas consideradas obsoletas aparecem simplesmente integradas à produção do espaço, não sendo surpresa visualizar nas grandes metrópoles do mundo formas de violência desenvolvidas nas empresas coloniais. Correia & Wall (2018), ao tratar do caso

específico da violência policial nos Estados Unidos da América, detalham a evolução de práticas que vão das patrulhas, passando pelos linchamentos, torturas, uso de cães com fins de intimidação e ataque, dentre outras que, desenvolvidas para o monitoramento de escravos e perseguição de fugitivos das grandes plantations, passam a compor o arsenal moderno da violência de controle social.

Isso, devemos notar, indica que a modernização e incorporação da violência de controle social à *metrópole planejada* passaria muito mais pelo seu objetivo de produzir e manter uma determinada articulação e funcionalização espacial, do que por transformações específicas de seus meios. Tomemos a patrulha policial, uma prática que envolve basicamente a locomoção de um quadro de soldados por um perímetro pré-estabelecido, utilizada tanto em contextos escravagistas, nas “*slave patrols*”³⁶ (CORREIA e WALL, 2018), como em pleno século XX sendo “the most common police activity”³⁷ (op. cit.)?

Pois bem, gostaríamos de destacar dois pontos aí que, devidamente pautados, podem nos revelar a forma pela qual a patrulha se incorpora à produção da *metrópole planejada*, a saber:

- 1- a delimitação do perímetro de atuação da patrulha;
- 2- a definição dos distúrbios sociais e crimes.

Em um contexto como o de meados do século XIX, numa cidade industrial compacta, a patrulha estabelecia seu perímetro nos espaços ocupados pela classe trabalhadora, pelas “classes perigosas”. Sentido de exercício que pouco se altera na *metrópole planejada e dispersa*, sendo seu objeto de vigília simplesmente deslocado para as periferias. O espaço delimitado às “classes perigosas” segue determinado, esse será o gueto, situado nas periferias, onde se instalam as populações migrantes pretas, ou os judeus, os imigrantes turcos, chineses, dentre outros, será também o bairro operário, onde explorados de toda sorte se encontram. O papel da polícia aí é, portanto, reforçar essas dimensões de separação, de segregação já existente, não atuando somente de acordo com as circunstâncias que se colocam nessas áreas, mas sim produzindo um cotidiano que expresse essa mesma separação, o lugar dos explorados no mundo.

³⁶ “patrulhas de escravos”.

³⁷ “a mais comum atividade policial.”

Além disso, a patrulha deve garantir outras dimensões da produção do espaço, a funcionalidade e integração do espaço voltado à reprodução do capital, às instâncias de produção, circulação e realização do capital, de modo a impedir que sejam comprometidas. A patrulha deverá atuar de modo a garantir a circulação de mercadorias e valores pelas vias, da mão de obra em direção aos locais de trabalho, assim como o normal funcionamento do comércio e a proteção da propriedade privada. É nesse sentido, que a patrulha serve à dispersão metropolitana, possibilitando que relações e condições de reprodução do capital se estendam espacialmente sem que se desfaçam.

Dito isso, e tomando o sentido dessa experiência de maneira mais ampla, temos um panorama complexo em que a violência de controle social e seu monopólio exercido pelo Estado na figura da polícia, tanto reproduz uma ordem social mais ampla, voltada à reprodução do capital, quanto cria ou adapta práticas locais, particulares, de modo a reforçar essa mesma ordem.

Isso significa que, embora arranjos locais de violência de controle social possam estar estabelecidos muito anteriormente ao seu contato com as dinâmicas do capital, enquanto esse último se impor, sua determinação se fará expressar a partir dessa violência no espaço produzido, assim como o faz na metrópole planejada e dispersa. Em outras palavras, a replicação da metrópole planejada, de suas dinâmicas e formas dispersas e segregadas, determinam mesmo o sentido primordial das práticas de violência de controle social.

Ora, se a reprodução do capital é o fator determinante da forma metropolitana dispersa e da violência de controle social que nela atua, o que se apresenta em fins da década de 1960 e princípios de 1970 é a impossibilidade da expansão continuada desse arranjo social e espacial, indicando uma nova crise de reprodução do capital e transformações nos padrões da violência de controle social.

Não se trata somente de uma crise fiscal do Estado, como querem Shearing e Stenning (1981). A crise da década de 1970 revela que, para além da impossibilidade de imobilização crescente de capitais fixos pelo Estado, estava vedada à reprodução ampliada do capital a perpetuação do papel central da indústria em suas dinâmicas, por mais que se redirecionasse capitais do Estado para esse setor privado. Tão pouco seria mais uma crise relativa à superprodução e superdimensionamento dos mercados como em 1929. Essa nova crise, como demonstra Harvey ([1989], 2012), surge sob a forma da queda substancial das taxas de lucro corporativas, gerada pelo aumento da composição orgânica do capital e decréscimo proporcional da exploração do trabalho

aplicado à produção, conduzindo ao fim do modelo fordista de produção/exploração e a sua substituição por outros modelos que encarnariam essa crise.

Além disso, como destaca o mesmo Harvey (op. cit.), a crise da década de 1970 expõe os limites do ajuste espacial tentado a partir de 1930, pois, embora a imobilização de parcelas do capital geridas pelos Estados-nação tenha permitido aos principais centros do capitalismo estabilizar as disputas imperiais em escala mundial³⁸, incorporar aos setores produtivos novas fontes inexploradas de matérias primas, expandir mercados para os produtos industriais e mesmo industrializar países semiperiféricos de modo a integrar seus mercados de mão de obra, tais investimentos já não conseguem manter as taxas de lucro nas percentagens esperadas.

Não é surpresa, portanto, que seja também uma crise da *metrópole planejada*, pois, se por um lado a produção do espaço e suas dinâmicas expansivas se manifestam na dispersão metropolitana, permitindo um novo ciclo de acumulação por meio da realocação das bases produtivas industriais, da intensificação do consumo e melhoria dos meios de transporte e comunicação, por outro, como também faz notar Harvey ([1982], 2013), imobiliza uma enorme massa de capital nas estruturas criadas, submetendo-as à desvalorização, seja pelo desgaste do uso e do tempo, seja pelo desenvolvimento tecnológico relativo.

Conseqüentemente, nesse contexto, as transformações que ocorrem na violência de controle social não se limitam à questão fiscal do Estado, aos efeitos da crise sobre a polícia, sobre seus aparatos bélicos e quadro de pessoal. Consideramos tais aspectos, pois compõe uma faceta importante das transformações transcorridas, mas o que se apresenta é mesmo a necessidade de um novo tipo de violência de controle social, menos enrijecido, capaz de se adequar mais facilmente à nova produção do espaço que começa a despontar.

A partir desse contexto de crise apresentado, gostaríamos de chamar a atenção para alguns fatores que, entendemos, indicam tanto a continuidade, quanto a transformação, da relação entre a produção do espaço e a violência de controle social; a existência e mesmo a necessidade de uma crença na continuidade da dinâmica de reprodução ampliada do capital, na possibilidade de transposição dessa reprodução para setores como o de serviços ou mesmo para a produção do espaço, ainda que envoltos num contexto mais amplo de crise causada pela tendência geral de queda nas taxas de lucro.

³⁸ Num novo formato expresso pela Guerra-fria.

Entretanto, antes disso, vale ressaltar que, se por um lado esses fatores não são prova conclusiva da continuidade sustentada do processo de reprodução ampliada do capital, por outro, a existência dos mesmos evidencia, ao menos, que seus mecanismos de exploração do trabalho persistem movidos pela crença acerca da acumulação de capitais e rentabilidade proporcionadas por determinados empreendimentos. Isso implica que, do ponto de vista do capitalista, pouco importa se a produção do espaço e violência de controle social se desenvolvem fundamentadas sobre as bases da produção do valor, essas serão executadas até que não seja mais possível fazê-lo, em outras palavras, são uma faceta daquilo que Debord ([1967], 1997) nomeou de *sociedade do espetáculo*.

Dessa forma, entendemos que os fatores destacados a seguir, apesar de serem expressão direta das determinações da reprodução ampliada do capital, de um desejo pela repetição infinita desse processo, também são o novo, a manifestação da impossibilidade de se replicar os resultados de tal reprodução nas mesmas condições que se apresentaram no passado. Posto isso, apontamos os seguintes fatores:

- 1- o sentido da dinâmica dispersa/concentrada da metrópole
- 2- a dinâmica de pêndulo acelerada da alocação do capital na escala urbana
- 3- a elevação da produção do espaço a suposto meio de reprodução do capital
- 4- a transformação e disseminação da segurança privada enquanto violência de controle social

Começemos a explaná-los pela descrição que Hall ([1988], 2016) nos fornece acerca do exato momento em que, em uma reunião entre planejadores urbanos ingleses e americanos, são comparadas imagens aéreas noturnas do centro de Boston³⁹ e de Liverpool. Esses olhares, sempre voltados aos ciclos do capital, encontravam no centro de Liverpool apenas um vazio reprodutivo, o abandono do centro e a decadência industrial.

Entretanto, há mais do que simplesmente a decadência industrial nos centros metropolitanos das grandes cidades que haviam se fiado na indústria, afinal tanto essa já tinha se

³⁹ O Porto de Boston já havia, nessa ocasião, passado por um processo de revitalização urbana.

realocado no espaço metropolitano, quanto a queda das suas margens de lucro se instalado. Há aí também a desvalorização do centro sem que, ao mesmo tempo, houvesse qualquer perspectiva de um mesmo protagonismo do Estado em investimentos de reestruturação como ocorrera a partir da década de 1930.

Nesse sentido, a partir da crise, o que se apresenta em termos espaciais nas metrópoles e grandes cidades são novos vetores espaciais que indicam tanto uma reconcentração espacial, quanto novas modalidades de dispersão. As concentrações, como demonstrado por Harvey ([1989], 2013), surgem principalmente na forma de projetos de revitalização de centros históricos e antigos centros industriais. Investimentos encabeçados pelo setor imobiliário, que então se abre ao capital financeiro, vendo uma oportunidade de aferir ganhos por meio do baixo valor das áreas desvalorizadas e da desregulamentação do uso e ocupação do solo urbano.

Por sua vez, os vetores de dispersão ganham novos impulsos, destacando-se, o crescimento de empreendimentos suburbanos, tais como os condomínios. O que não varia entre ambos é a natureza dos investimentos, fossem esses centralizadores ou dispersores espaciais, como apontado por Vainer (2000), corroboram para o surgimento da *cidade mercadoria*, uma cidade que, para os capitalistas individuais e conglomerados de capital, passa a alocar capitais não mais prioritariamente para funcionalizar e integrar os ciclos de reprodução do setor industrial, mas para desenvolver empreendimentos que promovam a venda da própria cidade enquanto mercadoria de luxo.

Em si, essa nova cidade não deixa de exibir uma articulação e funcionalidade, mas para ambas há um novo sentido, suas estruturas devem tanto permitir uma inserção mais direta do capital na cidade, incluindo aí tanto a criação de figuras jurídicas de regulamentação e respaldo aos investimentos, quanto de estruturas espaciais que permitam a fruição dos empreendimentos, tal como aeroportos, sistemas de comunicação de alta qualidade, um sistema hoteleiro e de restaurantes de luxo, vias de deslocamento rápido, entre outros. Assim, esses novos elementos e a própria cidade se consolidam enquanto mercadorias de luxo, indicando o lazer e o turismo como as principais formas de venda da mesma.

Concomitantemente, ainda como observado por Vainer (2000), a gerência dessa cidade mercadoria, a condução de seus recursos estatais escassos, é impelida a uma nova política, despojada de utopias que não estejam inteiramente alinhadas a essas novas dinâmicas, ou seja, a

transformação de uma cidade em empresa implica também o surgimento de uma *cidade empresa*.

Essas são dimensões de uma nova cidade que evidenciam a necessidade e tendência de o capital gravitar em torno de possibilidades de alocação temporária, ainda que por meio de empreendimentos que exibam como ativos estruturas fixas, assim como detalhado por Harvey ([1982], 2013) e Smith (1988). Este último delinea mesmo as especificidades dessa dinâmica, destacando, no que tange à escala urbana, a rápida⁴⁰ mobilização do capital em busca de condições favoráveis de acumulação ou reprodução.

Ora, a nova dinâmica de concentração/dispersão da metrópole, suas novas funcionalidades e articulação, a velocidade de alocação do capital guiado pela rentabilidade na escala urbana, esses processos evidenciam não somente a adaptação dos capitalistas às dinâmicas de desvalorização e valorização em meio às crises, mas denotam mesmo, como apontado por Smith (1984) e Harvey ([1982], 2013), a impossibilidade de um ajuste espacial capaz de se constituir enquanto um mecanismo total e permanente de crescimento das taxas de lucro.

Nesse sentido, não há qualquer indicativo de que a crise das dinâmicas de reprodução do capital resulte numa diminuição da importância da produção do espaço, pelo contrário, uma vez observados os limites dos ciclos diretamente relacionados à indústria, a produção do espaço é alçada à instância da reprodução do capital, como observado por Lefebvre ([1972], 2016). Dito de outra maneira, quanto maior for a crise ou os processos de desvalorização, tanto maior será a urgência, a busca incessante por novos meios de ampliação do capital, o que se reflete tanto nas dinâmicas espaciais de cidades e metrópoles, quanto também na violência de controle social.

Enfim, tratamos até aqui dos três primeiros fatores indicativos da necessidade e centralidade da produção do espaço para a manutenção das relações de exploração referentes a uma reprodução do capital em crise a partir da década de 1970, para a sustentação das contradições daí advindas e, portanto, para a existência continuada de dispositivos de controle social. Entretanto, não nos voltamos ainda para o nosso quarto fator, ou seja, para a persistência e transformação da relação entre essa produção do espaço e a violência de controle social. Pois bem, abordaremos o mesmo desenvolvendo uma perspectiva para a transformação e expansão da segurança privada, depurando, a partir daí, as determinações da produção do espaço que condicionam essa forma de

⁴⁰ Comparação estabelecida em relação à locomoção do capital à escala dos Estados-nação, sendo decisivo aí uma série de facilidades, dentre os quais um menor número de trâmites reguladores e encargos.

violência de controle social.

Começamos definindo aquilo que tomamos como segurança privada, para então evidenciarmos os aspectos que a tornam uma violência de controle social, numa relação direta com a produção do espaço.

A segurança privada, como apontam Shearing e Stenning (1981) e George & Kimber (2014), não pode ser definida como uma atividade específica, caracterizada por uma única prática, tendo se constituído historicamente enquanto um conjunto de atividades que vão das guardas pessoais, passando pela segurança de propriedades e valores, até a vigilância de maquinários e mercadorias, sob a característica comum de estarem sob um comando particular e de fazerem uso de diversos tipos de violência ou intimidação para cumprir um desígnio estabelecido.

Na Modernidade, a segurança privada surge juridicamente regulamentada pelos Estados modernos, sob a forma das práticas investigativas desempenhadas por escritórios de detetives particulares, o que ocorre paralelamente à criação das polícias estatais, sendo o primeiro desses escritórios registrado na França em 1833, conforme George & Kimber (op. cit.). Contudo, ao contrário das forças policiais, que crescem em grande número e estrutura durante o século XIX e primeira metade do XX, sua forma moderna permanece estável até a década de 1970, sendo mais proeminente, nesse ínterim, a modalidade de segurança privada nomeada como "*in-house*", desempenhada por destacamentos de pessoal de indústrias ou grandes empresas, caracterizando-se enquanto uma forma de vigilância que tinha como objetivo a proteção de maquinários, equipamentos, matérias-primas e produtos, como enfatizado por George & Kimber (2014) e Shearing e Stenning (1981).

Esse quadro, entretanto, altera-se radicalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, mudança evidenciada por Shearing e Stenning (op. cit.) que, em um estudo síntese⁴¹, conseguem demonstrar o crescimento expressivo da segurança privada desse período em países como Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra, dentre outros. Destacam também a relação desse crescimento com uma nova modalidade de segurança privada, a "*contract*", forma terceirizada da segurança privada, consolidada por empresas que formam mesmo uma nova atividade econômica

⁴¹ Apesar das diferenças relativas às caracterizações estabelecidas por legislações espalhadas por todo mundo, assim como pelos diferentes tipos de dados disponíveis, o trabalho em questão evidencia o crescimento da segurança privada nas décadas de 1960 e 1970 em conjunto amplo de países.

especializada em serviços de segurança a indústrias, bancos, supermercados e outros tipos de empresas.

Devemos notar que, muito embora essas terceirizações signifiquem para as empresas em geral uma liberação relativa às atribuições específicas da segurança, essas mesmas não podem ser resumidas a uma solução empresarial. Afinal, a ascensão da modalidade de "*contract*", durante as décadas de 1960 e 1970, é a própria constituição da segurança privada enquanto uma atividade econômica independente, impulsionada, de certo modo, pela necessidade de replicação da reprodução ampliada do capital em meio à crise.

Bem, tomando como base esse estudo síntese de Shearing e Stenning (op. cit.), a saber, *Modern Private Security: Its Growth and Implications*, destacamos, de maneira resumida, a proposta desses pesquisadores para explicar a ascensão da segurança privada, estando essa fundada em dois eixos básicos, sendo esses:

- 1- o surgimento dos "*massive private spaces*"⁴², espaços privados de caráter urbano e público, como shoppings, galerias comerciais, condomínios, estádios de esportes, dentre outros, e;
- 2- a necessidade de práticas de vigilância e violência legítima que penetrassem de maneira mais fluída a vida privada e a propriedade particular.

Portanto, Shearing e Stenning (1981) tomam a ascensão da segurança privada, do "*contract*", pela expansão dos mercados, dada pelo que nomeiam de "*massive private spaces*", espaços marcados pelo consumo e pela circulação pública de pessoas, em que haveria mais do que a necessidade de uma ordem, exigindo-se mesmo a inibição de determinados usos do espaço. Necessidade que será atendida pelas empresas de segurança privada e o desenvolvimento de práticas de vigilância específicas, meticulosamente projetadas para padronizar comportamentos e vedar quaisquer brechas a usos indesejados, tarefa para a qual o policiamento público não se adequaria, dado que não se submeteria diretamente aos proprietários dos mesmos espaços.

Ainda segundo Shearing e Stenning (op. cit.), a experiência cotidiana desses espaços introduziria um comportamento vigilante/vigiado que se alastraria socialmente e colocaria abaixo tanto o sentido público de segurança, quanto a liberdade individual dada pela antiga propriedade particular e pela vida privada. Em outras palavras, a partir de um fragmento espacial voltados ao

⁴² “espaços massivos privados”.

consumo público e da vivência dos mesmos, o comportamento vigilante universaliza-se para outras dimensões da vida social, inclusive para outros espaços, comprometendo severamente as liberdades individuais existentes tanto na antiga propriedade particular (privada) comum, quanto na pretérita vida privada.

Ora, se por um lado Shearing e Stenning (op. cit.) captam o impacto da fragmentação espacial e a determinação mercadológica que os fragmentos luxuosos ou voltados ao consumo público, por outro, é interessante notar que não veem uma relação clara entre a crise da década de 1970, o desinvestimento estatal e o crescimento da segurança privada. Argumentam no sentido de que ambas, polícias e segurança privada, raramente se sobrepõem em espaços de atuação, de modo que a diminuição no ritmo de crescimento das forças policiais não proporcionaria imediatamente um mercado para a segurança privada.

De fato, essa concepção só pode funcionar tomando-se a crise da década de 1970 como um problema restrito ao Estado, assim como já destacamos em relação aos autores. O que se perde de vista aí é a relação direta entre a crise fiscal e a crise do setor produtivo, como detalhada por Harvey ([1982], 2013), ou seja, oculta-se uma crise de reprodução do capital que se dá tanto na impossibilidade dos capitalistas individuais continuarem a alocar capitais em projetos e políticas de Estado, quanto na produção industrial sob os mesmos arranjos de leis trabalhistas e regulações tributárias.

A própria disseminação mercadológica do que Shearing e Stenning (1981) nomeiam de espaços privados massivos, e da nova violência de controle social a ela visceralmente ligada, é o sintoma dessa crise, a tentativa de reproduzir o capital não somente pela produção aceleração de seus ciclo pelo espaço, mas de, a partir dessas, integrar e criar conteúdos imbuídos desse mesmo objetivo. Nesse sentido, se a segurança privada não se sobrepõe à segurança pública, se não é um simples substituto que permite ao Estado poupar recursos, não por isso deixará de ser uma resposta à crise, constituindo-se enquanto uma mercadoria, um serviço, que deve operar no sentido da reprodução do capital em sua relação com a produção do espaço. Não há salvação na propriedade particular (privada) de contextos anteriores, afinal, é justamente para manter a existência da propriedade privada, das estruturas sociais que permitem sua existência, que se desenvolvem a produção do espaço, os "*massive private spaces*" e a segurança privada.

Indo um pouco além, se advogamos que essa nova forma de violência de controle social

emerge dos fragmentos espaciais voltados a superar a crise por meio do consumo e de uma pretensa nova reprodução do capital, não devemos negligenciar que todos os fragmentos serão enredados nesse intuito. Já afirmamos, e agora reforçamos, quanto maior a urgência dos processos de reprodução do capital, tanto maior será expectativa por uma produção do espaço estável e capaz ampliar o capital nele alocado.

Desta maneira, sob as circunstâncias da crise de reprodução do capital da década de 1970, a fragmentação espacial não ocorrerá desprovida de um sentido total voltado à reprodução do mesmo, ainda que esse se manifeste de maneira geograficamente desigual, como destacado Harvey ([1982], 2013) e Smith (1988), ou, nos termos de Lefebvre ([1972], 2016), por meio de em um espaço homogêneo/fragmentado. Em outras palavras, devemos ter em conta que o homogêneo desse espaço ainda estará nas estruturas que definem as condições gerais de exploração do trabalho, nas esferas da produção, circulação e realização, nos arranjos jurídicos internacionais que permitem a circulação e alocação segura dos capitais pelo mundo. Mas não somente, estará também na organização hierarquizada dos fragmentos espaciais, orientada pelos diferentes níveis de consumo de serviços e mercadorias.

Nesse sentido, a organização espacial hierarquizada da cidade e da metrópole concentrada/dispersa também se torna objeto da ação da segurança privada, pois se essa por um lado normatiza fragmentos espaciais específicos, por outro, enquanto um serviço de distinção entre esses fragmentos, torna-se um elemento de hierarquia entre os mesmos. A difusão desse serviço entre as classes médias e setores comerciais de menor importância apenas reforça essa nova organização hierarquizada e a tentativa de tornar essa nova produção do espaço um processo de valorização do capital.

Por fim, o que se apresenta como cenário na década de 1970, para além da já tão abordada crise reprodutiva do capital e a tentativa de replicação desse processo sob condições que já não possibilitavam seu funcionamento normal, é o surgimento de uma outra produção do espaço que, por sua vez, também se prolongará numa nova violência de controle social.

Cabe destacar, essa nova violência de controle social não é composta somente pela segurança privada, a polícia estatal não deixa de exercer suas funções, renovadas nesse contexto, mas também voltadas à produção de uma metrópole concentrada/dispersa e de um espaço homogêneo/fragmentado. Afinal, as contradições dessa nova produção do espaço não deixam de

ser produzidas, e quanto maior a pressão sobre as massas exploradas, tanto mais essas desenvolverão estratégias para a reprodução de suas vidas, incluindo aí novos usos do espaço. A essas mesmas populações, e aos seus correspondentes fragmentos espaciais da pobreza, destina-se a polícia, atuando para demarcar o cotidiano desses lugares, para reforçar a segregação que nunca cessou de existir.

Entretanto, se para os principais centros de acumulação do mundo esse arranjo dado pela nova produção do espaço e sua correspondente violência de controle social parece, ao menos momentaneamente, restabilizar e adequar a ordem social, ao mesmo tempo em que parece reavivar a reprodução do capital, veremos que nas periferias do mundo esse processo demonstrará toda a sua potencialidade destrutiva, o que trataremos no percurso seguinte.

PERCURSO 4: BRASIL-BELÉM: MODERNIDADE E URBANIZAÇÃO DE FRENTE PIONEIRA ENQUANTO BARBÁRIE

O texto que se segue, nosso quarto percurso, debate e explora a relação entre as transformações da produção do espaço no Brasil e sua violência de controle social, com o objetivo específico de esboçarmos uma sistematização dessa relação e suas particularidades. Seus parâmetros são estabelecidos a partir de uma abordagem crítica acerca de uma concepção de modernidade para o Brasil, de sua inserção no sistema de reprodução do capital e de suas crises, de seus arranjos político-econômicos, dinâmicas e processos espaciais, em especial os processos de urbanização e, por fim, do desenvolvimento interno da violência de controle social, suas formas e práticas. Devemos ressaltar que vários dos aspectos relativos a esses parâmetros são também discutidos em diálogo constante com os apontamentos dos quatro debates anteriores. Além disso, como estratégia de elaboração dessa periodização, procuramos gradualmente, ao longo do texto, conectar a trajetória da relação referida, em todos os seus parâmetros, ao desenvolvimento de seus processos em Belém.

Pois bem, em *O Novo Tempo do Mundo*, entre outras coisas, Paulo Arantes (2014) tece uma perspectiva sobre a inserção e contribuição do Brasil para uma dimensão de tempo que diz respeito às dinâmicas do mundo, também abre uma série de críticas, dentre as quais, uma relativa à concepção de que a ditadura militar brasileira, iniciada em 1964 e promovida por uma série de governos de exceção, tenha configurado um evento ímpar que caracterizaria um retrocesso histórico brasileiro. O argumento central da perspectiva de Arantes (op. cit.) consiste em que seria difícil, ou mesmo impossível, esquivar-se de toda a violência e condições de "exceção" de nossa história, a começar por nosso passado colonial e seu significado.

Em outras palavras, para Arantes (op. cit.), enquanto em 1648 na Europa o tratado de Vestefália estabelecia as bases para o reconhecimento dos Estados-nação e da soberania dos mesmos, prolongando-se numa série de convenções e outros tratados que buscariam uma paz duradoura e até mesmo princípios civilizacionais para as guerras vindouras, cabia ao Novo Mundo se tornar o destino para a barbárie europeia. No Novo Mundo se torna permitido tudo aquilo que então se tornava cada vez mais raro na Europa, a violência escravagista colonial, o fanatismo e a perseguição religiosa. Enfim, Arantes (op. cit.) corrobora e até mesmo complementa a tese de

Francisco de Oliveira (2013) segundo a qual o Brasil, assim como a violência que aqui se desenvolve, são elementos cofundadores da Modernidade no mundo.

Pois bem, partindo dessa perspectiva, estabelecemos a seguir de um diálogo com Souza (2015), tomando como fundamento sua elaboração condensada no Quadro 1, em que está periodizada a evolução dos rudimentos que viriam a constituir a segurança pública no Brasil, ou o que para nós adquire o significado formas de controle social.

Quadro 1- Arranjos institucionais da segurança (pública) no Brasil

	Período Escravagista (1530-1888)	República Velha (1889- 1929)	Estado Novo (1937- 1945)	Ditadura Militar (1964-1985)	Pós- constituição Federal de 1988
Agente executor direto	Capitão do mato	Capangas	Policiais civis e militares	Policiais civis e militares e Forças Armadas	Policiais, agentes penitenciários
Agente executor indireto	Senhor branco - monopólio privado da violência	Fazendeiro (“Coronel”) com a complacência do Estado	Estado (forças policiais militares)	Estado (ação ou omissão)	Estado (ação ou omissão)
Vítimas	Negros escravos, índios e pobres	Pobres de modo geral; opositores na política local e regional	Oponentes do governo, pobres	Pobres favelados, militantes de partidos de esquerda, intelectuais políticas	Pobres negros, jovens, detento e suspeitos de crimes
Objetivos	Humilhação e submissão e castigo	Manutenção do poder político e social do coronel	Controle social e político	Controle social dos pobres; obtenção de confissões e informações para inibir movimentos pro-democracia	Controle social, punição e repressão (Persistência das práticas autoritárias, como obtenção de confissões por meios extralegais)

Fonte: Elaborado por SOUZA (2015).

Nessa abordagem, Souza (op. cit.) toma a constituição do Estado de direito e o cumprimento das diretrizes dos direitos humanos como parâmetros balizadores para a caracterização das democracias mais desenvolvidas no mundo. Sob essa ótica, o contexto de chegada do Brasil às primeiras décadas do século XX exibindo ainda arranjos de controle social semelhantes àqueles empregados na colonização, em que prevalece a ordem social particular dos donos de terra, significaria o atraso democrático brasileiro. Da mesma forma, o fato de uma política nacional de segurança pública ser criada somente a partir de 1988 representaria apenas mais uma das facetas desse atraso. Além disso, para Souza (2015), os prolongamentos desse controle social, à base do chicote do capataz, reverberariam na perda da credibilidade do sistema de justiça brasileiro e na subsequente violência da justiça feita pelas próprias mãos, numa espécie de reação popular à impunidade.

Assim, se para Souza (op. cit.) esse cenário de defasagem e atraso democrático explica, ao menos parcialmente, a violência do país, para Arantes (2014) e Oliveira (2013) a existência dessa mesma violência não sinaliza qualquer descompasso entre o Brasil e o tempo do mundo. Sob a perspectiva desses dois últimos pesquisadores, até o presente, as transformações sociais nesse território foram todas destinadas à pilhagem, tendo ocorrido em completa consonância aos acontecimentos do mundo, sem que isso necessariamente coloque em xeque a forma violenta pela qual se estabelece o controle social do país. Dado em suas origens pela força militar e pelo poder patriarcal instituído no senhor de terras, o controle social e sua violência cumprem no Brasil uma função moderna, prestando-se a garantir a existência de uma estrutura de exploração dos recursos que viria a contribuir para as bases do capitalismo europeu. De tal forma que, processos e eventos históricos como a Independência do Brasil (1822), a Proclamação da República (1889), ou mesmo restabelecimento democrático de (1988), pouco contribuem para o fim desse quadro (OLIVEIRA, 2013) (ARANTES, 2014).

Pois bem, podemos explorar essa argumentação de Oliveira (2013) e Arantes (2014), procurando demonstrar como a cidade e, mais tarde, a urbanização brasileiras foram produzidas enquanto símbolos de uma modernidade civilizadora oposta à barbárie do interior colonial, mas que, assim como essa última, foram e são produzidas sob uma enorme massa de violência de controle social, compondo uma barbárie brasileira voltada à reprodução do capital. Em outras palavras, nos colocamos a tarefa de explorar essa faceta da produção da cidade e da urbanização

brasileiras, de modo a demonstrar que a violência da formação territorial e histórica brasileiras não se dão pelo atraso, mas pela sincronização de suas relações com o mundo.

Começemos, pois, por uma generalização, tomando a cidade dos primeiros quatrocentos anos de formação do Brasil como uma cidade colonial, que cumpre sua função de organizar e estruturar a extração, produção e exportação dos produtos primários produzidos e obtidos no interior. Essa cidade é, como enfatizado por Santos (2008, p.19), "uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante", ou seja, trata-se também de uma cidade voltada a reforçar e simbolizar o controle de além mar. Aliás, somente pelos prolongamentos dessas determinações do poder central poderíamos identificar uma cidade colonial, afinal, assim como observado por Santos (2008, p.29) o Brasil foi "durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior."

Eis um primeiro ponto, se por um lado é relativamente reconhecido que os princípios da violência de controle social no Brasil, assim como destacado por Souza (2015), podem ser encontrados em nosso passado e formação social, dados nos fragmentos isolados do território marcos pela posse da terra e pela violência particular de seus senhores, não podemos deixar de considerar que esse controle se dá a partir de um centro e de sua ordem instituída nas cidades. Em outras palavras, a crítica à barbárie dos senhores da terra não acertará totalmente seu alvo se seus fundamentos estiverem estabelecidos sobre os termos dessa divisão entre a cidade colonial europeia civilizada e o campo colonial primitivo. Divisão que, como demonstra Campos (2019), remete a um padrão já manifesto entre os primeiros escritos e registros de viajantes, autoridades e historiadores que estiveram ou habitaram o Brasil colônia.

A crítica aqui, portanto, não se volta propriamente à distinção entre as diferentes realidades experimentadas na cidade e no campo colonial, a questão está em seus termos, pois esses supõem a inexistência da barbárie na cidade colonial civilizada, da qual seria emanada a ordem militar europeia e a fé e os valores cristãos. Ora, se há uma distinção a ser feita e considerada em relação às práticas de violência de controle social da cidade e do campo coloniais, essa deve então ser concebida contendo em si o sentido de vinculação e complementariedade estrutural da própria empresa colonial, que necessitava e criava tais diferenças.

Portanto, devemos ressaltar que, por mais que fossem isoladas e que o intercâmbio fosse

precário, na própria trajetória da relação campo-cidade desses primeiros 400 anos de Brasil, fosse pelo comércio e uso de escravos e sua violência implícita que percorria todo o território ocupado, fosse pelo controle da produção enviada para a Europa, as conexões estruturais estabelecidas entre ambos, campo e cidade, levava à troca de experiências e práticas de violência de controle. Não podemos esquecer, o pelourinho (*picota*) estava tanto em frente às senzalas das grandes plantações, quanto nas praças públicas das cidades coloniais.

Além disso, podemos também considerar que as práticas de violência de controle também eram, em grau maior ou menor, redefinidas e intercambiadas a partir das reestruturações administrativas, assim como ocorrido em decorrência das reformas implementadas pelo do Marquês de Pombal (1699-1782), que transformaram o controle social nas colônias ao descentralizar as funções por meio de uma estrutura mais intrincada de Estado, tonando as atribuições de cada cargo estatal mais estritas, de forma a submeter o poder dos senhores de terra e sua violência.

Ainda assim, não nos esquivamos de reconhecer os fatores que conduzem às práticas diferenciadas entre o campo e a cidade colonial, considerando que as estruturas de controle, inclusive o corpo militar, não alcançavam com facilidade áreas distantes do interior, voltando-se essas muito mais à supressão tanto de levantes e revoluções, como de furtos e fugas de escravos, além dos usos inadequados do espaço na cidade, enquanto no campo a violência dos senhores da terra determinava a complementaridade da empresa colonial.

À título de exemplo, segundo Farias (2013), em 1820, o destacamento policial de toda a Província do Grão-Pará contava com 92 praças, e, já em 1888, ainda não alcançara o número mínimo exigido pelas autoridades de 477 homens. Em outras palavras, ainda que o poder militar central pudesse se deslocar ao campo e que reformas fossem realizadas, que fosse criada a Intendência Geral de Polícia em 1808 no Rio de Janeiro⁴³, e que mais corpos de polícia fossem criados em outras províncias nos anos seguintes, existiam enormes distâncias e dificuldades que impossibilitavam essa instituição e suas formas de violência no campo.

A especificidade em questão também pode ser observada, por exemplo, ao fim do século XIX, no processo que conduziu ao fechamento de grande parte dos cortiços das grandes cidades

⁴³ Uma das primeiras transformações implementadas por Dom João VI a partir da chegada da corte portuguesa ao Brasil.

do Brasil, como ocorrido no Rio de Janeiro (Challoub, 1996), em São Paulo (Rolnik, 1988) e Belém (Sarges, 1998). Há nesse processo uma violência de controle social característica da cidade, justificada por um discurso civilizatório, por um princípio de distinção que se apropria da modernidade para se opor à barbárie, contra aquilo que julga ser o sintoma do atraso, do passado, contra o que é diferente. Como destaca Rolnik acerca dessa violência cidadina, esse é um

[...]poder urbano, conjunto de mecanismos econômicos, ideológicos e políticos que funciona no cotidiano da cidade, para reprimir ou transformar tudo que se diferencia da "ordem" social. Esta ordem é antes de mais nada um modelo que a classe dominante estabelece para si mesma e que pressupõe e propõe uma absoluta homogeneidade social. Assim a diferença é considerada desvio e transforma-se imediatamente em "objeto de intervenção". (ROLNIK, 1988, p.4)

O cortiço, nesse sentido, torna-se objeto de uma violência civilizadora, que o define e, na mesma medida em que objetiva destruí-lo, ocupa-se também de manter velados os processos que o produziram, como destaca Rolnik.

Ali se disseminavam pestes e febres terríveis que invadiam São Paulo de tempos em tempos. Sua sujeira e promiscuidade são, desde o século passado, apontadas como responsáveis pelas epidemias. Sujeira, pela falta de água ou esgoto, promiscuidade pelos hábitos "bárbaros", "não civilizados" de seus moradores. Assim cortiços e encortiçados são imediatamente identificados com sujeira, peste, imoralidade e barbárie. A operação estigmatizante se completará então com a indicação destes territórios e suas populações como sujeitas a controles e leis especiais. Uma das formas de ação sobre o cortiço é a instituição da Polícia Sanitária, órgão criado na última década do século XIX e ligado à Secretaria do Interior, órgão cuja função é penetrar neste local sempre que necessário. (ROLNIK, 1988, p.4)

Ora, se esse princípio civilizador moderno vigora na cidade, e se daí faz emergir um olhar que se opõe ao campo supondo uma superioridade civilizacional fundamental em relação ao mesmo, o que se confirma é o sentido complementar de suas relações, inclusive de suas violências. Cidade e campo nascem interligados, mas, ao contrário de promoverem uma desconexão à medida que se desenvolvem e se tornam mais específicos, o que cada um realiza se torna cada vez mais necessário ao outro, o que dá sentido à interdependência de suas formas de controle social e violência.

A mudança do sentido dessa relação no Brasil não se dá pela extinção de um desses poderes, de tal forma que não há um conflito evidente e marcadamente deflagrado entre campo-cidade, mas

um processo de transformação que os engolfa, sendo este determinado de maneira geral pelas dinâmicas do capital dadas a partir da crise de 1929, exigindo do Brasil uma reinserção nessas dinâmicas. Assim, como destaca o próprio Oliveira (2013), trata-se do

[...]fim da hegemonia agroexportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. [...] a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente." (OLIVEIRA, 2013, p.35)

Entretanto, nem a Revolução de 1930, que acena para a ascensão da burguesia urbano-industrial, torna essa trajetória simples. Mesmo que tenhamos em conta o intenso processo de centralização e expansão regulatória originados a partir do Governo Provisório (1930-1934) e mais tarde reforçado pelo Estado Novo (1937-1945), não poderíamos ignorar o melindroso percurso pelo qual são reordenadas as relações entre a cidade e o campo. No Brasil, ao mesmo tempo em que se busca impulsionar as dinâmicas de uma indústria emergente, também se tenta acomodar as oligarquias por meio da captação de sua produção, como assinalado por Oliveira (2013).

Esta tem uma nova e importante função, não tão importante por ser nova mas por ser qualitativamente distinta. De um lado, por ser subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa e não é evidente por si mesma. O compromisso entre mantê-la ativa e não estimulá-la como setor e unidade central do sistema, a fim de destruir o “velho mercado”, será um dos pontos nevrálgicos de todo o período[...] De outro lado, por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial. Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do “exército industrial de reserva. (OLIVEIRA, p.42, 2013)

Enfim, não se trata de ruptura entre a cidade e campo, mas sim da reordenação das relações entre ambos, da redefinição de seus papéis políticos, econômicos e sociais, um reordenamento que é amplamente determinado pelo papel do Brasil na reprodução mundial do capital, limitado até então ao fornecimento de produtos primários aos grandes centros produtivos, e que se vê profundamente abalado pela crise de 1929, manifesta na redução da demanda por esses mesmos produtos. Portanto, que se põe em movimento a partir de um ponto de inflexão do país.

Ademais, o aparato de controle social conduzido pelo Estado se expande, desenvolve-se amparado em seu discurso científico, mas movido por forças maiores, capazes de retirar dos governadores estaduais o poder sobre as polícias⁴⁴ e centralizar seu comando na União de modo a exercer exclusivamente a legitimidade da violência, ao mesmo tempo em que permanece, convenientemente, distante do campo, condescendente às precárias condições de vida⁴⁵ ali produzidas, às práticas de violência, tais como a jagunçagem (Mitidiero Junior & Feliciano, 2018).

Portanto, em 1937, quando o Estado se coloca como o único agente legítimo a exercer o controle social e sua violência no país, não se cria uma trajetória de engajamento ou um projeto de democracia e de Estado de Direito, o projeto que se coloca em toda a sua modernidade é a atualização e expansão das estruturas de controle que permitem a exploração contínua desse território e sua população. Não por acaso, isso ganha contornos reais pela via de uma ditadura.

Nesse sentido, há uma diferença incontornável em relação ao sentido da modernidade para a Europa e para uma ex-colônia que se transforma em um país de capitalismo periférico como o Brasil. A dinâmica de possibilidades e impossibilidades da modernidade, como apontamos no segundo percurso, inaugura na Europa um contexto de desestabilização de valores, costumes, crenças e estruturas sociais, criando um terreno aberto a novas expectativas e à experimentação social. Ao mesmo tempo, no Brasil, que já nasce enquanto o novo, não há a formação dessa zona cinzenta, ou seja, os limites sociais aqui produzidos são conhecidos e muito bem estabelecidos.

Isso não significa, em absoluto, que no Brasil as contradições da exploração mercantilista e mais tarde capitalista deixassem de conduzir situações de intensa contestação social, mas sim que essas jamais se deram sobre um terreno no qual as coordenadas da hierarquia social estivessem

⁴⁴ O fim do Estado Novo, seguido pelo decreto-lei nº 8660, de mesmo mês e ano, devolve o comando legislativo das polícias militares aos governadores dos estados.

⁴⁵ As leis trabalhistas criadas na década de 1930 se restringiram aos trabalhadores urbanos, permanecendo no campo o trabalho completamente desregulado.

desencontradas. Aqui, esteve evidente desde o início, exposto à luz dos trópicos, que revoltas, revoluções e usos "inadequados" do espaço, cidades e metrópoles só poderiam ter um resultado.

Pois bem, apresentamos até aqui uma perspectiva crítica geral do Brasil que se dirige a distinguir as dinâmicas cidade-campo e seus distintos e, no entanto, complementares tipos de controle social, dados em aspectos que se estendem do período colonial até o fim da Primeira República (1889-1930). Mediante essa perspectiva, destacamos quatro pontos que marcam esse primeiro momento e a inflexão que se apresenta na década de 1930, são esses:

1- Até 1930 não emerge das cidades brasileiras um controle social racional que possa ser considerado uma superação em relação à barbárie exercida no campo pelos senhores de terras. Pelo contrário, ao fundamentar-se sobre um conjunto de ideias tidas como científicas, a violência desse controle social urbano somente reproduz e reforça a barbárie moderna brasileira.

2- A modernização das forças policiais, que se segue à revolução de 1930, estabelece uma normatização que encaminha ao monopólio estatal do exercício da violência no Brasil. Contudo, esse monopólio, sob a perspectiva da dependência urbana industrial relativa à produção agrícola interna e, portanto, às oligarquias, conduz os mecanismos de regulação à acomodação das formas pretéritas de violência praticadas no campo e áreas de extrativismo.

3- Os mecanismos e processos que criam nos centros do capitalismo as estruturas do Estado de Direito são as mesmas a fundar no Brasil um território de extrema violência. Portanto, considerando as dinâmicas mundiais políticas, econômicas e sociais modernas, não existe um impulso externo que conduza o Brasil a alcançar uma espécie de emancipação por meio desses mesmos arranjos institucionais.

4- A revolução de 1930 e a expansão estatal que se seguiu com o Estado Novo e a constituição de 1937 estabelecem um novo agente protagonista no país, a burguesia urbano industrial, que encaminha a criação e regulação estatal dos direitos trabalhistas e da seguridade social. Entretanto, essa não funda tais elementos regulatórios sob uma perspectiva de emancipação

e sim como mecanismos promotores de um ciclo de transformações sociais que permita a ampliação da reprodução do capital no contexto urbano industrial nacional.

Colocados esses pontos, consideramos que é preciso avançar nossa crítica de modo a demonstrarmos como a continuidade da barbárie moderna brasileira é determinada pela forma de reinserção do Brasil na dinâmica mundial de reprodução do capital após a crise 1929. Há, entretanto, alguns aspectos dessa trajetória que devemos considerar antes de prosseguirmos. É preciso termos em conta que os agentes envolvidos em 1930, e na mencionada reinserção, não se imobilizam, burguesia urbano-industrial e oligarquias redirecionam suas ações à medida que os contextos gerais se alteram. Ao mesmo tempo, com isso também apontamos que certos prolongamentos desses contextos e das ações desses agentes não são totalmente antevistos, conduzindo a atritos entre as partes.

Ainda nesse sentido, podemos observar no Brasil, de 1930 ao fim da década de 1970, a preocupação em se produzir um território e um espaço que se voltem a acelerar e melhor dimensionar os circuitos de produção, circulação e realização do capital. Em termos de objetos e sistemas espaciais, como destaca (Santos, 2008), iniciam-se projetos para a inalação e ampliação de uma rede de comunicação e vias que produzam no território conexões mais intensas entre as cidades, inicia-se um parque industrial, sistemas de produção de energia, a adequação de cidades e estruturas urbanas capazes de acomodar a crescente mão de obra assalariada, ou seja, coloca-se em marcha uma urbanização. Em adição, trata-se também de inserir e induzir de maneira ampla no e por meio desse território integrado, um novo modo de vida, novas relações produtivas e de exploração, de modo a garantir o sentido produtivo do mesmo.

Ora, o sentido urbano de toda essa integração e reestruturação confronta, explode e reconfigura os arranjos regionais e locais que fundamentavam as dinâmicas pretéritas entre campo-cidade e suas formas complementares de controle social, transforma ou desfaz a acomodação que havia sido estabelecida, resultando em novas contradições e numa nova violência de controle social que se desenvolve e adequa às estruturas produtivas que se colocam em curso.

Enfim, considerados esses aspectos, damos prosseguimento à nossa crítica, dedicando-nos à análise do desenvolvimento dessa barbárie resultante das formas de violência de controle social atreladas a essa produção do espaço no Brasil e, mais especificamente, à maneira como se dá em

Belém e na Amazônia, seja por estas possuírem uma vasta e densa trajetória relativa à colonização e a formação territorial do Brasil, seja pelas transformações sociais e espaciais que experimentam em decorrência do processo de urbanização/integração territorial.

Essa está dividida em duas partes principais, correspondentes aos contextos gerais e particularidades brasileiras que se seguem às grandes crises de reprodução do capital registradas em 1929 e no decorrer da década de 1970. Dessa maneira, na primeira parte, realizamos uma breve contextualização relativa à dinâmica regional Amazônia-Belém, pretérita à 1930, a partir da qual debatermos os prolongamentos das políticas de integração territorial e a violência de controle social que surgirá por meio da urbanização promovida pela fronteira pioneira da Amazônia de 1930 a 1979.

Já na segunda parte, tendo como parâmetro a crise do processo de reprodução ampliada do capital que atravessa toda a década de 1970, debatemos a transformação das condições gerais dessa reprodução no Brasil, dedicando especial atenção à forma como, a partir de 1980, as dinâmicas da frente pioneira aprofundam os processos de espoliação e acumulação na Amazônia. Em relação a Belém, dedicamo-nos a entender como esse aprofundamento dos processos de espoliação e acumulação se fundamentam numa metropolização dispersiva e numa violência de controle social que se mercadoriza de formas legais e ilegais.

Começemos, então, pela contextualização acerca da trajetória de Belém, desde sua fundação até a Revolução de 1930, pela qual, esperamos, fique ao menos ressaltada sua centralidade regional na Amazônia Oriental.

Belém é fundada em 1616, como Santa Maria de Belém, em decorrência de uma expedição militar empreendida pelo Reino de Portugal para retomar e fortificar parte do território da costa Norte do Brasil, que vinha sendo alvo da ocupação francesa com base principal em São Luiz, tendo sido essa última tomada pela mesma expedição em 1615. Localizada estrategicamente do ponto de vista militar, estava em um terreno praticamente inacessível por terra, ao mesmo tempo em que, situada às margens do Rio Guamá e Baía do Guajará, muito próxima à vasta Baía do Marajó, constituindo assim um ponto favorável de defesa, de controle das águas do Amazonas e, de maneira geral, dos complexos sistemas hidro fluviais da região (PENTEADO, 1968).

A partir de sua fundação, marcada pela construção do Forte do Presépio a 16 de Janeiro de 1616, e apesar de um primeiro século marcado pela escassez derivada de um comércio ainda

precário com a Europa (PENTEADO, 1968), Belém se desenvolveu no decorrer dos séculos XVIII e XIX para se tornar um importante ponto de comercialização de produtos da Floresta Amazônica. Esses produtos eram obtidos e transportados pelo intrincado sistema fluvial que a envolve, sendo os mesmos exportados em seguida para vários centros do mundo (PENTEADO, 1968). A confluência desses fatores, militares e comerciais, favoreceria mesmo ao surgimento de um primeiro sistema urbano de padrão dendrítico às margens dos rios da região, tendo Belém como centro político administrativo de cidades como Cametá, Vigia, Macapá, Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Turiaçu e Barra do Rio Negro, por ela articuladas.

É também importante nessa trajetória o Ciclo da Borracha, que marcadamente transforma a cidade da segunda metade do século XIX a princípios do século XX, impulsionando seu crescimento e interiorização, o incremento de toda sorte de serviços disponíveis à época* (PENTEADO, 1968) e o descomunal aumento de sua população, que então aparece entre as quatro maiores do Brasil (Santos, 2008). Toda essa transformação, entretanto, não interfere no papel central desempenhado por Belém em sua região de influência, mantendo-se como uma intermediadora entre a Amazônia e o mundo. Nem mesmo o declínio do ciclo da borracha, registrado já entre os anos de 1909 e 1912, não coloca fim a essa função. Belém se mantém em movimento, com seu porto ativo e suas transformações internas (PENTEADO, 1968), exibindo mesmo na segunda década do século um rejuvenescimento arquitetônico marcado pelo estilo de art nouveau característico da Belle Époque.

Além disso, cabe destacar, a maneira como Belém ficou marcada por sua origem militar, tendo sido o controle social da cidade realizado pelo exército, ou corpos de polícia destacados do exército, de sua fundação, passando pelo Império⁴⁶, até a Proclamação da Primeira República, quando se ensaiou uma desvinculação policial do exército, sendo estas colocadas a serviço dos governos estaduais.

[...] sob o signo da ordem e da disciplina a polícia era reordenada recebendo novas atribuições de acordo com os problemas oriundos de questões políticas e sociais que para os governos deveriam ser resolvidas com a prevenção, ajuste de condutas, execução da legislação e o uso da força. (FARIAS, 2013, P.225)

⁴⁶ Durante o Império, explode na Província do Grão Pará a revolta popular da Cabanagem (1835-1840), o que incorre no aumento dos efetivos militares na província de uma maneira geral.

Assim, apesar dos constantes altos e baixos nas condições gerais da vida em Belém, em seus primeiros 300 anos de trajetória perduraram com relativa estabilidade sua centralidade regional e o sentido da violência de controle social que dela emanava, constituindo-se tanto de seus destacamentos militares e corpos de polícia, quanto de seu complemento supervisionado pelos senhores de terra (ALENCAR, 2009).

Entretanto, já na década de 1920, em Belém, assim como no restante país, eram notórias a ebulição, as revoltas, amotinções e dissoluções frequentes dos corpos de polícia. Convulsões internas aos meios militares do Pará que se tornariam ainda mais latentes à medida que o declínio da exportação da borracha (FARIAS, 2011) e os levantes tenentistas acirravam as disputas entre as oligarquias legalistas, que apoiavam o prevaecimento das ordens regionais/locais amparadas no tradicional arranjo de violência de controle social, e elementos oligárquicos insatisfeitos, que ambicionavam uma nova ordem política emanada por um poder central capaz de sobrepor os interesses regionais e locais em prol da nação, apoiando-se em forças militares centralizadas.

Ora, a revolução de 1930 marca o prevaecimento das forças centralizadoras no país, seguindo-se a essa o Governos Provisório (1930-1934) e o Estado Novo (1937-1946), sob os quais o exército é reformado e as polícias militares estaduais refundadas sob o comando central federal, enquanto a produção agrícola passava a ser diretamente regulada pelo Estado, sendo a produção direcionada ao mercado nacional urbano. Dessa forma, embora ainda exista um debate acirrado acerca do protagonismo da burguesia urbano-industrial paulista em 1930, considerando-se para tanto a disputa que consolidada na Revolução Constitucionalista de 1932, o ponto central, como apontado por Oliveira (2013) é que, de maneira geral, as políticas nacionais de controle social e econômicas desse contexto resultaram na submissão temporária dos poderes regionais, fosse pela perda de sua capacidade militar, fosse pelas políticas que colocavam a indústria nacional como o novo centro produtivo do país.

Assim, a partir de 1930, o que se coloca em perspectiva para Belém e para seu papel regional na Amazônia é uma desestruturação das relações que havia estabelecido de maneira direta com seu espaço de influência e com o próprio mundo do capital, sendo então submetida a uma intermediação realizada pelo poder federal e, num plano reprodutivo do capital, ao centro industrial

do país. Contudo, se essas são evidências do novo arranjo produtivo nacional, voltado à reprodução do capital, o mesmo não se passa em relação à integração territorial produtiva do país, pois, em 1946, quando o Estado Novo é dissolvido, ainda prevalecem em muitas regiões as mesmas dinâmicas produtivas e modos tradicionais e regionais.

No Pará, e mais especificamente em seu interior, permanecem da década de 1930 ao fim da década 1950, o poder e a violência dos senhores de terra sob a forma das concessões estaduais de exploração das terras públicas (BUNKER, 2003), que em 1960, como destacam Loreiro & Pinto (2005), ainda compunham 50% das terras totais do estado. Enquanto na capital Belém, e de maneira geral no estado do Pará, as diretrizes do período Vargas foram conduzidas por oito governos interventores.

É somente a partir da década de 1960 e, principalmente, do golpe militar de 1964, que os projetos de integração voltados à reprodução do capital nacional mudariam esse cenário. Ao impor majoritariamente à Amazônia novas relações sociais e um novo padrão espacial urbano, não mais dendrítico e sim determinado pelas rodovias (TRINDADE JR., 2016), o poder dos senhores de terra e sua violência, assim como o conjunto tradicional dos modos de vida que existiam no Pará, passam a ser expostos a uma pressão que os leva ao fim ou a uma adaptação ressignificante de seus sentidos.

Isso se coloca de maneira mais obtusa na esteira dos Planos Nacionais de Integração (PINs), que tinham como objetivo integrar a Amazônia enquanto uma *fronteira de recursos* (BECKER, 1978), à qual seriam atribuídas duas funções principais, a saber, a) fornecer recursos naturais de maneira inesgotável aos processos industriais; e b) constituir-se enquanto um território em que os processos de ocupação e expropriação seriam acentuados. Uma *fronteira pioneira* que, segundo Oliveira (2013), também teria a função de dispor, ao sistema de reprodução do capital, zonas do território das quais seria possível, por meio de processos migratórios e de ocupação, agregar trabalho à terra sem grandes investimentos, sendo este trabalho mais tarde expropriado, caracterizando uma *expropriação estrutural* que determina um papel periférico da Amazônia em um processo nacional, já marginalizado, de reprodução mundial do capital.

Estabelecidas essas funções, o processo de integração da Amazônia passa a ser implementado por meio de um conjunto de políticas que se concentram nos seguintes eixos: a) na construção de rodovias, inicializadas em 1958 com a Belém-Brasília, voltadas a atrair fluxos

migratórios que forneceriam os contingentes populacionais necessários à ocupação da terra e a mão de obra para trabalhá-la; b) nos incentivos fiscais, capazes de atrair investimentos estruturantes e empresas para a região; c) na cessão de terras públicas, fosse por meios legais, para atrair investidores privados, fosse de maneira ilegal, pela complacência com a grilagem, para impor a privatização da terra; d) na criação ou expansão de núcleos urbanos, como destaca Becker (1978), concebidos e determinados para promover a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social.

Ao consideramos a trajetória dessa integração da Amazônia, pretendida, planejada e executada sob os governos militares, a dimensão estrutural promovida por essas políticas parece quase sempre falhar devido à lentidão das obras, aos custos exorbitantes, pela incompletude ou alcance limitado dos projetos, além da precariedade das condições humanas envolvidas. Bunker (2003), por exemplo, evidencia como, na década de 1970, o governo federal encontrou dificuldades em encontrar e manter parceiros da iniciativa privada internacional para compor uma sociedade exploratória de Carajás conjunta à Companhia Vale do Rio Doce, vendo-se obrigado a se comprometer financeiramente a partir de 1980 para conseguir levar à frente o projeto. A Transamazônica seria outro exemplo de uma integração incompleta, tendo apresentado custos financeiros, perdas humanas e lentidão na execução das obras.

Esforços e políticas, no entanto, que logram conduzir ao Pará, e à Amazônia, empresas e enormes massas migratórias que, direcionadas, produzem uma ocupação do território à semelhança do que havia sido planejado, além de terem impulsionado a privatização das terras públicas e estabelecido uma nova conexão produtiva da região com o restante do Brasil.

Além disso, essa é uma integração que visa não somente sustentar uma conexão produtiva do país, mas também introduzir um novo modo de vida na região, novos ritmos produtivos e relações sociais, um processo de tal maneira amplo uma integração que se faz pela urbanização de toda a Amazônia (Becker, 1978). Isso, não podemos esquecer, promove um choque extremamente turbulento entre os diferentes modos e meios de vida, entre povos indígenas, senhores de terra, populações tradicionais da Amazônia, garimpeiros, madeireiros, movimentos sociais de luta pela terra, grileiros e forças militares (BECKER, 1988), (BUNKER, 2003) e (MARTINS, 1996), exigindo do Estado também uma política de controle para contradições aí liberadas.

Esse controle, entretanto, não se dá pela simples vigilância estatal do monopólio da

violência, pelo contrário, o que se desenvolve na urbanização da Amazônia é o uso instrumental e calculado da violência gerada pelos diversos agentes reunidos em seu turbilhão. Tratamos assim de uma política condescendente às diversas práticas de violência reunidas, sendo central para o Estado e para o arranjo produtivo nacional somente o sentido geral encaminhado a partir dos confrontos, em outras palavras, conquanto o produto de toda a violência empregada fosse a privatização das terras, a integração produtiva da Amazônia e a imposição de um novo modo de vida urbano, essa violência seria legítima.

Devemos também ressaltar, os prolongamentos dessa política não se restringem a incorporar as práticas de violência pretéritas. Nesse contexto dinâmico, de enfrentamentos descontínuos e repentinos, a nova forma de violência que nasce é mais adequada à dinâmica acelerada das invasões e disputas pela posse da terra, tornando-se um *ethos* do processo de urbanização, uma atividade econômica e um modo de vida que produz uma nova Amazônia, assim como demonstram Loreiro & Pinto (2005, p.83) acerca da pistolagem.

A pistolagem é um fenômeno que começou também a integrar o cotidiano de ocupação da terra, é algo recente na Amazônia, datando de mais ou menos trinta anos. Mas, não só neste aspecto o pistoleiro da Amazônia difere do cangaceiro e do capanga do nordeste. Ele tem uma origem histórica e social diferente da deles e possui uma natureza também própria. O pistoleiro surge na região para proteger contra invasão (por parte de posseiros) as grandes extensões de terras adquiridas mas ociosas ou improdutivas. Um pistoleiro pode ser contratado para expulsar colonos que as ocuparam; para assassinar lideranças e sindicalistas. Ou ainda, para "ajudar" nas ações policiais de despejo de posseiros. Como o contingente policial era, e ainda é insuficiente para cumprir ordens de mandado emanadas da Justiça, alguns fazendeiros inseriam pistoleiros nos contingentes policiais encarregados da expulsão. Sob o olhar conivente e tolerante do Estado empresas e grileiros formaram milícias privadas, a que chamam de "vigilância" ou "segurança", montadas para garantir a posse e a defesa da terra nas distantes terras amazônicas. Assim, estabeleceu-se na região um compartilhamento de objetivos comuns entre fazendeiros interessados nas terras, autoridades que ignoravam a participação das milícias privadas de defesa das fazendas, políticos beneficiados com terras e a pistolagem. Loreiro & Pinto (2005, p.83)

Isso denuncia a conivência do Estado⁴⁷ com as atividades de pistolagem e formação de grupos paramilitares (LOREIRO & PINTO, 2005), oferecendo aos mesmos uma relativa liberdade de ação, condicionada à contribuição voltada às dinâmicas de urbanização/integração da região,

⁴⁷ Cabe destacar que, a segurança privada foi instituída no Brasil em 21 de outubro de 1969 pelo Decreto-lei 1.034/69, atuando, porém, quase que exclusivamente instituições financeiras, como os bancos e sob fiscalização dos governos estaduais, conforme Cubas (2005).

assim como para dissipar as energias sociais liberadas pelas contradições desse processo.

Em todo esse processo Belém se insere de maneira um tanto quanto peculiar na integração nacional. Ainda caracterizando-se como um centro regional, volta-se às funções administrativas e de suporte à integração nacional, concentrando estruturas de informação e bancárias. Contudo, deixa de intermediar parte da produção da Amazônia Oriental, sem mesmo receber investimentos ou condições fiscais especiais de modo a criar na cidade um setor industrial mais complexo, função, como apontado por Trindade Jr. (2016), desempenhada no Estado por outros núcleos urbanos.

Notemos, essa urbanização da Amazônia, em muitos aspectos, produz-se primeiramente do interior para então chegar à Belém, sentido de urbanização explorado por Becker (1978), quando argumenta acerca do caráter dos povoados emergentes às margens das rodovias paraenses, os quais, apesar de não concentrarem os elementos espaciais e diversidade de serviços que caracterizam um centro urbano, vinculam-se "ao padrão global de circulação", demonstrando, assim como Trindade Jr (2016), que essa urbanização também se dá pela capacidade de criar, organizar e determinar ritmos e relações sociais.

Além disso, caberá também a Belém, desde princípios da década de 1960, receber crescentes fluxos migratórios de caráter campo-cidade cada vez mais caracterizados pela pobreza (TRINDADE JR., 2016), fossem esses causados pela expulsão das populações tradicionais das terras públicas, fosse pelo fim gradual do trabalho nas obras de rodovias, hidrelétricas e núcleos urbanos de apoio aos megaprojetos (as *company towns*⁴⁸). Assim, Belém passa, de modo planejado ou não, a ser um destino da urbanização integradora da Amazônia, abrigando nas baixadas e, posteriormente, às margens da BR 316 e da rodovia Augusto Montenegro (TRINDADE JR., 2016) as populações expulsas por grileiros, madeireiros e criadores de gado entre outros, além daquelas que não encontravam boas condições de vida nos demais núcleos urbanos e em si mesma.

Nesse sentido, a chegada dessa outra urbanização à Belém, é marcada tanto por sua reestruturação espacial, configurada a partir da malha rodoviária, quanto pela inserção e predominância de um novo modo de vida, ocorrendo gradualmente em duas fases distintas de metropolização (TRINDADE JR., 2016). A primeira dessas fases, como já viemos demonstrando, definida entre 1960 e 1979, é caracterizada⁴⁹ por uma concentração espacial decorrente

⁴⁸ “Cidade operária” ou “cidade corporativa”.

⁴⁹ Outras características dessa primeira fase podem ser relacionadas, segundo Trindade Jr. (2016), à inexistência de u

principalmente da ocupação dos terrenos de baixada na cidade. Localizados predominantemente no centro, as baixadas se tornam espaços de moradia para as populações empobrecidas, fossem essas de origem local, fossem migrantes. Ao mesmo tempo, enquanto essas áreas se densificavam, favelizavam e suas populações permaneciam segregadas, um cinturão institucional, localizado nas imediações da cidade, constituído do aeroporto internacional, áreas militares e de preservação ambiental, dificultava a expansão de equipamentos urbanos que favorecessem à sua expansão.

A segunda fase, iniciada a partir de 1980, é caracterizada por uma configuração espacial dispersa, determinada por dois vetores principais, a saber; um primeiro, dado pela continuidade dos fluxos migratórios, que encaminha à saturação das baixadas e a ultrapassagem do cinturão institucional, forçando a instalação de equipamentos urbanos mínimos e políticas de assentamento que impulsionariam a ocupação do entorno da BR-316 e da rodovia Augusto Montenegro; e um segundo, dado pelo capital imobiliário, que interessado na estrutura de equipamentos e serviços urbanos do centro, fomentou a remoção das populações empobrecidas das baixadas para então operar nessas áreas utilizando das novas soluções tecnológicas (TRINDADE JR., 2016).

Ora, entre essas duas fases, Belém e a Amazônia experimentam um novo ciclo de transformações, determinado à escala mundial pela crise da reprodução ampliada do capital que atravessa toda a década de 1970, e se impõe ao mundo sob a forma da queda das taxas de lucro do setor industrial, do aumento substancial dos custos energéticos e da crise do trabalho, dimensões da crise que resultam numa pressão crescente sobre suas terras públicas, cidades e populações tradicionais.

A crise da década de 1970 é responsável, primeiramente, pela transferência de parte do setor produtivo pesado de países desenvolvidos para países como o Brasil, dispostos a arcar com os impactos sociais, ambientais e custos de instalação e produção energética para tais cadeias produtivas, o que aparece como uma janela de oportunidades para as políticas e anseios desenvolvimentistas. Em decorrência direta desse primeiro reflexo da crise, no Brasil, já na década de 1980, a desvalorização da moeda nacional multiplicaria a dívida externa contraída para fomentar os programas de desenvolvimento nacional, em especial para financiar a instalação das estruturas produtivas da *frente pioneira*, assim como detalhado por Bunker (2003) em relação à exploração

m setor industrial capaz de gerar um volume atrativo de empregos, o que reforçou a preponderância da moradia popular como vetor de concentração do espaço urbano, assim como da construção civil enquanto meio de vida para parte dessa mesma população empobrecida.

de Carajás.

Esse quadro complexo, dado pela introdução de um setor produtivo de características espoliativas aceleradas na Amazônia Oriental, em conjunção à deterioração das condições econômicas e sociais de vida no país, caracteriza a continuidade dos fluxos migratórios de populações pauperizadas em direção a Belém, acrescentando às forças dessa metropolização a emergência de um setor imobiliário e de suas contradições na metrópole.

Já debatemos nos capítulos anteriores o crescimento do setor imobiliário nos principais centros do capitalismo mundial, uma ascendência, à grosso modo, que se dá em face às decrescentes taxas de lucratividade do setor produtivo industrial. Contudo, a trajetória desse processo não é tão simples para uma realidade como aquela produzida em Belém, enredada numa urbanização de frente pioneira com características espoliativas.

Devemos nos atentar para os fluxos de capitais e as condições sob as quais esses se deslocam em escala global e nacional para atuar na cidade, afinal, não há um setor industrial belenense ou mesmo no estado do Pará do qual massas expressivas de capital migram para formar todo o seu setor imobiliário. Trata-se de mantermos em perspectiva a realidade de uma *frente pioneira* que começa a ampliar o leque de atividades para a atuação de capitais na região, alocados no setor industrial, imobiliário e em outros, em função de uma crise mundial de reprodução do capital, que encaminha à intensificação de uma espoliação voltada à possibilidade de ganhos financeiros substanciais de maneira segura, garantida por um controle social de Estado⁵⁰.

Assim, quando olhamos para esse outro vetor de dispersão metropolitano de Belém, atuante a partir de 1980, devemos, como apontado Trindade Jr. (2016), entendê-lo como um meio de perpetuação das dinâmicas espoliativas de fronteira amazônica, ativadas em Belém. Nessa perspectiva, elucida-se a expulsão ou o reassentamento das populações empobrecidas, transferidas das baixadas para fragmentos distantes do centro de Belém, sendo possível, como apontado por Trindade Jr (2016), identificar aqueles que se beneficiam, num primeiro momento, dos desenlaces desse processo a saber:

⁵⁰ O fim da ditadura militar em 1985 apresenta alguns sinais desses processos, significando mais expressivamente o fim do arranjo que havia direcionado as políticas de exploração da população e do território nacional desde 1930 e a necessidade de relações mais diretas e fluidas entre o capital financeiro internacional e os agentes regionais/locais. Nesse sentido, o arranjo que se dá com a constituição de 1988 confirma a retomada do protagonismo dos agentes regionais, assim como o gradual enfraquecimento da indústria nacional, marcados pela abertura gradual da economia aos capitais e mercadorias internacionais.

- a) um setor imobiliário mais robusto de capital nacional, que se apossa da estrutura e serviços do centro Belém como maneira de ampliar seus ganhos com a renda da terra;
- b) um setor imobiliário de médio e pequeno porte, que encontra nas zonas de expansão da metrópole um novo mercado;
- c) famílias locais que se apoderam do poder estatal e dos mecanismos de habitação para promover figuras políticas ligadas a esse arranjo.

Mais importante, o que se produz aí não é somente a satisfação de interesses particulares, afinal, a condição *sinequanon* para que esses sejam alcançados é exatamente que se produza uma metrópole dispersa e fragmentada, em que serviços e direitos se tornam privilégios.

Eis, para nós, o ponto dessa segunda fase de metropolização, o espaço, a cidade, a metrópole, seus usos são transformados em privilégio, o que numa dinâmica de *fronteira pioneira* envolve submeter e criar condições de lucratividade acima do que as médias de quaisquer outros contextos em que haja um mínimo de regulamentação das atividades desenvolvidas. Isso transparecerá imediatamente e de maneira mais latente no uso do espaço para a moradia, uso primordial da cidade e que caracterizou mesmo a atratividade de Belém em sua primeira fase de metropolização. Nessa segunda fase, esse torna-se um privilégio, é escasseado dentro da chamada primeira léngua patrimonial, contido pelo cinturão institucional, e aqueles que não podem pagar pelo mesmo no centro de Belém devem deixá-lo e encontrar nos fragmentos distantes da metrópole uma moradia destituída dos elementos básicos da cidade.

Nesse sentido, assentamentos que se seguiram, planejados, espontâneos e dirigidos⁵¹ (TRINDADE JR., 2016), foram suficientes apenas para mitigar esse primeiro problema, enquanto todos outros se tornavam latentes. Em outras palavras, para as populações empobrecidas, o direito à moradia se torna uma moeda de troca pela qual o acesso a um terreno corresponde a perda de todos os outros usos antes possíveis da cidade.

Dentre esses usos ou serviços perdidos pela população mais pauperizada, aparecem os

⁵¹ Trindade Jr (2016) caracteriza três processos de assentamentos urbanos que tomam forma na metrópole belenense durante as décadas de 1980 e 1990, sendo esses distinguidos da seguinte forma: a) planejados, produzidos pelo Estado, por meio de recursos disponibilizados via Políticas Nacionais de Habitação; b) espontâneos, decorrentes de ocupações de terrenos de maneira individual ou coletiva, sem maiores direcionamentos de movimentos sociais ou políticas de habitação; c) dirigidos, assentamentos complexos que envolvem a articulação entre figuras políticas locais, a cooptação de movimentos sociais e donos de terrenos, de modo as ocupações produzissem indenizações aos donos de terra sobre precificadas, sendo, posteriormente, esses valores divididos entre políticos e donos de terra.

serviços urbanos de segurança, sendo a exposição à violência da criminalidade considerada um efeito nefasto que surge principalmente nos fragmentos periféricos de Belém (FREIRE et. al.,2018).

Ora, gostaríamos de levantar aqui um debate e uma hipótese finais, que se lança aqui com a esperança de que seja acolhida em outras pesquisas, dizendo respeito a origem dessa violência. A começar, reforçamos o entendimento de que a questão da segurança pública ou de sua falta, é um problema que se abre junto à segunda fase de metropolização de Belém. Podemos, para corroborar esse entendimento, citar a obra *Belém – Estudo de Geografia Urbana* de Antônio Rocha Penteadó, publicada em 1968, em que o pesquisador, após extensas análises acerca da formação da cidade, aponta em um último capítulo os quatro principais problemas para os quais Belém deveria apresentar uma solução nas décadas seguintes como forma de se desenvolver, pois bem, em nenhum desses pontos havia qualquer menção à questão da violência ou criminalidade.

Enfim, tratamos de um problema que surge, primordialmente, a partir da metropolização dispersa de Belém, não é de se surpreender, portanto, que a essa insegurança e violência se relacione a falta de uma infraestrutura básica, de políticas públicas e serviços essenciais à reprodução da vida urbana, como educação, saúde, saneamento, cultura e lazer, que também se origina de uma urbanização desordenada e segregadora, entendida como ausência do Estado nesse processo (FREIRE et. al.,2018).

Entretanto, entendemos, ainda em caráter hipotético, que essa violência não pode ser atribuída à perda desses outros serviços e usos da cidade. Em outras palavras, argumentamos que a ausência de segurança é um problema de importância e origem igual à ausência de serviços como o saneamento, educação, saúde e outros, não estando aí a sua origem, mas sim na necessidade de se fragmentar a metrópole, de se produzir um espaço estilhaçado, disperso e hierarquizado, voltado à reprodução espetacular da sociedade capitalista.

Ainda assim, não se trata somente de uma sequência lógica, não descartamos, por exemplo, que a inacessibilidade à educação possa promover condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades que produzam insegurança nos fragmentos da metrópole. A questão, entretanto, é que a trajetória do controle social relacionada às políticas de integração territorial e urbanização da Amazônia, sob a perspectiva de uma *frente pioneira*, já demonstra que é possível realizar o controle social por meio de uma regulação de formas de violência inclusive criminosas. E, ainda mais

importante, essa regulação estatal não se realiza com objetivos voltados unicamente a uma espécie de necessidade de eficiência administrativa fechada em si mesma, trata-se uma política que foi capaz de, durante as décadas de 1960 e 1970, fomentar todo um arranjo nacional de reprodução do capital por meio da espoliação da Amazônia.

Ora, se há uma mudança de contexto com a abertura das dinâmicas de *frente pioneira* para capitais das mais diferentes origens do mundo, e se, inserida nessa dinâmica, a metrópole passa supostamente a reproduzir o capital por meio de uma mercadorização hierarquizada de seus fragmentos espaciais pautada em seus usos e serviços transformados em privilégio e mercadorias, então não há empecilhos para que a chamada violência da criminalidade urbana venha a compor essa dinâmica.

Ainda assim não poderíamos simplesmente tomar a forma de uso da violência utilizada nas décadas de 1960 e 1970 como idênticas na década seguinte, precisamente porque existe mesmo uma crise e um reordenamento dos processos de reprodução do capital. Nesse novo contexto, já viemos pautando esse debate, o próprio controle social, seus tipos legais ou ilegais, os quais se pode acessar pelo consumo dos fragmentos metropolitanos, passa a compor a precificação dos fragmentos. Em Belém, a partir de 1980, produzir-se-ia então um espaço fragmentado que se torna um mercado para variados tipos de violência de controle social indo, à semelhança do que ocorre em outros grandes centros do Brasil, dos condomínios fechados ou enclaves fortificados (PIRES, 2000), passando pelos espaços públicos do centro, tomados por uma “revitalização urbana, com fortes apelos turísticos” (TRINDADE JR; AMARAL, p.80, 2006), até os fragmentos periféricos onde predominam violências ilegais compostas por grupos que desempenham a função sem um regulação direta do Estado (COUTO, 2015).

Dito isso, e como forma de encerramento do segundo momento deste percurso/debate, destacamos os pontos cinco e seis, que resumem o sentido do que aqui se apresentou.

5- A integração territorial e a urbanização do Brasil, conduzidas de 1930 até fins da década de 1970, não encaminham à eliminação de suas práticas pretéritas de violência de controle social, pelo contrário, criam uma trajetória na qual essas são absorvidas e ressignificadas. Essa trajetória se tornará evidente no violento processo de expulsão de populações tradicionais de terras públicas ou mesmo privadas, assim como no assentamento e controle dessas populações nas cidades e metrópoles em formação.

6- A partir da década de 1980, em meio à crise reprodutiva do capital, usos e serviços urbanos passam a ser privatizados e ou transformados em privilégio. No Brasil, esse processo se desenvolve sob a forma de políticas públicas de metropolização, que fomentam a fragmentação espacial, a segregação e a precarização das condições de vida, o que inclui a emergente insegurança causada pela violência dos fragmentos precarizados. Esse processo incorre na transformação do controle social em mercadoria, sendo este incorporado a uma espécie de hierarquização dos fragmentos espaciais. Os prolongamentos desse processo, encaminham não somente ao uso extremo e espetacularizado de sistemas de segurança privada nos fragmentos de privilégio, mas também à formação de milícias e mesmo de grupos formados de traficantes que assumem, enquanto inserção no mercado ilegal de segurança, o controle social dos fragmentos precarizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações que apresentamos avaliam a trajetória percorrida pela pesquisa e a validade dos debates e conceitos trabalhados para sustentar a plausibilidade de nossa hipótese central que trata, basicamente, de uma produção do espaço que, em meio à crise do capital da década de 1970, passa a incorporar a violência de controle social enquanto mercadoria espetacularizada.

De maneira geral, entendemos que nosso primeiro percurso tenha sido suficiente para desenvolvermos nossa hipótese central, destacando, a partir de Lefebvre ([1970], 2008), uma produção do espaço que opera no sentido de uma colonização do urbano que ascende em suas formas de contornar ou suprimir as contradições dessa produção, transformando e criando simulacros de apropriação coletiva do espaço, não pode dispensar o uso da violência enquanto prática de controle social e bloqueio ao *excesso urbano*.

Além disso, desenvolvemos uma argumentação de modo a rejeitar perspectivas que tomam a violência de controle social como um artifício superado, demonstrando sua relevância funcional às dinâmicas espaciais específicas à reprodução do capital. É fundamental para essa avaliação, a contribuição de Foucault ([1979], 2008), a forma como encontra tal funcionalidade garantida no *cálculo biopolítico*, em sua concepção de um controle da criminalidade regulado segundo um cálculo biopolítico neoliberal, que acha sua eficiência não na supressão total das contradições à ordem social ou nos tipos de violência empregados, mas na administração dos custos envolvidos num nível ótimo entre os gastos e aquilo que se deixa de perder em termos financeiros com essa mesma regulação da violência aplicada.

Ainda, argumentamos de modo a evidenciar o avanço das próprias dinâmicas do capital, projetadas numa progressão do paradigma neoliberal, não mais como mentalidade econômica que se impõe à administração pública, mas enquanto um processo que transforma determinadas áreas de atuação do Estado em um mercado para o setor privado, abrindo-se aí um novo patamar do controle social que se colocaria à semelhança de nossa hipótese, por meio de uma violência não mais unicamente repressiva, mas também espetacular.

O segundo debate, consideramos, contribui para fundamentar a hipótese na medida que nos permite verificar a dinâmica contraditória da modernidade e da cidade moderna, contradição

expressa entre as perspectivas de uma possível emancipação humana inspiradas na evolução das experiências instrumentais/científicas de manipulação de objetos e projeção e determinação de processos, e na crescente necessidade de controle dos processos produtivos e da reprodução da vida, conformando-se aí suas impossibilidades que se mostram gradualmente atadas às dinâmicas do capital.

De mais a mais, a contextualização mais diversa que procuramos estabelecer em relação a essa dinâmica interna da modernidade e da cidade moderna, dialogando com suas manifestações em diversos campos da vida humana, nas artes e na história, aponta para uma sincronicidade dos processos de dissolução das perspectivas de emancipação humana relacionado à ampliação e intensificação dos processos de reprodução do capital e dos dispositivos estatais de destruição em massa, atribuindo significado aos limites desses processos de produção e controle social que se transformam entre as décadas de 1960 e 1970.

Em relação ao terceiro percurso, consideramos relevante o delineamento das trajetórias de modernização das polícias e cidades, contrapondo-nos às concepções que as tomam enquanto produto de um *medo* social relativo à criminalidade. Nesse intuito, ressaltamos o advento da *metrópole planejada*, constituída enquanto uma reestruturação espacial voltada às dinâmicas de reprodução do capital após a crise de 1929, e pela qual se media a articulação e funcionalização tanto das formas e conteúdos espaciais, quanto do controle social, sentido aprendido para a qual contribui principalmente Harvey ([1982], 2013), destacando a importância do espaço para as esferas da produção, circulação e realização do capital.

Não somente isso, a *metrópole planejada* marca também um novo papel do Estado para as dinâmicas de reprodução do capital, sendo o agente de planejamento capaz de direcionar esforços de modo a organizar fluxos e a conter as contradições da própria dinâmica de produção do espaço, a incorporando a violência enquanto elemento de um produção de um espaço articulada/funcional e seu sentido dispersivo.

Destacamos também o exame, apesar de ainda bastante restrito, acerca da incorporação das práticas pretéritas de violência de controle social pelas formas modernizadas e contemporâneas de controle social, tendo sido aí evidenciada a transformação do sentido dessas práticas segundo tanto as dinâmicas segregadora da *metrópole planejada*, quanto àquelas da fragmentada *cidade*

empresa/mercadoria. Abre-se, portanto, a possibilidade de pesquisas futuras com o objetivo de sistematizar e fornecer um entendimento da amplitude desse processo.

Em adição, e prosseguindo com o delineamento da trajetória da relação entre a produção do espaço e a violência de controle social, apontamos a emergência, entre as décadas de 1960 e 1970, da segurança privada sob a sua modalidade de *contract*, ou terceirizada, encontrando aí elementos que reforçam nossa hipótese acerca do avanço das dinâmicas de reprodução do capital sobre o controle social, não mais limitado à mentalidade neoliberal, mas como atividade integrada às dinâmicas de colonização do urbano. Em diálogo e crítica a Shearing & Stenning (1981), apontamos como o espaço, enquanto um todo, torna-se mediado por uma forma de violência de controle social que se instala, num primeiro momento, enquanto um serviço de luxo limitado a alguns de seus fragmentos, criando por meio desses pontos elementos de desigualdade espacial e, conseqüentemente, um todo desigual.

Nesse sentido, nossa perspectiva se diferencia dos autores supracitados, indicando um controle social que se estabeleceria não somente pela difusão de comportamentos a partir elementos pontuais, mas pela produção de um espaço em sua totalidade fragmentado por mediações dada por dispositivos de violência de controle social privatizados que gradualmente se instalam nos fragmentos espaciais. Destaca-se aí a perspectiva, e necessidade para nossas pesquisas futuras, de uma caracterização, sistematização e periodização relativa aos fragmentos espaciais que empregam esse tipo de dispositivo, tornando-a mais ampla do que aquela dos espaços de luxo e dos “*massive private spaces*” caracterizados por Shearing & Stenning (1981), assim como em relação aos próprios tipos dispositivos de segurança privada contratados.

O último debate mostra os sinais de nossa tentativa de, utilizando-nos dos elementos teóricos obtidos nos debates anteriores, realizar uma análise crítica à realidade periférica moderna e dos processos de reprodução do capital experimentados no Brasil e em Belém, de modo a flexionar esses elementos teóricos, assim como a obtermos novos, de modo a sustentar a construção de nossa hipótese. É central nesse percurso a concepção de um Brasil que constrói não somente sua própria modernidade, mas que constitui e permite o sentido de modernidade europeu, na medida que se torna território de sua barbárie, como proposto por Oliveira (2013) e Arantes (2014).

A crítica à visão de um Brasil em que a violência de controle social permanece isolada nas dinâmicas do campo, do senhor de terras e da senzala, demonstra uma violência presente e

ascendente nas cidades, complementar à estrutura e espoliação colonial, que nos permite corroborar com essa percepção de uma modernidade brasileira moldada à barbárie.

Outro aspecto importante desse percurso, a distinção de arranjos nacionais de inserção nas dinâmicas de reprodução do capital, permite-nos contextualizar tanto as dinâmicas espaciais/territoriais do país, como o sentido de suas violências de controle social implementadas. Dessa forma, seguindo Oliveira (2013) que aponta uma nova inserção do Brasil nas dinâmicas de reprodução do capital após a crise de 1929, nossa crítica e sistematização tomam o contexto que se segue entre as décadas de 1930 e 1970, como o berço de uma nova produção do espaço, conduzida pelo Estado por meio de políticas de integração e urbanização do território, das quais emerge uma violência de controle social.

Assim, ao analisarmos a evolução e transformação da relação entre produção do espaço e o controle social emergente das dinâmicas de *fronteira pioneira* e *fronteira de recursos* da Amazônia, respectivamente (OLIVEIRA, 2013) e (BECKER, 1978), encontramos uma violência fundada a partir de elementos de práticas de violência pretéritas, de caráter cidade-campo que, transformadas e ressignificadas, tornam-se uma nova violência voltada ao sentido urbano das referidas dinâmicas. Essa violência de uma segunda urbanização amazônica, constituída de uma massa de práticas ilegais voltadas principalmente a transformar as terras públicas em privadas, instrumentalmente tolerada e supervisionada pelo Estado, aparece aí então muito próxima àquela identificada no *cálculo biopolítico neoliberal* de Foucault ([1979], 2008), conduzida de modo a se garantir unicamente os baixos custos estatais envolvidos na determinação do sentido geral das transformações sociais e territoriais esperadas.

Ainda, tomando o contexto de inflexão da década de 1970, em grande medida determinado pela crise de reprodução do capital, e os processos de reestruturação espacial da segunda fase de metropolização de Belém, como detalhado por (TRINDADE JR., 2016), envoltos sob a perspectiva dos conceitos de *fronteira pioneira* e *fronteira de recursos* supracitados, tentamos ir um pouco além, no esforço por encontrar elementos para nossa hipótese. Dessa maneira, apontamos elementos de possível violência metropolitana, gerada pelos processos de fragmentação e dispersão espaciais, voltados à transformação dos usos e serviços do centro de Belém, e posteriormente de outros fragmentos, em privilégios. Abre-se, portanto, a possibilidade de investigação acerca de um mercado de segurança, ou nossos termos de violência de controle social, que gradualmente

atravessa os fragmentos espaciais de privilégio até aqueles de total carência dos elementos básicos à reprodução da vida.

Ainda assim, se esse são aspectos que ao nosso ver são positivos e estimulam a pesquisa a partir da hipótese central, existem também faltas aí que estimulam precaução nas conclusões. Existem questões não tocadas e que merecem especial atenção para justificar uma tal hipótese, a começar pela da renda da terra em relação ao tipo de controle social que se incorpora aos fragmentos espaciais, esse debate foi deliberadamente evitado aqui, pois tomaria para si toda a pesquisa, mas parece ser incontornável se deseja auferir de maneira mais convincente tal mecanismo. Além disso, há o debate ascendente acerca das tecnologias de vigilância, cada vez mais fundamentadas no controle e produção de fluxos de dados e informações. Acreditamos que ser fundamental entender como essas tecnologias se relacionam às dinâmicas de cidades e metrópoles, assim como seus prolongamentos em relação às formas de violência legais e mesmo ilegais. Por fim, e talvez mais urgente, existe a necessidade de estudos mais detalhados acerca das práticas de violência e as dimensões espaciais abordadas, uma forma de incorporarmos aos debates propostos a crítica às violências sistemáticas contra as minorias ainda pouco abordadas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, W. Theodoro; HORKHEIMER, Max. [1947] **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALENCAR, Edna Ferreira. O tempo dos padrões 'brabos': fragmentos da história da ocupação humana da reserva de desenvolvimento sustentável amanhã. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 1, n. 1, abr. 2016.

ANDERSON, Clay Nunes Chagas in ANDERSON, Clay Nunes Chagas (organizadores). **Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública**. -1. ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

ARANTES, Otília B. Fiortes. [1998] **Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. -2ª Ed. rev., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARENDT, H. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.40, n.01, p. 111-122, 1978.

BECKER, B. K. Significância Contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: **FRONTEIRAS**, Catherine Aubertin (Org). Brasília: Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988, p. 60-89.

BENEVOLO, Leonardo. [1971] **História da cidade**. São Paulo, Perspectiva, 2015.

BERMAN, Marshall. [1982] **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BUNKER, Stephen G.. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 6, n. 2, dez. 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CAMPOS, Candido Malta. A cidade no pensamento brasileiro, do século XVI ao século XX. **Estud. av.**, São Paulo, v.33, n.95, p.177-190, Jan. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORREIA, David; WALL, Tyler. **Police: a field guide,** New York, Verso, 2018.

COSTA, Helrison Silva. Poder e violência no pensamento de Michel Foucault. **Sapere aude,** Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 153-170, jan./jun. 2018

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. In NASCIMENTO, Durbens Martins [et al...] (organizadores). **Defesa e criminalidade: em busca da convergência para a segurança –** Belém: NAEA; UFPA, 2015.

CUBAS, Viviane de Oliveira. **Segurança Privada: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo.** – São Paulo, Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

DEBORD, Guy. [1967] **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

ENGELS, Friedrich. [1845] **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo, Boitempo, 2010.

FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o 'Tenentismo' no Pará. In: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,** 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011. p. 01-12.

FARIAS, William Gaia. A polícia militar do Estado do Pará no final do século XIX: questões sobre política, legislação e organização. In: XV Encontro Regional de História - Ofício do historiador: Ensino e pesquisa, 2012, Rio de Janeiro. **Anais do XV Encontro Regional de História,** 2012. p. 01-23.

FARIAS, William Gaia. Do corpo de polícia ao regimento militar: reorganizações, condições materiais e conteúdos simbólicos – dos anos finais do Império a Guerra de Canudos. In: **Territórios e Fronteiras,** Vol. 6, Nº. 1, 2013, p. (207-234).

FELICIANO, Carlos Alberto; MITIDIERO JUNIOR, Marcos. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Okara: Geografia em debate,** v.12, nº 2, p. 220-246, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** Curso no Collège de France (1978-1979). São

Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAZIER, E. F, **The Negro Family in Chicago**. Chicago, University of Chicago Press, 1932.

FREIRE et. Al. in ANDERSON, Clay Nunes Chagas (organizadores). **Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública**. -1.ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

GEORGE B.; KIMBER S. (2014) The History of Private Security and Its Impact on the Modern Security Sector. In: Gill M. (eds) **The Handbook of Security**. Palgrave Macmillan, Londres.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HALL, Peter. [1988] **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e projeto urbano no século XX**. São Paulo, Perspectiva, 2016.

HARVEY, David. [1989] **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 22ª ed. São Paulo, Loyola, 2012.

HARVEY, David. [1982] **Os limites do capital**, São Paulo, Boi-tempo,2013.

HARVEY, David. 1ª ed. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo, Boitempo, 2015.

HEGEL. Georg Willhem Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 3ª edição. Editora Vozes: Petrópolis, 2005.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. São Paulo: Hedra, 2013.

LEFEBVRE, Henri. [1970] **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. [1972] **Espaço e Política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. [1974] **The production of space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LIANG, Hsi-Huey. **The Rise of Modern Police and the European State System from Metternich to the Second World War**, New York, Cambridge University Press, 1992.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 77-98, Aug. 2005.

MARCUSE. Herbert [1955] **Eros e a civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

MARCUSE, Herbert [1964] **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. [1845-1846] **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. [1867] **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. [1867] **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo de produção do capital. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, J. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 11.

MÉZÁROS, Istvan. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAOLI, Maria Célia in OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba, [Org]. **A era da indeterminação**. – São Paulo: Boitempo, 2007.

PARK, R. E. Human Migration and the Marginal Man, In: **The American Journal of Sociology**, Vol. 33, No. 6, p. 881-893, mai, 1928.

PEEL, Sir Robert. **Principles of Law Enforcement**, 1829. Disponível em, <https://www.durham.police.uk>

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém** – estudo de Geografia Urbana. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1968.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém** – estudo de Geografia Urbana. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 2, 1968.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 95-110.

SALISBURY, The marquis of K. G.. Laborers' and artisans' dwellings. In: **National Review**, vol II. W.H & CO. Allen, Londres, 1883-1884.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SHEARING, Clifford D.; STENNING, Philip C. Modern Private Security: Its Growth and Implications. **Crime and Justice**, Chicago, Vol. 3, p. (193-245).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Robson Sávio Reis. **Quem comanda a segurança pública no Brasil?** atores, crenças e coalizações que dominam a política nacional de segurança pública. – Belo Horizonte, MG :Letramento, 2015.

THRASHER, F. **The gang**: a study of 1,313 gangs in Chicago. Chicago, University of Chicago Press, (1927).

TRINDADE JR., Saint-Clair. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. **Revista Geosp n° 4**. São Paulo, 1999.

TRINDADE JR., Saint Clair.; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 73-103, jul./dez. 2006.

TRINDADE JUNIOR., Saint-Clair Cordeiro da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. – 1. ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: Carlos Vainer; Otilia Arantes; Ermínia Maricato (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. (75-104).

VITALE, Alex S. **The end of policing**, New York, Verso, 2017.

WEBER, Max. [1918-1919] **Ciência e Política**: duas Vocações. 18ª edição. São Paulo: Cultrix, 2011.

VALE, M. Ribeiro do. Reforma ou Revolução? Hannah Arendt e Herbert Marcuse nos anos 60. *In*: **Lutas Sociais**, São Paulo, e. 19/20, p.09-20, jun. 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: Seis notas à margem. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2009.